



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

GÉSSICA DA SILVA

**O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC:
panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas**

Trabalho de Conclusão de Curso (MONOGRAFIA)
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pela Prof^a. Gislene Silva
no segundo semestre de 2014

Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofolletti

Florianópolis
Novembro de 2014

GÉSSICA DA SILVA

**O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC:
panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas**

Monografia submetida à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Jornalismo. Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofolletti

Florianópolis
Novembro de 2014

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador Dr. Rogério Christofoletti, pela disponibilidade e por toda dedicação no acompanhamento do trabalho.

Ao meu pai, Antônio, e à minha mãe, Dora, pelo conforto nos momentos de cansaço e pela dose diária de motivação.

Ao Marciel, pelo companheirismo, paciência e apoio durante toda a graduação.

A todos docentes de Jornalismo da UFSC que fizeram parte de minha formação, em especial, à professora da disciplina, Gislene Silva, aos entrevistados desta pesquisa e aos que colaboraram com indicações de fontes, bibliografias, e até mesmo abrindo tempo de suas aulas à aplicação da survey.

A todos os alunos estagiários e ex-estagiários que, assim como os professores, se dispuseram a contribuir mesmo com tempo curto e muita coisa para fazer.

A Deus, por nunca me fazer perder a força e a fé.

A todos que contribuíram de alguma forma ao longo desses cinco anos de graduação, o meu muito, muito obrigada.

De fato, pensar a prática de hoje não é apenas um caminho eficiente para melhorar a prática de amanhã, mas também a forma eficaz de aprender a pensar certo (FREIRE & FREI BETTO, 1986 apud MEDITSCH, 2004, p. 33).

RESUMO

O estágio em jornalismo é um assunto controverso há décadas. Enquanto prestação de serviços profissionais, a prática é proibida por lei desde 1979. Todavia, a questão vem sendo intensamente discutida desde 1997, quando, após longa negociação entre a Fenaj e demais entidades do campo da comunicação, aprovou-se uma proposta de bases para a realização do estágio acadêmico. Com a homologação das novas Diretrizes Curriculares à graduação em Jornalismo, ratificada pelo MEC em setembro de 2013, o estágio em Jornalismo, até então facultativo na grade curricular das escolas, passou a ser obrigatório para todos os cursos do país. Neste contexto de adaptação à obrigatoriedade do estágio, esta monografia tem por objetivo construir um panorama dos estágios dos estudantes do Curso de Graduação em Jornalismo da UFSC, considerando: (a) a problematização do tema Estágio no Ensino Jornalismo; (b) o mapeamento das principais características dos estágios dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014, a partir da aplicação de uma *survey* a 130 estagiários ou ex-estagiários; (c) e a análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas, realizada com base em entrevistas em profundidade com estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática.

Palavras-chave: Ensino de Jornalismo; Estágio; Profissionalidade; Mercado de Trabalho; Jornalismo; UFSC.

ABSTRACT

The internship in journalism is a controversial subject for decades. While providing professional services, the practice is prohibited by law since 1979. However, the issue has been intensively discussed since 1997, when, after long negotiations between Fenaj and other entities in the field of communication, was approved a proposal of bases to the accomplishment of academic internship. With the approval of the new Curriculum Guidelines for the Graduation in Journalism, ratified by MEC in September 2013, the internship in Journalism, until then optional in the curriculum of schools, has become compulsory for all courses in the country. In the context of adaptation to mandatory internship, this monograph aims to build a panorama of the internships of the students in the undergraduate course Journalism at UFSC, considering: (a) the problematization of the subject Internship in the Teaching Journalism; (b) the mapping of the main characteristics of the internships of the students enrolled in the second semester of 2014, from the application of a survey to 130 interns or former interns; (c) and the critical analysis of the internship as a component in the training of journalists, held based on extensive interviews with interns, teachers and researchers directly involved with the issue.

Keywords: Journalism education; Internship; Professionalism; Labour Market; Journalism; UFSC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Pareceres e resoluções que dizem respeito ao currículo do curso de Jornalismo	28
Tabela 2: Legislação brasileira sobre o estágio em jornalismo	53
Tabela 3: Dias com maior número de fases e alunos abarcados pela pesquisa	56
Tabela 4: Empresas privadas com mais de três referências pelos respondentes	63
Tabela 5: Fases dos alunos entrevistados.....	76
Tabela 6: Caracterização dos alunos entrevistados.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Em que fase o aluno começou a fazer estágio	58
Gráfico 2: Total de semestres realizados de estágio	59
Gráfico 3: Motivos da procura por um estágio.....	60
Gráfico 4: Como o aluno conseguiu o estágio.....	61
Gráfico 5: Em que tipo de instituições o aluno tem feito estágios	62
Gráfico 6: Áreas de atuação dos estagiários ou ex-estagiários.....	64
Gráfico 7: Atividades desenvolvidas no estágio.....	65
Gráfico 8: Há interdisciplinaridade entre o estágio e o que é ensinado nas aulas?	66
Gráfico 9: Como avaliam a interdisciplinaridade entre estágio e projeto pedagógico do curso	66
Gráfico 10: Carga-horária média diária de estágio	67
Gráfico 11: Valor médio da bolsa de estágio	68
Gráfico 12: Seus estágios possibilitam a convivência com jornalistas?	68
Gráfico 13: Avaliação da convivência com jornalistas no estágio	69
Gráfico 14: O estagiário recebeu orientação de um docente na UFSC?.....	69
Gráfico 15: Avaliação da orientação na UFSC	70
Gráfico 16: Quem esclarece as dúvidas dos alunos durante o estágio.....	71
Gráfico 17: Que conceito você atribui aos seus estágios para sua formação profissional?	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL	16
1.1 Breve histórico da implantação do ensino de Jornalismo no Brasil	16
1.1.1 Pioneirismo acadêmico no Jornalismo da UFSC	21
1.2 Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares Nacionais	27
2. O ESTÁGIO NO ENSINO DE JORNALISMO	39
2.1 O papel pedagógico do estágio	39
2.2 O embaraço legal do estágio	45
3. PANORAMA DOS ESTÁGIOS DOS ALUNOS DE JORNALISMO DA UFSC	54
3.1 Procedimentos metodológicos	54
3.2 Resultados obtidos com a <i>survey</i>	58
4. ANÁLISE DOS ESTÁGIOS NA FORMAÇÃO DE JORNALISTAS NA UFSC	74
4.1 Procedimentos metodológicos	74
4.2 Os estagiários	78
4.2.1 Por que fazer estágio?.....	79
4.2.2 Escolha da área de atuação	81
4.2.3 Conhecimentos necessários para conseguir a vaga de estágio	82
4.2.4 A contribuição do estágio à formação profissional	83
4.2.5 Conhecimentos levados do curso para o estágio	84
4.2.6 Possíveis carências	85
4.2.7 Dificuldades no estágio	86
4.2.8 A polêmica do orientador: Papel burocrático ou pedagógico?	88
4.2.9 Sugestões para melhorar a qualidade da realização dos estágios.....	89
4.2.10 Sugestões para um programa de estágio no curso de Jornalismo da UFSC	91
4.2.11 Perspectivas e advertências.....	92
4.3 Os docentes	92
4.3.1 Entendimento dos entrevistados sobre o estágio em jornalismo	93
4.3.2 O entendimento do FNPJ e da Fenaj sobre o estágio	95
4.3.3 Coordenador de Estágios: Função cansativa e burocrática	96
4.3.4 O papel do orientador.....	99
4.3.5 O peso do estágio na formação dos alunos de Jornalismo da UFSC	99
4.3.6 Estagiários vs. Não-estagiários	101

4.3.7 O estágio pedagógico na visão dos docentes	101
4.3.8 Estagiário: o observador participante	102
4.3.9 O estágio à formação da consciência profissional	103
4.3.10 Perspectivas.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
FONTES	122
APÊNDICE A – Questionário para os Estagiários.....	123
APÊNDICE B – Questionário para os Ex-estagiários	126
APÊNDICE C – Instituições campo de estágio.....	129
APÊNDICE D – Roteiro Entrevista em Profundidade com Estagiários.....	131
APÊNDICE E – Roteiro Entrevista em Profundidade com Ex-estagiários.....	132
APÊNDICE F – Roteiro Entrevista em Profundidade com docentes e pesquisadores..	133
APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Alunos.....	135
APÊNDICE H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Professores	136
APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Pesquisadores	137

INTRODUÇÃO

Quero iniciar um movimento que irá elevar o jornalismo à altura de uma profissão superior, que seja respeitada pela comunidade como outras profissões, muito menos importantes para o interesse público, conseguiram ser (PULITZER, 2009, p. 27).

Na era do conhecimento em que vivemos atualmente, atividades intelectuais de trabalho com a informação, como é o caso do jornalismo, exigem um treinamento cada vez mais eficaz para que o profissional possa identificar e reconhecer o novo e o relevante e transmiti-lo em diferentes meios, quase que na velocidade da luz, consciente da responsabilidade social que carrega (BRUM; IJUIM In PERUZZO; SILVA, 2003; MEDITSCH, 2006b In MEDITSCH, 2012).

Esta perspectiva que se abre, no entanto, contrasta com a fragilidade e o pouco reconhecimento do Jornalismo, expressos na baixa remuneração e na dificuldade de seu reconhecimento entre as profissões regulamentadas e autorreguladas, problemas que tem enfrentado a nível internacional. E como se porta o ensino de Jornalismo diante desta situação: como nossas escolas têm contribuído? (MEDITSCH, 2006b In MEDITSCH, 2012, p. 121).

O modelo brasileiro de ensino de jornalismo foi construído nos últimos 70 anos e tem como matriz a aplicação de uma via crítica-experimental, que mescla o padrão europeu com o modelo americano. “Ou seja, o estudo teórico com a aprendizagem pragmática” (MARQUES DE MELO In FÓRUM – Diretrizes Curriculares Nacionais – Parte 1, 2014). Esta singularidade que se projeta no panorama mundial, na perspectiva de José Marques de Melo, pesquisador referência em reflexões sobre o ensino de jornalismo no Brasil, tem muitas fragilidades, inclusive no equilíbrio e interdisciplinaridade entre teoria e prática.

A busca pela melhora na qualidade da formação em Jornalismo passa pelo entendimento primordial da “imensa responsabilidade que a Universidade chama para si, ao assumir a tarefa de formar técnica, acadêmica e profissionalmente os futuros profissionais do jornalismo” (MEDITSCH, 2004, p. 25). Esta responsabilidade pode ser traduzida em um duplo compromisso, com as expectativas dos jovens que procuram este ensino e com a sociedade como um todo, que receberá um jornalismo feito por profissionais formados na universidade (MEDITSCH, 2004).

A mais recente conquista do ensino de jornalismo foi a aprovação, em 27 de setembro de 2013, da Resolução Nº 1 pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo. A adesão das novas Diretrizes Curriculares é resultado de um debate levantado pela Fenaj e diversas entidades e segmentos do campo da comunicação há anos: Executiva Nacional dos Estudantes de

Comunicação (Enecos), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (Abecom), e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ); principalmente a partir de 1997, quando, após longa negociação entre essas entidades, aprovou-se o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, que estabelece algumas premissas para conceber a formação dos jornalistas. Entre as recomendações, o Programa apresentou uma proposta de bases para a prática do estágio acadêmico (FENAJ, 2008b).

A realização do estágio em jornalismo tem sido objeto de discussões há décadas no país. As questões levantadas, em geral, abordam a exploração de mão de obra barata, marginalização do estagiário dentro das empresas, desestabilização da oferta de vagas para jornalistas diplomados e sua real finalidade como complemento ao aprendizado oferecido na universidade.

No âmbito legal, a regulamentação do estágio foi modificada nos últimos 45 anos acompanhando as discussões sobre a validade do diploma para o exercício da profissão. Estas mudanças são estruturadas por Valverde (2006) em três fases, desde a aprovação do Decreto-Lei nº 972, de 1969, que regulamentou a profissão de jornalista, até 2006, quando o autor defendeu sua tese de doutorado. A primeira etapa é chamada de fase da obrigatoriedade, quando o estágio era regulamentado pela lei de 1969, sendo item obrigatório para a obtenção do grau de jornalista em nível superior. A segunda fase inicia a partir de 1978, quando a Lei nº 6.612 fez com que o estágio deixasse de ser requisito obrigatório para a obtenção do registro profissional, vindo a ser efetivamente proibido por lei, enquanto prestação de serviços profissionais, em 1979, com o Decreto nº 83.284. A terceira fase refere-se ao ano de 2006, quando, segundo as Diretrizes Curriculares em vigor, o estágio não era nem proibido nas escolas, nem item obrigatório.

Com a Resolução Nº 1, que instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Jornalismo, houve uma drástica ruptura em relação à validade do estágio na formação dos jornalistas, principalmente no que diz respeito ao Artigo 12, a partir do qual podemos considerar que estamos inseridos na quarta fase do estágio no jornalismo: a fase do estágio curricular obrigatório.

Art. 12. O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição por seus colegiados acadêmicos, aos quais competem aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes

modalidades de operacionalização (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Resolução nº 1/2013, Art. 12).

Defendendo veementemente, já em 1998, a presença do estágio no currículo de Jornalismo, Pierre (1998, p. 128) argumenta que “é, sobretudo para atuar nas empresas, microempresas e organizações modernas que as escolas de jornalismo formam seus alunos. (...) Com o estágio, as empresas ficam inseridas e comprometidas na formação do aluno”. A aproximação será mais eficiente na medida em que a empresa respeita as preocupações críticas da escola e em que a escola aceita sua existência dentro da economia de mercado e de que é bem-vinda a sua participação na formação do jornalista (PIERRE, 1998).

Para Marques de Melo, o jornalismo é um ofício, uma profissão, uma disciplina e um curso com responsabilidades muito mais amplas do que somente preparar o aluno para atuar em empresas: “Sendo, sobretudo, um curso formatado para a formação de agentes da cidadania, que constitui uma demanda precoce da nossa sociedade” (In FÓRUM – Diretrizes Curriculares Nacionais – Parte 1, 2014).

Na visão da Federação Nacional dos Jornalistas, o conceito de estágio acadêmico se fundamenta na proposta de que,

não sendo possível nem desejável reproduzir, internamente, no curso de graduação de Jornalismo, todas as características do mundo do trabalho, é pertinente propiciar oportunidades e acompanhar o estudante em circunstâncias só encontradas no espaço profissional, compatibilizando o processo de formação com uma percepção prática e direta do trabalho (FENAJ, 2008b, p. 4).

A legislação brasileira, referente à Lei do Estágio de 2008, também apresenta uma abordagem pedagógica e mercadológica sobre o tema, instituindo que o “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo (...)” (BRASIL, Lei nº 11.788/08, Art. 1).

A partir dessa breve problematização do estágio no jornalismo, com seus impasses legais e pedagógicos – e no contexto de atualização dos currículos incluindo o estágio supervisionado como item obrigatório –, delimitamos como **OBJETO DE ESTUDO** desta pesquisa os **estágios dos estudantes de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, observando especificamente: (1) Em que contexto é realizado o estágio dos estudantes de Jornalismo da UFSC? E (2) Qual o papel do estágio na formação profissional dos jornalistas? Consideramos que estas questões sistematizam bem as inquietações que deram origem a esta investigação e representam, portanto, nosso problema de pesquisa.

Para chegarmos a uma conclusão, definimos como **OBJETIVO** construir um panorama dos estágios dos estudantes do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando: (a) a problematização do tema Estágio no Ensino Jornalismo; (b) as principais características dos estágios dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014; (c) e a análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas, feita por estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática e/ou com o objeto de estudo.

Acreditamos que a experiência do estágio em jornalismo demanda um olhar mais atento no âmbito acadêmico, pois é neste espaço que conseguiremos pensar criticamente a validade dos estágios como processo pedagógico. Mais do que simplesmente fornecer um diploma que demonstra a habilitação técnica e teórica para exercer a profissão de jornalista, o papel da universidade é o de devolver à sociedade um cidadão mais crítico e consciente. Neste sentido, concordamos com Meditsch (2004) quando postula que:

Ensinar para a prática não é formar para o primeiro emprego, mas formar para toda uma vida profissional, cuja responsabilidade social transcende os constrangimentos organizacionais eventuais (Rakow, *apud* Reese *et al.*, 2001) e cuja base de conhecimento necessária estará em mutação permanente (Meyer *apud* Dennis *et al.*, 2003) (MEDITSCH, 2004, p. 36).

Se a partir de 2013 o estágio passou a ser um dos pilares obrigatórios que sustentam a formação universitária em Jornalismo, não há como pensarmos em montar um panorama da experiência no estágio somente para colocar melhor o aluno no mercado de trabalho, pois “o cliente que o ensino do jornalismo deve atender não é a indústria do jornalismo, mas a sociedade democrática como um todo” (MEDITSCH, 2004, p. 36). Mais do que colaborar à maior compreensão sobre a presença dos alunos no mercado de trabalho, esta monografia tem a intenção de instigar o debate sobre a real contribuição do estágio à formação em Jornalismo.

Ademais, o contexto de adaptação dos cursos de graduação em Jornalismo às novas Diretrizes Curriculares Nacionais, homologadas em setembro de 2013 e com prazo de implantação em até dois anos, se mostra atual e pertinente para o estudo dos estágios, um tema que até hoje dispendeu pouca ou nenhuma atenção no curso da UFSC. Ao construir um panorama da experiência do estágio, estamos proporcionando à universidade a oportunidade de conhecer a realidade concomitantemente ao desenvolvimento de um plano de inclusão do estágio supervisionado obrigatório no currículo. A partir dos resultados do estudo, a instituição poderá criar um plano de estágio mais eficiente e direcionado. Isto, mais uma vez, não significa simplesmente se adaptar às demandas de mercado, mas fazer a análise crítica desta conjuntura para a melhora na formação de nossos jornalistas.

A presente monografia está dividida em quatro capítulos. Por estar diretamente associado ao objetivo da pesquisa, entendemos que é necessário adotarmos **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS** específicos para cada etapa descrita no objetivo. Desta forma, a investigação será realizada a partir do desenvolvimento de três **TÉCNICAS METODOLÓGICAS**: a revisão bibliográfica, a aplicação de uma *survey* e a realização de entrevistas em profundidade.

Dividimos a problematização do tema Estágio no Ensino de Jornalismo em dois capítulos por se tratar de um assunto que envolve diversas questões complexas e, em alguns casos, vasta bibliografia. No **PRIMEIRO CAPÍTULO**, procuramos explicar como se desenvolveu o ensino de jornalismo no Brasil, discorrendo sobre a fundação dos primeiros cursos, a expansão das escolas, as mudanças nos currículos até a inclusão do estágio como item obrigatório e, mais especificamente, sobre a história do curso de Jornalismo da UFSC.

A literatura sobre o ensino de jornalismo no Brasil é extensa. Meditsch (2006a In MEDITSCH, 2012) cita autores como Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Rizzini, Danton Jobim, Cásper Libero, Luiz Beltrão, José Marques de Melo e Nilson Lage. Incluímos nesta lista o próprio professor Meditsch, que tem um grande acervo de publicações crítico-analíticas sobre o tema (MEDITSCH, 2004, 2007, 2012). Nesta pesquisa, focamos principalmente nos estudos de Marques de Melo e Meditsch, em conformidade com a bibliografia disponível na internet e na Biblioteca Universitária da UFSC.

Além de Marques de Melo e Meditsch, o primeiro capítulo também toma por base a tese de doutorado de Cristiane Hengler Bernardo (2010). Apresentando uma visão estruturada no Materialismo Histórico Dialético, sob o título *Educação Jornalística: Entre a cruz da academia e a espada do mercado*, a pesquisa traz um amplo estudo a respeito das condições superestruturais da profissão, abordando, entre outros fatores, a formação acadêmica em Jornalismo. Bernardo traça a trajetória do currículo base, desde a instituição do Currículo Mínimo, em 1962, contemplado pelo Parecer 323/62, do Conselho Federal de Educação, passando pelas quatro modificações que o seguiram, até a aprovação das Diretrizes Curriculares de 2002.

Em artigo sobre os dilemas do jornalismo na sociedade da informação, Meditsch (2007) ressalta que não basta somente dar atenção às técnicas, ainda que seja atenção teórica:

Na sociedade do conhecimento, mais do que nunca é necessário afirmar o jornalismo enquanto atividade intelectual. Na perspectiva do jornalismo, é preciso transformar os atuais cursos de comunicação em cursos de conhecimento, lugares de ‘aprender a aprender’ e de ‘ensinar a aprender’. Mas principalmente, de ‘aprender a

aprender a realidade’, aproximando-se dela, a partir de um lugar profissional específico (MEDITSCH, 2007, p. 5).

O curso de Jornalismo da UFSC tenta resolver esta necessidade de ‘aprender a aprender a realidade’ através de seu currículo: seja na obrigatoriedade do aluno cursar matérias de prática laboratorial (Jornal Laboratório, Telejornalismo, Radiojornalismo etc.), ou por meio de discussões teóricas de cadeiras como Teoria do Jornalismo e Comunicação e Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira. Fora da sala de aula, também é recorrente que os alunos busquem aprender a realidade através do estágio. Há, inclusive, algumas tentativas de aproximação com o mercado por meio das disciplinas optativas Cátedra RBS e Cátedra Fenaj, onde são desenvolvidas palestras e entrevistas como profissionais atuantes em empresa jornalísticas.

Com 35 anos de existência, o Curso de Graduação em Jornalismo da UFSC é referência nacional por ter sido o primeiro curso de Comunicação Social do país a direcionar seu ensino unicamente para o Jornalismo. O debate sobre a interface de disciplinas práticas e teóricas (buscar a relação entre teoria e prática a partir dos problemas da prática) sempre esteve presente na instituição e foi o que motivou, em 1988, a escolha por um projeto pedagógico focado no Jornalismo¹, em detrimento da Comunicação Social. Esta opção significava abrir mão da implantação de outras habilitações e direcionar os esforços do curso para a inserção do aluno na formação específica em Jornalismo desde as primeiras fases. O currículo atual, em vigência desde 1996, contempla mais disciplinas prático-teóricas do que puramente teóricas. Neste sentido, os alunos que se formam em Jornalismo na UFSC tendem a ser reconhecidos no mercado por sua instrução mais técnica.

Continuando a fundamentação teórica, passamos a problematizar, no **SEGUNDO CAPÍTULO**, o Estágio no Jornalismo. Este tópico apresenta uma análise sobre o papel pedagógico do estágio e resgata o percurso legal do estágio na legislação brasileira. A bibliografia existente especificamente sobre o estágio em jornalismo é relativamente recente e limitada, talvez pelo fato de que não dispomos de um estágio curricular obrigatório há cerca de 30 anos. Neste contexto, apresentamos, além do embasamento teórico sobre o estágio em jornalismo, algumas reflexões sobre o estágio desenvolvidas em outras profissões. É importante ressaltar que estes estudos utilizados nesta monografia são provenientes das áreas de Pedagogia (PICONEZ, 2000 *apud* FUJINO; VASCONCELOS, 2011; FORGRAD, 2004), Serviço Social (BURIOLLA, 1995) e Biblioteconomia (FUJINO; VASCONCELOS, 2011) e

¹ Embora o reconhecimento como Curso de Jornalismo tenha vindo oficialmente só no final da década de 90.

destacam a centralidade do papel do docente-orientador para o efetivo cumprimento das funções didático-pedagógicas do estágio.

No **TERCEIRO CAPÍTULO** mapeamos os estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC por meio da utilização da técnica *survey*, para a obtenção de dados e informações sobre características, ações e opiniões dos estagiários (KRAEMER; PINSONNEAULT, 1993). O método foi aplicado através de um questionário em papel, composto por aproximadamente 15 perguntas abertas e fechadas, e abrangeu a população de estagiários e ex-estagiários que estão cursando Jornalismo na UFSC no segundo semestre de 2014.

Finalizamos a monografia com a apreciação crítica de como estão sendo realizados os estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC e como eles contribuem à formação profissional do jornalista. Esta análise será construída a partir de entrevistas em profundidade com estagiários ou ex-estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática e/ou com o objeto de estudo. Entendemos que este **QUARTO CAPÍTULO** complementa a tentativa de resolução do problema de pesquisa e que, inclusive, a resposta ao objetivo de pesquisa está pautada pela abordagem da experiência subjetiva de certos sujeitos. São entrevistados dez estudantes – entre estagiários e ex-estagiários, e os docentes: Aureo Moraes, Daisi Vogel, Eduardo Meditsch, Jorge Ijuim, Mirna Tonus, Nilson Lage e Valci Zuculoto.

Antes de entrarmos de vez no estudo do estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC, destaca-se que outra questão que motivou o desenvolvimento desta monografia é de cunho pessoal. Ao longo da graduação observava meus colegas (e eu mesma) sempre divididos entre a universidade e o estágio. E, inevitavelmente, uma destas atividades sempre ficava em segundo plano; na maioria dos casos, o curso de Jornalismo. Outras situações curiosas também me chamavam a atenção, como o fato de alguns alunos utilizarem as horas no estágio para estudar ou fazer os trabalhos da universidade. Sempre quis entender melhor como tem sido realizado o estágio entre meus colegas de Jornalismo e compreender qual a real importância de uma prévia experiência profissional à minha formação como jornalista. Por isso, priorizo neste estudo a relação escola-estagiário para entender como tem se dado este processo de aprendizagem profissional.

1. O ENSINO DE JORNALISMO NO BRASIL

Neste Primeiro Capítulo, adotamos como técnica metodológica a revisão bibliográfica sobre o ensino de Jornalismo no Brasil. Esta etapa da pesquisa é composta por dois subitens. No item 1.1 apresentamos um breve relato da implantação do ensino de Jornalismo no Brasil, relatando as motivações que culminaram nos primeiros centros de ensino e, também, fazendo um resgate histórico da instalação do curso de Jornalismo da UFSC, universidade onde nosso objeto de estudo está situado. Na segunda parte do capítulo, item 1.2, expomos sobre os currículos base das escolas de Jornalismo e suas transformações ao longo do tempo, desde a implantação do Primeiro Currículo Mínimo até a aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, quando o estágio volta a ser considerado como atividade curricular obrigatória.

1.1 Breve histórico da implantação do ensino de Jornalismo no Brasil

O início do século XX marca o começo de uma grande transformação na imprensa e no jornalismo brasileiro. A recente instauração da República Federativa do Brasil e do sistema democrático de governo, ainda que sob os desmandos do coronelismo, traz consigo a necessidade de repensar as abordagens jornalísticas vigentes, fortemente marcadas pela expressão da opinião de analfabetos, literatos, juristas e políticos que frequentavam as redações da época (LOPES, 2011). Acompanhando o desenvolvimento do país e as demandas de uma sociedade que engatinhava para a industrialização de seus modos de produção, a imprensa começa, aos poucos, a substituir utensílios artesanais por maquinário industrial², e desviar o foco fortemente ideológico de suas coberturas por um texto com mais isenção e credibilidade. Conforme Diniz (2010), esse é o período em que as organizações que editam jornais e revistas se convertem em empresas comerciais, financiadas pela publicidade, acelerando o processo de profissionalização do jornalismo e passando a demandar “agentes produtivos que optam pela atividade noticiosa como fonte de realização intelectual e de subsistência econômica” (DINIZ, 2010, p. 3). É neste contexto de tomada de consciência da importância da técnica e da neutralidade na atividade jornalística que surge a ideia de que

² A passagem definitiva da imprensa artesanal à imprensa industrial, da pequena à grande imprensa, só ocorre a partir da década de 50, quando o jornalismo como empresa sente a necessidade de investimentos e começa a ocupar espaços no mundo capitalista, instituindo reformas gerenciais, novas técnicas jornalísticas e transformações gráficas (MACHADO, 2003).

profissionais competentes para atender a esta demanda precisariam ser formados nas universidades (MARQUES DE MELO, 2007).

As organizações jornalísticas deixavam de ser correias de transmissão dos partidos políticos para se converter em empresas auto-sustentáveis. Na contingência de fabricar notícias e comentários, sintonizados com as demandas do público leitor, elas precisavam de profissionais competentes. Onde formá-los? Na universidade, era a resposta óbvia. Embora não faltassem pessoas para defender a formação em serviço (MARQUES DE MELO, 2007, p. 11).

A ideia nascente de que os jornalistas necessitavam de formação específica para atuar na imprensa foi explicitada já em 1908³, quando Gustavo de Lacerda funda a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Lacerda, e os oito homens presentes no ato de fundação da ABI, acreditavam que o fortalecimento dos jornalistas enquanto categoria, e a conquista de melhorias no seu ambiente de trabalho e em seu processo de formação constituíam

muito mais do que a defesa de interesses meramente corporativos, mas representavam uma visão clara e consciente sobre a importância do papel da imprensa para a sociedade (LOPES, 2011, p. 4).

Lacerda morreu em 1910 e não chegou a ver a concretização de seu sonho, o qual é amadurecido concomitantemente à organização sindical da categoria. Efetivamente, a ideia lançada no ato de fundação da ABI só é reiterada e tornada uma proposta concreta em 1918, por João Guedes de Mello, então presidente da Associação, no I Congresso Brasileiro de Jornalistas. O projeto pedagógico defendido por Mello sistematizava discussões que já vinham ganhando terreno no seio da Associação e pretendia seguir as bases do recém-implantado modelo americano, essencialmente prático e montado a partir de um jornal laboratório (LOPES, 2011; MARQUES DE MELO, 1991; 2007). Esta era uma proposta arrojada para a época e, por isso mesmo, ainda permaneceu inalcançada por muitos anos (DINIZ, 2010).

A reivindicação da ABI somente seria acolhida pelo governo em 1938, quando Getúlio Vargas oficializa o ensino de jornalismo no sistema educacional brasileiro por meio do artigo 17 do Decreto-Lei 910, o qual determinava que: “O Governo Federal, de acordo com os Governos Estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa” (BRASIL, Decreto-Lei 910/38, Art. 17).

Ainda que a regulamentação do ensino de jornalismo representasse um avanço, no decorrer da década de 30, a ideia de formar jornalistas na academia ainda não lograra

³ “Para não criar a falsa sensação de exclusividade atribuída a ABI, é interessante salientar que fora do Rio de Janeiro e, mesmo antes do surgimento da ABI, há relatos de que esse mesmo anseio já podia ser vislumbrado em Pernambuco. Maria Luiza de Moraes (2003) afirma que entre os anos de 1904 e 1906, os jornais pernambucanos discutiam a necessidade de se fundar uma escola de jornalismo” (LOPES, 2011, p. 4).

consenso no conjunto da sociedade e da própria corporação jornalística. Esta perspectiva tornou efêmera a primeira experiência universitária em nosso campo, a Cátedra de Jornalismo, instalada em 1935, concomitantemente à criação da Universidade do Distrito Federal⁴ (UDF), no Rio de Janeiro (LOPES, 2011; MARQUES DE MELO, 2007). Apresentando uma tendência francófila de ensino, mais culturalista, desvinculada do modelo americano, o curso não era propriamente uma escola profissional de educação superior, mas um curso para refletir o fenômeno da cultura de massa. A experiência do Jornalismo da UDF, fechada por Vargas, durou um ano (MARQUES DE MELO, 2000 *apud* LOPES, 2011).

O primeiro curso de Jornalismo é oficialmente reconhecido pelo governo em 1943, por meio do Decreto-Lei 5.480, que instituía o curso de Jornalismo dentro da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Mas ele não começou a funcionar automaticamente. Organizado em dezembro de 1946, reorganizado em março de 1948 foi, finalmente, inaugurado em abril de 1948” (RIZZINI, 1953 *apud* LOPES, 2011).

Ainda em 1943, uma nova iniciativa autônoma de implantar o ensino de jornalismo é posta em prática, demonstrando uma demanda latente da sociedade brasileira pela profissionalização dos jornalistas. O lançamento do Curso Livre de Jornalismo, em São Paulo, por Vitorino Prata Castelo Branco⁵, encontrou muita receptividade por parte dos jovens que pretendiam ser jornalistas profissionais. A pedagogia de ensino deste curso é considerada por Marques de Melo (2007) arrojada e inovadora, porque contemplava duas modalidades de aprendizagem: presencial (palestras ministradas no auditório da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo - APISP) e à distância, via apostilas recebidas por correspondência. Apenas um ano após sua implantação, o projeto esbarra no corporativismo dos jornalistas paulistas, que o condenam com truculência através de publicações na imprensa e de denúncias à polícia e por meio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo (SJSP) (LOPES, 2011). “Ele era acusado de não ser jornalista, além de criminoso por manter em funcionamento cursos ilegais, pois a organização do curso caberia apenas ao governo” (LOPES, 2011, p. 10). Outras suposições listadas por Dias (2004) são de que a iniciativa foi alvo de rixas internas entre as duas instituições sindicais, a APISP e o SJSP. Castelo Branco

⁴ Como o ensino de jornalismo ainda não havia sido oficializado, a UDF não tinha vínculos com o governo federal, assumindo caráter autônomo (LOPES, 2011).

⁵ Segundo Dias (2004), o curso idealizado por Castelo Branco teve como referência as experiências trazidas de seu contato com o Círculo de Periodistas de la Província de Buenos Aires e com a Escola Argentina de Periodismo, da Universidad Nacional de la Plata, no ano de 1942. “Ali, conhece a estrutura da Escola de Periodismo e seus antecedentes” (DIAS, 2004, p. 6), decidindo, a partir dessas ideias, implantar um curso de Jornalismo no Brasil.

não resiste à oposição da categoria e também aborta a possibilidade de continuar ministrando o curso, encerrando-o em 1944.

Para Meditsch (1990 In MEDITSCH, 2012), um dos motivos que justifica essa persistência na implantação do curso superior de Jornalismo no Brasil (principalmente no eixo Rio-São Paulo na década de 40) foi graças ao *lobby* realizado por jornalistas-redatores do serviço público, que atuavam junto à ditadura varguista. Segundo o pesquisador, estes profissionais queriam utilizar o diploma para aumentar seus salários.

Outro motivo elencado por alguns autores (FERNANDES In MARQUES DE MELO, 2006; MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH, 2012; MARQUES DE MELO, 2007) é a configuração econômico-social brasileira no contexto do pós-guerra, quando a industrialização nacional atingia seu ápice.

Neste período, o crescimento industrial e populacional trazia para os grandes centros uma enorme massa populacional. A imprensa estava em plena atividade e necessitava de um profissional mais capacitado para operar seus jornais e equipamentos (FERNANDES In MARQUES DE MELO, 2006, p. 74).

Enquanto o primeiro curso de Jornalismo oficialmente reconhecido pelo governo permanecia no papel e o Curso Livre de Jornalismo funcionava na ilegalidade, a ânsia por formar profissionais qualificados faz com que o empresário Cásper Líbero, então diretor do vespertino *A Gazeta*, registrasse em seu testamento o desejo de criar uma fundação que, entre outras coisas, seria responsável por manter uma escola de Jornalismo⁶. Com base no modelo proposto pela ABI, Líbero se empenhou no projeto de implantação de um curso que desse acesso a uma estrutura produtiva. A ideia era de que parte das aulas seria ministrada no jornal *A Gazeta*. “O empresário, contudo, não teve tempo de desenvolver e implementar o modelo do curso tão sonhado, tendo falecido em acidente de avião em agosto de 1943” (HIME, 2005, p. 2). O projeto de Cásper Líbero foi implantado quatro anos após sua morte, por meio de um convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e inserido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento. Porém, o propósito de realizar parte das aulas nas dependências do jornal *A Gazeta* acabou empacando na legislação brasileira, que impedia uma formação nos moldes como foi configurada por Líbero (HERMES In

⁶ Cásper Líbero teve uma atitude análoga a que havia tomado Joseph Pulitzer, um dos maiores *businessman* da imprensa americana no início do século XX. Pulitzer deixou parte de seu testamento para a fundação da escola de Jornalismo da Universidade de Columbia. A princípio, a doação foi proposta para a Universidade de Harvard. Como não houve acordo sobre a filosofia do programa de ensino, a doação é formalizada para Colúmbia. “Mas, antes mesmo que Pulitzer conseguisse instalar a escola de Jornalismo que patrocinava” (MARQUES DE MELO, 1991, p. 26), a Universidade de Missouri lançava a primeira Escola de Jornalismo nos Estados Unidos em nível de graduação. A principal característica desta escola pioneira é o espaço de experimentação de seu jornal diário *The Daily Missourian*, que servia como jornal-laboratório e informava a comunidade local (MARQUES DE MELO, 1991).

MARQUES DE MELO; PERUZZO; KUNSCH, 2003; LOPES, 2011; MEDITSCH, 2012; MARQUES DE MELO, 1991).

Assim, em 1947, mediante convênio entre a PUC-SP e a Fundação Cásper Líbero, e após devida autorização de funcionamento concedida pelo MEC, nascia o primeiro curso autônomo e de caráter superior para se ensinar jornalismo no país (LOPES, 2011, p. 11).

Na esfera pública, como já mencionado neste item, o primeiro curso de Jornalismo vai se concretizar em 1948, na Universidade do Brasil. A partir de então, os cursos de Jornalismo no Brasil firmam uma tendência *beletrista*⁷ que dominará o ensino de Jornalismo até a década de 60, com escolas vinculadas às faculdades de filosofia e disciplinas voltadas para a área de humanidades (MEDITSCH 1990 In MEDITSCH, 2012).

Com a hegemonia de uma visão literária, ético-jurídica e romântica da profissão, que encontrava eco na tradição europeia da Universidade brasileira, na sua dependência cultural e na absoluta falta de equipamentos para ministrar outro tipo de ensino (MEDITSCH 1990 In MEDITSCH, 2012, p. 51).

Mesmo surgido a partir da necessidade de atender à demanda por profissionais qualificados, Marques de Melo (1991) explica que a profissionalização dos jornalistas brasileiros não se dá concomitantemente à criação da Escola Cásper Líbero. Conforme o pesquisador (MARQUES DE MELO, 1991, p. 26), no final da década de 40 as empresas jornalísticas ainda funcionavam em bases pré-industriais “e refutavam a possibilidade de contratar jornalistas diplomados”, que deveriam entrar no mercado pelos próprios méritos.

A profissionalização só se consolida na década de 60, quando as empresas começam a se estruturar industrialmente e a organizar o trabalho nas redações, utilizando métodos de renovação técnica. Esse é o momento que marca a introdução dos padrões do jornalismo norte-americano no Brasil (MARQUES DE MELO, 1991, p. 27).

Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, o coroamento da profissionalização dos jornalistas é aferido em 1969, com a aprovação do Decreto-Lei 972, que regulamentou que o exercício da profissão só poderia ser exercido por profissionais habilitados pelo diploma superior de jornalista (MARQUES DE MELO, 1991). Esta legislação vigorou até 17 de junho de 2009, quando o Supremo Tribunal Federal derrubou a exigência de diploma para o exercício da profissão.

Bernardo (2010) aponta que a instituição do Decreto-Lei 972 fomentou significativamente o aumento de oferta dos cursos de comunicação pelo país. Desde a

⁷ Ou “clássico-humanista” como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC) classificava na época (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH, 2012).

implantação das duas primeiras escolas, na década de 40 (Cásper Líbero e Universidade do Brasil), ocorre a multiplicação de instituições de ensino de jornalismo.

Para se ter uma idéia dessa expansão desenfreada, um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação, ABEPEC, de 1968 a 2001, mostra que a curva ascendente salta de 20 cursos em 1965 para 525 em 2001, sendo que a maior curva se concentra no período de 1994 e 2001 (BERNARDO, 2010, p. 107).⁸

Inserido na expansão do ensino de jornalismo surge, em 1979, o curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, escola em que nosso objeto de estudo está inserido e sobre a qual vamos discorrer brevemente no próximo item.

1.1.1 Pioneirismo acadêmico no Jornalismo da UFSC

Se em âmbito nacional é principalmente a partir dos anos 50 do século XX que o jornalismo brasileiro fica marcado pela industrialização e profissionalização de suas relações de produção, é na década de 70 que decola o setor de comunicação em Santa Catarina. Pereira (2012) descreve que esta disseminação do jornalismo em solo catarinense começou em 1970, com a instalação do primeiro canal de televisão, a TV-Cultura, localizada em Florianópolis; continuou em 1971, com a inauguração do *Jornal de Santa Catarina*, em Blumenau; avançou em 1975, com o lançamento do jornal *O Estado*, na capital, e prosseguiu com a fundação de várias emissoras de rádio no interior do estado. O autor enfatiza que a década terminou com dois fatos marcantes: o início das atividades do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina, em março de 1979, e a chegada da TV-Catarinense, primeira emissora do Grupo RBS em Santa Catarina, inaugurada em maio de 1979.

Especificamente com relação ao curso de Jornalismo da UFSC, este foi o primeiro centro de ensino de jornalismo do estado. O professor Francisco José Castilhos Karam (In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005, p. 234-235) destaca que, se atualmente os alunos que chegam para cursar Jornalismo na federal de Santa Catarina encontram um ambiente “estruturado tecnologicamente, adequado tecnicamente e com suporte para a reflexão teórica e ética do jornalismo da mídia”, na década de 70 este contexto era ainda “um sonho para alguns, um duro projeto a ser criado, com os desafios e obstáculos a serem superados”. Segundo o pesquisador, o cenário de transição política do período final da ditadura militar à volta da democracia e a incipiente constituição de polos de ensino e pesquisa de comunicação

⁸ Meditsch (1985 In MEDITSCH, 2012) também pontua que, em 1985 havia 62 cursos de Comunicação Social em funcionamento no país.

no Brasil apresentavam o desafio de superar a resistência e a desconfiança de se implantar um curso universitário em um estado onde a maioria dos profissionais em atuação não tinha qualquer diploma de Jornalismo ou em outras áreas (KARAM In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005).

A ideia de inauguração de uma escola de Jornalismo em Santa Catarina foi veementemente combatida por profissionais⁹ que atuavam na imprensa catarinense a época. Eles defendiam, como muitos que são contra a formação acadêmica, que o jornalismo era aprendido a partir da experiência de trabalho nas redações. Outros argumentos davam conta de que não havia professores e mercado de trabalho para atender os jornalistas que dali sairiam. Felizmente, a proposta foi adiante e, a partir de 1984, o curso passou a ser reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)¹⁰ (PEREIRA, 2012).

Pereira (2012) e Karam (In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005) concordam que a semente plantada no final da década de 70 na UFSC transformou-se, ao longo dos anos, em uma escola de referência que vem produzindo excelentes frutos que se projetaram em âmbito local, nacional, e até mesmo fora do país. A implantação do curso de Jornalismo na UFSC representou o berço da profissionalização do campo da comunicação catarinense como um todo, pois reverberou em outras cidades, culminando na implantação de novos cursos de Jornalismo pelo estado ao longo desses 35 anos de atuação (PEREIRA, 2012). Segundo Pereira (2012, p. 15), “Em importantes municípios de Santa Catarina houve um despertar de profissionais, dos meios universitários e dos empresários de comunicação para criação de programas acadêmicos semelhantes”.

O balanço atual é um sucesso extraordinário. Cursos de Jornalismo, formando profissionais qualificados, espalharam-se por todo o estado. Os que saíram dos quadros da UFSC ganharam destaque nos principais veículos de comunicação de Santa Catarina e do Brasil. Vários ocupam posições relevantes nas grandes empresas jornalísticas do eixo Rio-São Paulo-Brasília. Outro grupo brilha na coordenação e nos corpos docentes dos cursos de comunicação, com múltiplas habilitações. Instituições nacionais ligadas à democratização da comunicação, ao ensino e à pesquisa, foram lançadas em Florianópolis durante encontros acadêmicos. Teses de repercussão nos meios universitários tiveram a autoria de professores da UFSC ou

⁹ “Uma campanha quase sistemática foi liderada pelo falecido jornalista Beto Stodieck que, embora formado em Direito, publicou inúmeras notas combatendo a criação do curso em sua prestigiada coluna no jornal *O Estado*, o mais lido de Santa Catarina na época. (...) O presidente da Casa do Jornalista, José Nazareno Coelho, também fazia reparos à nova habilitação universitária, alegando que não havia professores e muito menos mercado de trabalho” (PEREIRA, 2012, p. 30).

¹⁰ O curso é reconhecido como um dos melhores do país. Detendo-nos apenas nas premiações recebidas em 2014, o Jornalismo da UFSC foi avaliado pelo Guia de Profissões do Guia do Estudante da *Editora Abril* com a distinção de 5 estrelas, grau máximo de qualidade; e ficou na 11ª posição nacional entre as melhores escolas públicas e privadas de Jornalismo no Ranking Universitário da *Folha de São Paulo*. Informações disponíveis em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/comunicacao-informacao/jornalismo-686486.shtml>> e <<http://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdecursos/jornalismo/>>. Acesso em: 10 set 2014.

egressos de seus quadros. (...) Jornalistas formados foram recrutados para atuar em entidades sindicais de trabalhadores e de empresários, em organizações não governamentais, instituições comunitárias e empresas privadas (PEREIRA, 2012, p. 15-16).

Ressalta-se que na vanguarda desta trajetória de sucesso do curso da UFSC está o trabalho do próprio jornalista Moacir Pereira (2012), que teve papel primordial na fundação desta escola de Jornalismo. Pereira foi o presidente do Grupo de Trabalho responsável por elaborar o projeto de criação do curso, em 1978, durante a gestão do reitor Caspar Stemmer. Dois Grupos de Trabalho (GT) anteriores a este tentaram instalar um curso de Jornalismo na UFSC, em 1973 e 1975, sem êxito (PEREIRA, 2012).

O GT liderado por Pereira ficou encarregado de estudar a viabilidade, mercado de trabalho, currículos e demais providências à implantação do Jornalismo UFSC. O fato de o projeto estar adaptado ao novo currículo mínimo, que deveria ser implantado a partir de 1979, até certo ponto, facilitou a fundação da primeira escola de Jornalismo em Santa Catarina (HERMES In MARQUES DE MELO; PERUZZO; KUNSCH, 2003; PEREIRA, 2012).

A prática profissional supervisionada foi considerada um requisito obrigatório à obtenção do título de jornalista já no primeiro currículo do Jornalismo da UFSC. O estágio entrou no currículo como uma disciplina obrigatória da 8ª fase, denominada Estágio Supervisionado (PEREIRA, 2012).

Desde sua criação, o curso da UFSC ficou conhecido como faculdade “alternativa”. Com uma proposta pedagógica inovadora, nasceu durante a ditadura, comprometido com a democracia. Ao lado da formação científica e técnica, deveria estar a formação política (HERMES In MARQUES DE MELO; PERUZZO; KUNSCH, 2003, p. 70).

No entanto, já na formatura da primeira turma, em 1982, constatou-se um desequilíbrio entre estes três eixos, pendendo para a formação política e com deficiências nas áreas técnicas e científicas. Após esta constatação o curso viveu um “período de desânimo”, nas palavras de Hermes (In MARQUES DE MELO; PERUZZO; KUNSCH, 2003, p. 72).

Ao contrário da perspectiva apresentada por Hermes, Karam (In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005) afirma que, neste período, o curso vivia uma cultura de comprometimento com mudanças políticas, somado a necessidade de formar com qualidade os futuros jornalistas, que se traduzia em dedicação além do contrato de trabalho, do expediente e do período letivo. Segundo o autor, de 1983 a 1985 o curso passou por mudanças estruturais com o ingresso de jovens professores, que alinhavam militância política a experiência profissional.

Foi época de luta por espaço físico para alocação de salas de aula e laboratórios; das primeiras reivindicações por mais equipamentos e professores; por posicionamentos políticos contra a ditadura e por mudanças sociais no país. Tal etapa, que custou aulas no saguão da Reitoria, protestos estudantis e luta pela defesa da formação (diploma), como em 1986, capitaneada pelo recém-professor Hélio Schuch e já então coordenador do curso. As culturas profissional e política se ampliavam (KARAM In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005, p. 236-237).

A tentativa de resolução deste “período de desânimo” citado por Hermes (In MARQUES DE MELO; PERUZZO; KUNSCH, 2003) chega em 1988, com a mudança do projeto pedagógico do curso, que opta pela ênfase no jornalismo em detrimento da comunicação. A estratégia era abrir mão de oferecer outras habilitações para valorizar a experiência profissional na seleção de seus professores e focar os recursos disponíveis na construção de laboratórios que possibilitassem a formação prática e técnica em jornalismo.

As obras de Paulo Freire foram as principais referências pedagógicas nesta reforma, a qual partia de uma crítica ao modelo dominante no Brasil¹¹, como lembra o professor Eduardo Meditsch (In PERUZZO; SILVA, 2003).

Já em 1989, embora se mantenha amarrado pelo currículo mínimo de Comunicação Social obrigatório em todo o país por força de lei, o Curso se define como “só de jornalismo” e reformula drasticamente o currículo pleno¹² (MEDITSCH In PERUZZO; SILVA, 2003, p. 245).

No plano teórico, opta-se por ensinar conceitos básicos das ciências humanas a partir da análise da realidade concreta e por lançar no Brasil a disciplina de Teoria do Jornalismo, a partir do trabalho inovador do professor Adelmo Genro Filho (MEDITSCH In MARQUES DE MELO; PERUZZO; KUNSCH, 2003).

Na perspectiva de Karam (In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005, p. 245-246), “ao focar seu projeto didático-pedagógico em Jornalismo, o curso da UFSC ajudou a consolidar a profissão e a formação no estado catarinense e no Brasil”, tornando-a mais útil e consistente “no tratamento de questões de interesse social a partir de sua especificidade, precisamente porque valorizou o profissional integral”.

O atual currículo do curso, em fase de reformulação em decorrência da aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo, está em vigência desde 1996. O documento que rege a formação dos 257 atuais estudantes contempla

¹¹ “A principal contribuição de Freire (...) era a necessidade de formação de um profissional completo, para atuar em condições concretas, cujos espaços para a atuação política seriam gerados por sua consciência crítica, mas somente se acompanhada de competência técnica” (MEDITSCH In PERUZZO; SILVA, 2003, p. 247).

¹² A formalização da opção da UFSC por um curso específico de Jornalismo só é possível no final da década de 90, quando a universidade conquista a autonomia necessária para realizá-la. Esta autonomia foi possível a partir da aprovação da Lei de Diretrizes de Bases, em 1996, que desobrigava os cursos de seguirem o currículo mínimo (MEDITSCH In PERUZZO; SILVA, 2003).

mais disciplinas prático-teóricas do que puramente teóricas. Se nos detivermos na disciplina Redação – que se constitui de, em média, 70% aulas práticas e 30% teoria, o curso da UFSC apresenta esta matéria por sete semestres. Estas disciplinas práticas previstas no atual currículo são desenvolvidas, em sua maioria, em laboratórios próprios montados dentro estrutura curso. São eles: Radiojornalismo, Redação, Telejornalismo etc. Neste sentido, os alunos que se formam em Jornalismo na UFSC tendem a ser reconhecidos no mercado por sua instrução mais técnica. No âmbito teórico, o currículo inclui disciplinas como Teoria do Jornalismo, Políticas de Comunicação, Comunicação e Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira etc.

Karam (In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005) ressalta que a perenidade deste currículo é decorrência de seu caráter móvel, pois, além de disciplinas obrigatórias (50 a 60% do currículo) e optativas, há também no curso de Jornalismo da UFSC as disciplinas optativas denominadas tópicos especiais em comunicação ou jornalismo, que, sem nome definido, permitem a criação de disciplinas conforme as necessidades e demandas de formação que vão surgindo a cada período letivo. O professor sintetiza que todo o currículo é percorrido pela lógica do “*saber fazer e o saber pensar sobre o fazer*, relacionando sua futura atividade à sociedade em que a profissão está inserida” (KARAM In BALDESSAR; CHRISTOFOLETTI, 2005, p. 240 – grifo do autor).

Atualmente, o corpo docente em atuação no curso é de 25 professores. Destes, dois são pesquisadores visitantes. Além deste quadro, há também dois outros professores de Jornalismo da UFSC em atividades de pós-doutorado em outras universidades.

Uma referência em termos de realização de estágio no curso de Jornalismo, tema da presente pesquisa, foi desenvolvida na década de 90, especificamente a partir de 1991, com o projeto Universidade Aberta:

Inicialmente, tratava-se de um programa de rádio, feito por alunos bolsistas supervisionados pelos professores, cobrindo as notícias do campus e a produção científica da UFSC. O projeto se expandiu com o passar dos anos e o curso ganhou novos equipamentos, chegando a ter 35 bolsistas trabalhando em quatro áreas – rádio, televisão, mídia impressa e internet (HERMES In MARQUES DE MELO; PERUZZO; KUNSCH, 2003, p. 72).

Em capítulo específico sobre o Universidade Aberta, publicado no livro *Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil*, o professor Eduardo Meditsch (In PERUZZO; SILVA, 2003) relata que, embora estivesse caracterizado como projeto de extensão, não obrigatório na grade curricular do curso, o Universidade Aberta representava em 2003, data da publicação do livro, uma oportunidade de estágio supervisionado para mais 50% dos alunos de jornalismo,

“e desta maneira passou a significar um dos pilares fundamentais do projeto pedagógico”¹³ (MEDITSCH In PERUZZO; SILVA, 2003, p. 251). O projeto Universidade Aberta já não existe mais. No entanto, outras oportunidades de estágio, dentro e fora do campus da UFSC, se apresentaram como uma boa opção para os alunos de Jornalismo por diversos motivos que pretendemos catalogar no Terceiro e Quarto Capítulo desta pesquisa. Vale adiantar a ponderação da professora Valci Zuculoto no Fórum Diretrizes Curriculares Nacionais – Curso de Graduação de Jornalismo, de que a realização do estágio nem sempre tem como propósito o complemento pedagógico na formação de jornalista:

A maioria não é no sentido de complementar a formação, de melhorar a formação. Eles procuram desesperadamente um estágio porque eles querem ter uma bolsa, ter um dinheirinho. Para alguns é essencial, inclusive, para morar onde eles estão (ZUCULOTO In FÓRUM – Diretrizes Curriculares Nacionais – Curso de Graduação de Jornalismo – Parte 2, 2014).

A professora também criticou os moldes em que estágio em jornalismo está se desenvolvendo atualmente no curso da UFSC, porque, segundo sua perspectiva, alguns alunos fazem estágio como cerimonial de eventos que, do ponto de vista profissional, não tem nada a ver com jornalismo. Zuculoto defendia que, para o cumprimento de finalidades didáticas, o estagiário deve ser orientado efetivamente pela universidade como prevê a Lei dos Estágios, Lei nº 11.788, sancionada em 2008.

Não pode ser essa bagunça que eles estão fazendo. Daí eles arrumam lá um estágio e somem. Somem da universidade, e me dizem: ‘não, *tô* trabalhando muito, *tô* trabalhando muito’, eu digo: ‘mas tu estás fazendo estágio ou trabalhando?’ (ZUCULOTO In FÓRUM – Diretrizes Curriculares Nacionais – Curso de Graduação de Jornalismo – Parte 2, 2014).

Tendo em vista que, apesar do protagonismo da escola em âmbito nacional, a realização do estágio pelos alunos de Jornalismo da UFSC ainda é motivo de dissensos até mesmo entre os docentes, e que a implantação da prática profissional supervisionada é item obrigatório dos currículos a partir de setembro de 2015, passamos agora a elucidar a trajetória dos currículos de Jornalismo ao longo do desenvolvimento do ensino de jornalismo no Brasil para entender com que objetivo o estágio foi introduzido nas diretrizes curriculares.

¹³ Meditsch (In PERUZZO; SILVA, 2003) também lembra que o projeto Universidade Aberta conquistou, em 1998, diversos prêmios na IV Exposição dos Órgãos Laboratoriais dos Cursos de Comunicação (EXPOCOM), colocando, junto com outros projetos, o Curso de Jornalismo em primeiro lugar do país com mais premiações. No mesmo ano, o Jornalismo UFSC também foi a escola mais bem colocada, depois da patrocinadora do evento, na mostra competitiva do SET Universitário, promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

1.2 Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares Nacionais

Nestes quase 70 anos de ensino de jornalismo, a normatização que geriu seu funcionamento passou por muitas críticas e mudanças. “As diretrizes dos primeiros cursos foram definidas pelo Ministério da Educação com a colaboração da Associação Brasileira de Imprensa, em 1946” (MEDITSCH, 2006a In MEDITSCH, 2012, p. 135). Dois anos após a elaboração destas diretrizes, em 1948, as discussões suscitadas em uma conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Paris, são denominadas por Meditsch (2004) como o início da formação de um *iceberg* que se chocaria com o ensino de jornalismo no Brasil e o transformaria radialmente a partir da década de 60.

“Naquele encontro, a entidade, na época amplamente dominada pela política dos Estados Unidos na guerra fria, resolveu dar atenção especial à formação dos jornalistas no Terceiro Mundo” (MEDITSCH, 2004, p. 27-28). A UNESCO advertia ao mundo ocidental, com uma preocupação claramente política, que o jornalismo, se mal inspirado, poderia agravar desajustes entre grupos, classes e partidos. A partir desta constatação, a entidade começa a criar centros de formação de professores de Jornalismo em países do terceiro mundo. Para os Estados sul-americanos foi instalado o Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (Ciespal¹⁴) (MEDITSCH, 2004).

A perda de controle sobre a Revolução Cubana, a partir de 1959, aprofunda uma política mais direta dos Estados Unidos de contra insurgência na América Latina. A decisão norte-americana é centralizar o controle dos sistemas de ensino e tecnificar o ensino de humanidades¹⁵ (MEDITSCH, 2004; BERNARDO, 2010). Neste contexto é implantado no Brasil o Primeiro Currículo Mínimo para o ensino de jornalismo, elaborado em 1962, logo após a criação do Conselho Federal de Educação (CFE) (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH 2012). A função do CFE era elaborar currículos para os cursos superiores, os quais deveriam aplicá-lo na íntegra.

Cumprindo o Currículo Mínimo, tornava-se função das instituições superiores, ampliarem-no para o chamado Currículo Pleno, completando-o com disciplinas

¹⁴ Com sede no Equador, o Ciespal foi fundado em 1959 como organismo não governamental, autônomo e sem fins lucrativos, que tinha como finalidade trabalhar para o desenvolvimento e democratização da comunicação, informação e cultura latino-americanas, através de atividades de investigação, formação profissional, documentação e produção de materiais educativos impressos de áudio e vídeo (BERNARDO, 2010).

¹⁵ A UNESCO só vai mudar seu pensamento quanto à especificidade do jornalismo como profissão em 2007, quando passa a defender a graduação específica em Jornalismo, não mais atrelada a outras áreas da Comunicação, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento das nações e a consolidação das democracias (DIRETRIZES In MEDITSCH, 2012).

específicas para a formação profissional. Inúmeras críticas foram tecidas desde a implantação do Currículo Mínimo, fazendo com que passasse por diversas mudanças, até que se extinguisse em definitivo, substituído pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O curso de comunicação social e suas habilitações foram normatizados, no que se refere aos currículos implantados, por vários pareceres do CFE e também por resoluções do MEC (BERNARDO, 2010, p. 72-73).

Apresentamos no quadro abaixo (Tabela 1) uma cronologia dos pareceres e resoluções que dizem respeito ao currículo do curso de Jornalismo, para que na continuação da leitura o leitor possa se situar melhor sobre qual regulamentação estamos discorrendo:

Tabela 1: Pareceres e resoluções que dizem respeito ao currículo do curso de Jornalismo

	Parecer/Resolução
Primeiro Currículo Mínimo	Parecer nº 323/62 Ano: 1962
Segundo Currículo Mínimo	Parecer nº 984/65 Ano: 1965
Terceiro Currículo Mínimo	Resolução nº 11/69 Ano: 1969
Quarto Currículo Mínimo	Resolução nº 03/78 Ano: 1978
Quinto Currículo Mínimo	Resolução nº 02/84 Ano: 1984
Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social e suas habilitações	Resolução CNE/CES 16 Ano: 2002
Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo	Resolução CNE/CES nº 1 Ano: 2013

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda configurado para o Curso de Jornalismo, o Primeiro Currículo Mínimo, contemplado pelo parecer 323/62 dá origem a uma ruptura na linha teórica, anteriormente centrada na formação clássica-humanística. Bernardo (2010, p. 71) descreve que este conteúdo foi substituído por “disciplinas cujos conteúdos valorizavam o funcionalismo norte-americano”. Nas palavras da autora, este currículo pretendia formar um profissional generalista, capacitado para a atuação nos impressos, rádio e televisão. Para isso, apresentava disciplinas gerais obrigatórias e disciplinas técnicas, as quais compreendiam “treinamentos, estágios em redações, rádios e televisões, assim como em empresas de publicidade” (BERNARDO, 2010, p. 72).

Com o golpe que instituiu o regime militar no Brasil, em 1964, a política de intervenção do Ciespal e de controle do CFE por meio dos currículos obrigatórios é plenamente posta em prática. O Parecer nº 984/65, aprovado em 1965, marca a implantação do Segundo Currículo Mínimo. Este currículo é elaborado já por um profissional treinado no Ciespal, o jornalista e professor carioca Celso Kelly, e efetiva a tecnificação do ensino,

marcando a transição da fase beletrista “para uma fase positivista dos nossos currículos”, conforme analisa Meditsch (1990 In MEDITSCH, 2012, p. 54). Embora ainda sob a denominação provisória de jornalista polivalente, é neste período que é criada a figura do comunicador social, um profissional que poderia atuar em todos os meios de informação coletiva, como jornalismo, relações públicas e publicidade. Surge neste momento também a ideia de que os cursos de Jornalismo deveriam se transformar em cursos de Comunicação (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH, 2012).

De acordo com Moura (2002), neste Segundo Currículo Mínimo, a formação dos jornalistas ocorre a partir de três níveis: cultural, com disciplinas de fundamentação humanística; fenomenológico, com disciplinas teóricas de comunicação; e instrumental, com disciplinas técnicas ou de especialização que realizariam exercícios intensivos de treinamento em laboratórios.

Meditsch (1990 In MEDITSCH, 2012) argumenta que a ideia de modernização proposta pelo Ciespal esbarrou na inércia das universidades brasileiras, que apostaram na tecnificação do ensino somente no âmbito teórico, já que as escolas não dispunham de recursos para melhorar o ensino profissionalizante.

Marque de Melo (2003) lança um olhar distinto sobre esta questão e atesta que não era somente a falta de recursos que impedia as escolas de adotarem esta proposta. Em sua perspectiva, estas simplesmente não queriam a tecnificação do ensino. Segundo o pesquisador,

O resultado foi danoso, criando guetos “comunicológicos” dentro das universidades que, permeáveis aos sentimentos anti-autoritários, se converteram em espaços de cultivo do alternativismo. Em contrapartida, refugaram quaisquer opções modernizantes, de natureza industrial (MARQUES DE MELO, 2003, p. 164).

Em 1969, durante o período de maior repressão do Regime Militar, é instaurado o Terceiro Currículo Mínimo, também elaborado por Celso Kelly. Neste currículo, aprovado sob a Resolução nº 11/69, os cursos de Jornalismo passam definitivamente a se chamar Comunicação Social e o estágio passa a ser item curricular obrigatório (MOURA, 2002). O Jornalismo transforma-se em uma habilitação da Comunicação Social e, conseqüentemente, as disciplinas de Jornalismo são modificadas para disciplinas de Comunicação. Oficialmente, nasce neste momento a figura do comunicador polivalente (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH 2012). Amplia-se o ensino de técnicas, tanto jornalísticas como das áreas de Publicidade e Relações Públicas, em detrimento dos conteúdos teóricos, que são pulverizados em várias áreas da comunicação (BERNARDO, 2010).

A ideia de comunicador polivalente criou uma ruptura nos cursos de comunicação que perdura até hoje nas discussões sobre o ensino de Jornalismo: a separação entre teoria e prática. O ciclo básico de fundamentação teórica e humanística, aplicado à formação de diferentes profissionais, esteve desvinculado à prática, frustrando as expectativas de quem chegava à universidade e excluindo as possibilidades de interdisciplinaridade e de correlação entre a teoria e sua aplicação prática (MARQUES DE MELO, 1986; MEDITSCH, 2004; BERNARDO, 2010).

No entanto, diferente dos demais países sul-americanos que estavam sob a égide do Ciespal, no Brasil, ao lado da “habilitação polivalente”, foram mantidas as de Jornalismo, Editoração, Relações Públicas e Propaganda. Meditsch (1990 In MEDITSCH, 2012) avalia que, um dos possíveis argumentos para a permanência das outras habilitações, era o fato do país apresentar um maior grau de industrialização em relação aos demais países do continente, exigindo um profissional mais capacitado, conforme a realidade do mercado de trabalho. Na concepção de Marques de Melo (2003), esta singularidade brasileira de refluxo à onda homogeneizadora do Ciespal tem origem na pressão advinda das corporações profissionais, as quais obrigaram o governo militar a recuar o sistema de formação de comunicadores especializados.

Marques de Melo (1974 *apud* BERNARDO, 2010) também critica que esta resolução expõe questões de âmbito jurídico. Nas palavras de Bernardo, o Terceiro Currículo Mínimo

passa a formar um profissional polivalente quando a própria legislação brasileira regulamenta as profissões de forma independente e há requisitos específicos para o registro profissional junto aos órgãos de classe. Apesar disso, nunca foram negados registros profissionais ao jornalista por essa razão (BERNARDO, 2010, p. 85-86).

As críticas generalizadas ao Terceiro Currículo Mínimo culminarão na Resolução nº 03/78¹⁶, que define o Quarto Currículo Mínimo. Essa nova proposta teve a participação da ABEPEC, que ofereceu subsídios parcialmente utilizados pelo Ministério da Educação (BERNARDO, 2010).

As principais mudanças nesse Currículo estão no âmbito do Projeto Experimental que deveria ocupar pelo menos 10% da carga horária total do curso e do Estágio Supervisionado. Deixam de existir as habilitações em Editoração e a Polivalente e

¹⁶ Esta resolução estabelece o Currículo Mínimo para os cursos de bacharelado em Comunicação Social e tem por base dois pareceres: nº 1.203/77 e nº 02/78. “O Parecer nº 02/78 reexaminou o Parecer nº 1.203/77 e incluiu dois documentos: um do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas – CONFERP – e outro da Assessoria do Departamento de Assuntos Universitários – DAU –, da área de Comunicação Social. Após análise do último documento, algumas sugestões para a melhoria do texto da Proposta de Resolução foram consideradas, tais como: a denominação de duas habilitações (Rádio e Televisão, Cinema), a proporcionalidade entre as áreas de formação para distribuir a carga horária do currículo pleno, além das atividades de projetos experimentais (com 10% da carga horária total do currículo mínimo) e estágio supervisionado” (MOURA, 2002, p. 88-89).

surtem duas novas habilitações, sendo uma em Rádio e Televisão e, outra, em Cinematografia (BERNARDO, 2010, p. 87).

O quarto currículo mínimo pretendia inaugurar o que Meditsch (1990 In MEDITSCH, 2012, p. 58) denominou uma fase “crítica reflexiva” no ensino de comunicação, aliando formação teórica ao aspecto prático do ensino com a exigência de órgãos laboratoriais, o que, na perspectiva do autor, ficou só no papel. A atualização também foi realizada sob a égide da UNESCO e do Ciespal, agora regido pela social-democracia europeia, que buscava cooptar as esquerdas latino-americanas¹⁷. Decretado em um contexto de abertura política, também foi mal recebido pelas escolas de comunicação. O descontentamento generalizado foi aproveitado pelos empresários para fazer campanha pelo fechamento das escolas de Jornalismo (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH, 2012). A ebulição de críticas faz o governo recuar e consultar finalmente as entidades profissionais e empresariais interessadas no ensino de Comunicação (MEDITSCH, 2006a In MEDITSCH, 2012). Segundo Meditsch, este currículo,

O que faz é dirigir o cientificismo anterior a um grau maior de abstratificação, num movimento do empirismo ao teorismo. O mesmo teorismo vai prevalecer nas disciplinas classificadas como de natureza técnico-profissional, como a transferência da responsabilidade do ensino das práticas aos estágios nas empresas (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH, 2012, p. 60).

Esta transferência de responsabilidade de ensino da prática profissional citada por Meditsch torna-se um problema em 1979, quando a legislação passa a proibir a realização de serviços profissionais sob pretexto de estágios em Jornalismo. Para Marques de Melo (2003), a exigência do projeto experimental, colocada a partir do 4º currículo mínimo,

procura compensar uma excrescência da legislação brasileira, que é a proibição de estágio nas empresas jornalísticas. Trata-se contudo de uma prescrição legal que permanece “letra morta”, pois geralmente os estudantes burlam a vigilância dos sindicatos ou do governo e ingressam precocemente nas empresas de menor porte¹⁸ (MARQUES DE MELO, 2003, p. 166).

Neste clima de insatisfação geral, é que chega às escolas de Comunicação Social o Quinto e último Currículo Mínimo, em 1984. Por meio da Resolução nº 02/84, a nova normativa traz mudanças significativas para o curso e suas habilitações. Pela primeira vez a Comissão do MEC tem a participação de dois professores indicados pela Fenaj, José Salomão Amorim e Nilson Lage (MEDITSCH, 2006a In MEDITSCH, 2012). A intenção do governo

¹⁷ Esta postura contraria as expectativas norte-americanas faz com que o governo Reagan corte financiamentos da entidade (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH, 2012).

¹⁸ O contexto verificado e generalizado por Marques de Melo é diferente atualmente em âmbito local. No caso de Santa Catarina, verifica-se que os estudantes também realizam estágios em empresas jornalísticas que são grandes *players* nacionais, como a *RIC Record*, empresas de grande representatividade local, como é o caso das assessorias de imprensa, e até órgãos do governo, como Ministério Público, Prefeituras etc.

era que este currículo reabilitasse a prática constituindo uma práxis no ensino de Comunicação, a prática refletida (MEDITSCH, 1990 In MEDITSCH, 2012). Meditsch (2006a In MEDITSCH, 2012) discorre que a participação da Fenaj na elaboração do último currículo mínimo conferiu padrões de qualidade no ensino de Jornalismo que se consagraram historicamente. Na proposta estava, entre outras questões, a exigência da instalação de laboratórios que dessem suporte às aulas técnicas, a previsão de que 50% das aulas fossem dedicadas às habilitações específicas e obrigatoriedade de, no mínimo, três anos de experiência profissional para os professores que ministrariam disciplinas técnicas.

A pesquisadora Rakell Guimarães (2005) expressa que, mesmo diante deste novo panorama pedagógico, com aulas práticas voltadas ao aperfeiçoamento para o mercado de trabalho, a inquietação dos estudantes que almejavam aprender o dia-a-dia da profissão “acabou por abarrotar as redações de estagiários pouco ou nada orientados e contribuindo diretamente para uma substituição de mão-de-obra” (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Em 1986, Marques de Melo elencou os principais desafios que se colocavam à época para lograr a atualização das escolas de comunicação. Entre as colocações do autor estavam a concepção inadequada de currículo e a impropriedade da formação básica, que na sua perspectiva seriam como uma colcha de retalhos que não correspondiam às expectativas da sociedade (MARQUES DE MELO, 1986).

Trata-se de uma contingência da centralização das decisões na malha burocrático-pedagógica do Governo Federal (MEC, CFE), que impõe um modelo para todo o país, desrespeitando as diferenças culturais existentes e desconsiderando a vocação institucional de cada universidade. Gravidade maior decorre da política vigente, que aciona uma instabilidade curricular, alterando-o a cada cinco anos, em média, convertendo-o em camisa de força que pouca margem deixa para a intervenção localizada. O mais irônico é que assume a denominação de “currículo mínimo” (MARQUES DE MELO, 1986, p. 142).

Esta estrutura engessadora dos currículos só pode ser desfeita a partir de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394. A nova lei tira a vigência obrigatória dos currículos mínimos, flexibilizando a estruturação dos cursos, os quais passam a ter um mínimo de orientação comum por meio de Diretrizes Curriculares. Na prática, o currículo mínimo de 1984 vigorou como referência até 2002, quando se aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social e suas habilitações (MEDITSCH, 2006a In MEDITSCH, 2012).

Neste contexto de abertura da possibilidade de flexibilização dos currículos, destaca-se a intensa atividade dos movimentos de luta pela qualidade do ensino em comunicação. No ano anterior a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, o II Congresso Brasileiro dos Estudantes de

Comunicação (Cobrecos), realizado em janeiro de 1995, resgata uma luta pela qualidade do ensino levantada em 1981, com o Movimento em Defesa dos Cursos de Comunicação. O evento dá início a uma Campanha Nacional pela Qualidade dos Cursos de Comunicação, possibilitando o nascimento, ainda em 1995, do Movimento Nacional pela Qualidade do Ensino em Comunicação, fundado pela Enecos em conjunto com a Abecom, a Compós, a Fenaj, a Intercom, a UCBC e a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão (Fittert). A discussão do estágio também esteve em pauta com o renascimento deste movimento. No mesmo ano, a Enecos realizou uma pesquisa junto às escolas de comunicação do Brasil e desenvolveu o estudo “Estágio em Jornalismo”. O III Cobrecos, ocorrido em Juiz de Fora (MG), também apresenta uma proposta de regulamentação do estágio para estudantes de Jornalismo¹⁹ (MOURA In KUNSCH, 2007).

Especialmente a respeito da bandeira levantada a favor do estágio a partir da década de 1990, a Fenaj afirma que a mudança da postura dos estudantes,

reflete a incredulidade quanto à eficácia da proibição, sobretudo porque a necessária substituição do estágio por laboratórios que reproduzissem as condições de produção implantadas nos mais diversos locais em que se realiza atividade jornalística não se concretizava na velocidade e no nível sonhado e projetado no início dos anos 80. Também afirmam que outro objetivo da proibição do estágio, a moralização do mercado de trabalho, tampouco se concretizou (FENAJ, 2008b, p. 2-3).

O movimento mais significativo a respeito do estágio ocorre em 1997, quando a Fenaj levanta mais uma vez a bandeira de luta pela qualidade da formação e realiza o 27º Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas na cidade de Vila Velha (ES). Após longo debate e negociação entre a entidade e a Enecos, Intercom, Compós e Abecom aprova-se o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo, que apresentou uma proposta de bases para a regulamentação da prática do estágio acadêmico. Fica decidido pela criação de um Grupo de Trabalho para dialogar com escolas, professores, estudantes e empresários visando a implementação do Programa²⁰ que possibilitaria o retorno dos estágios. O

¹⁹ Segundo Valverde (2006), a categoria dos jornalistas também se mobiliza nesta época em torno das discussões sobre o estágio. No Congresso dos Jornalistas realizado em Curitiba (PR), em 1994, foi apresentada uma proposta para a criação de um Programa de Estágio Acadêmico. Entre os vários argumentos apresentados estava o de que o aprendizado do ofício depende da vivência e experiência de situações concretas. Mas os jornalistas não aprovaram a volta do estágio neste congresso.

²⁰ Em 1999, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP) passa a elaborar um projeto-piloto de estágio e apresenta seus resultados no 29º Congresso Nacional de Jornalistas, ocorrido em setembro de 2000, em Salvador (BA). Baseado nas experiências do Sindicato, o Congresso Nacional de Jornalistas formula como uma de suas resoluções a criação de um Programa de Estágio Acadêmico, que deveria ser acompanhado pela Comissão Estadual de Qualidade de Ensino de Jornalismo de cada um dos sindicatos de jornalistas de todos os estados brasileiros (VALVERDE, 2006).

documento tem sido atualizado²¹ e, desde 2002, também conta com a assinatura da FNPJ (FENAJ, 2008b; VALVERDE, 2006).

A proposta incluída no Programa de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo colocou a questão do estágio em outro patamar. A partir de então, ele não mais dividiria os jornalistas e não seria mais considerado pela categoria como panacéia para os cursos de Jornalismo, mas um dos elos da intrincada corrente que compõe o ensino superior (neste caso o de Jornalismo). Assim, a discussão do estágio não mais seria feita sem a sua devida relação com princípios de qualidade de ensino (FENAJ, 2008b, p. 3).

O objetivo da Fenaj de zerar as controvérsias a respeito do estágio ainda não foi alcançado. É, inclusive, uma pretensão utópica realizar por completo esta finalidade, pois, se assim ocorresse, cessaria o debate sobre o assunto. O Programa Nacional de Projetos de Estágio Acadêmico em Jornalismo foi aprovado em 2006, no 32º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Ouro Preto (MG). “O estágio, portanto, deixou de ser apenas um item com especificações/recomendações gerais do Programa de Estímulo à Qualidade de Ensino, passando a constituir um programa completo” (FENAJ, 2008a, p. 3). O documento ganhou uma nova versão em 2008, no II Seminário Nacional de Avaliação do Programa Nacional de Estágio Acadêmico em Jornalismo, realizado em Florianópolis (SC). O Programa de estágio coordenado pela Fenaj traz normas com critérios para contratação de estagiário, direitos, entre outras condições que estão à frente do previsto pela Lei do Estágio, como já mencionamos, aprovada em 2008 (CARVALHO, 2013). Uma possível deficiência do Programa, na visão de Carvalho (2013), está no fato de que o documento da Fenaj não versa sobre as atividades específicas a serem realizadas. O Programa também ficou limitado por não possuir caráter legal, como é o caso do estabelecido nas novas Diretrizes Curriculares.

Estes movimentos nascidos a partir de 1995 tinham como objetivo “uma reflexão que abrisse possibilidades para um novo currículo que pudesse sanar as dificuldades encontradas no ensino de Comunicação Social no país” (BERNARDO, 2010, p. 134). Os principais argumentos davam conta da necessidade de flexibilização do currículo para atender as especificidades regionais de ensino (BERNARDO, 2010).

Apesar do cuidado com que foi elaborado, o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo não foi considerado na primeira proposta de Diretrizes Curriculares, elaborada em 1998 por uma Comissão de Especialistas em Ensino da Comunicação, amplamente criticada e substituída por uma nova versão em 1999, também

²¹ “Em 2006, ocorreu o 9º Encontro do FNPJ, em Campos dos Goytacazes (RJ), cuja programação envolveu uma avaliação do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas, também identificado como Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino em Jornalismo” (MOURA In KUNSCH, 2007, p. 53).

considerada um grande retrocesso no ensino de Jornalismo. Esta proposta pretendia diluir as habilitações por meio da retomada da profissão de comunicador social (MEDITSCH, 2006a In MEDITSCH, 2012). Ao perceber que nenhuma de suas posições havia sido considerada pela Comissão, entidades da área de Jornalismo propõem a realização de uma contraproposta, ressaltando, entre outros pontos, o fortalecimento das habilitações, “instalações e equipamentos para cada habilitação e presença de profissionais no corpo docente” (MEDITSCH, 2006a In MEDITSCH, 2012, p. 140). Em suma, na avaliação de José Salvador Faro (In PERUZZO; SILVA, 2003) a versão final das Diretrizes Curriculares encaminhada ao CNE em julho de 1999 acabou se transformando em um produto de consenso bastante delicado. De um lado, as entidades que advogavam pela manutenção da Comunicação Social e, do outro, os que defendiam a especificidade da formação em Jornalismo. Por fim,

Em 2001, o CNE aprova as Diretrizes Curriculares de Comunicação em versão definitiva, e esta versão ignora toda a discussão da área acadêmica, assim como a proposta enviada pela Comissão de Especialistas em Comunicação, depois de tantas versões e negociações. As diretrizes aprovadas no CNE são genéricas e não estabelecem nem mesmo a duração dos cursos, seguindo a política geral de liberalização e desregulamentação da educação superior adotada durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (MEDITSCH, 2006a In MEDITSCH, 2012, p. 141-142).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social²², apesar de adotar algumas propostas que chegaram ao MEC, negaram a principal reivindicação das discussões, o resgate do Jornalismo como um curso independente da Comunicação Social. “Dessa forma, as demais recomendações perderam o sentido e foi instituído um documento que, não só não atendeu a demanda das entidades da área de comunicação, dos docentes, discentes e nem mesmo o mercado de trabalho” (BERNARDO, 2010, p. 135-136).

Com relação ao estágio curricular supervisionado, a possibilidade de implantação do mesmo também foi descartada pelas primeiras Diretrizes à área de Comunicação Social. O texto do Parecer CNE/CES 492/2001, que aprovou estas Diretrizes, somente previa que o estágio deveria ser orientado por objetivos de formação, visando à interação com o mundo do trabalho, e que se refere a estudos e práticas supervisionadas em atividades externas à escola. Acrescenta, inclusive, que o estágio supervisionado, em conjunto com as atividades complementares, não poderia ultrapassar 20% da carga horária total do curso (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Parecer n.º CNE/CES 492/2001).

As discussões geradas a partir da DCN ocasionaram maior organização das representações da área e culminaram na revisão dessas diretrizes em 2009. No relatório da

²² Homologadas em 25 de janeiro de 2002 e disponíveis na Resolução CNE/CES 16.

Comissão de Especialistas entregue ao MEC, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social foram consideradas pelos integrantes da Comissão,

provavelmente um caso único de diretrizes formuladas para uma área, pois a Lei 9131, de 25 de novembro de 1995, estabelece em seu Art. 9º, parágrafo 2º que as diretrizes devem ser formuladas “para os cursos” (DIRETRIZES In MEDITSCH, 2012, p. 230).

As ações em defesa de um currículo específico para o curso de Jornalismo atravessaram toda a primeira década do século XXI e foram levantadas por diferentes entidades do jornalismo brasileiro, para citar alguns exemplos:

Em abril de 2006, o 9º Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo aprovou uma resolução recomendando ao Ministério da Educação que, em razão da maturidade teórica e do reconhecimento social de sua importância, os Cursos de Jornalismo devem constituir graduação específica em Jornalismo e não mais uma habilitação dos cursos de Comunicação Social. Poucos meses depois, o 32 Congresso Nacional dos Jornalistas realizado em Ouro Preto, em julho de 2006, aprovou uma resolução no mesmo sentido (DIRETRIZES In MEDITSCH, 2012, p. 235).

No âmbito do governo federal, a discussão sobre mudanças nas Diretrizes Curriculares começaram efetivamente em 2008, quando o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciou a meta governamental de rever e atualizar as diretrizes de ensino de campos fundamentais para a educação da cidadania, entre eles o jornalismo. Uma comissão de oito pessoas, sob coordenação de José Marques de Melo, entregou em setembro de 2009 o relatório com as propostas.

No documento encaminhado ao MEC, a justificativa utilizada pela Comissão para inclusão do estágio curricular supervisionado nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Jornalismo é de que ele é um dos pilares que contribuirão para o aperfeiçoamento do ensino de Jornalismo, além de ser uma antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a integração da universidade com o setor produtivo. O tópico 2 do relatório (DIRETRIZES In MEDITSCH, 2012, p. 238), intitulado Proposta de Diretrizes Curriculares, propõe que um dos elementos estruturais componentes do projeto pedagógico dos cursos será a: “X – regulamentação das atividades de estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização”. O documento foi encaminhado pelo ministro ao Conselho Nacional de Educação (substituto do CFE), que realizou uma audiência pública sobre a proposta (além das três que já haviam sido realizadas por iniciativa da própria Comissão). A proposta da Comissão é defendida praticamente de forma unânime por representantes da Fenaj, FNPJ, SBPJor, Intercom, dentre outras entidades e organizações,

que pedem sua rápida aprovação (CARVALHO, 2013). O projeto foi aprovado quatro anos depois, em setembro de 2013, com pequenas modificações.

Na avaliação de Carvalho (2013), ao excluir a participação dos sindicatos no desenvolvimento dos estágios, as novas diretrizes curriculares parecem não resolver o problema da fiscalização das condições de trabalho.

Ao contrário, reforçam a separação entre direitos de estudantes e deveres de empresas, uma vez que desconsideram a atividade sindical como necessária também para a formação de profissionais em condições de se inserirem no mercado cientes dos limites dos contratos de trabalho (CARVALHO, 2013, p. 165).

Basicamente, as novas diretrizes propõem formar profissionais com competência “teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento” (CNE, Resolução nº 1/2013, Art. 4). Com relação ao estágio supervisionado, está homologado que:

Art. 10. A carga horária total do curso deve ser de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, sendo que, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2007, o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Parágrafo único. A carga horária mínima destinada ao estágio curricular supervisionado deve ser de 200 (duzentas) horas.

(...) Art. 12. O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição por seus colegiados acadêmicos, aos quais competem aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio curricular supervisionado poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais.

§ 2º As atividades do estágio curricular supervisionado deverão ser programadas para os períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º A instituição de educação superior deve incluir, no projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, a natureza do estágio curricular supervisionado, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo.

§ 4º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado a prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente.

§ 5º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso (CNE, Resolução nº 1/2013, Art. 10 e Art. 12).

Assim como ocorreu com a implantação dos currículos mínimos e das diretrizes para a Comunicação Social, o debate sobre as novas Diretrizes também não é uníssono na academia.

A edição 188 da revista *Cult*, publicada em março de 2014, traz um “dossiê” sobre as novas DCN, declarando, já na capa, que a proposta cria um “abismo entre teoria e prática”. Em um dos artigos, o professor *Ciro Marcondes Filho* (2014, p. 24) critica que as novas diretrizes “atendem a demanda de um único grupo de professores universitários, interessado em desvincular a formação do jornalista da cultura científica e humanística da área de comunicação”, significando um “retrocesso em todo um trabalho de décadas, que se propunha à construção de mentes críticas na imprensa brasileira”.

Neste mesmo “dossiê”, o professor *Muniz Sodré* (CABRAL, 2014, p. 27) argumenta que a realidade atual das mudanças do jornalismo e da própria mídia de massa é grande demais “para ser instrumentalmente apropriada – e compreendida – por uma única específica categoria profissional”. Já o professor *José Arbex Júnior* (2014) defende que é mérito indiscutível das Diretrizes apontar a especificidade do ensino de Jornalismo. Em contrapartida, *Arbex Júnior* (2014, p. 30) questiona que a proposta aprovada pelo MEC “reduz o ensino do Jornalismo a um conjunto de práticas adequadas às necessidades das grandes empresas e ao “mercado” em geral, esvaziando qualquer possibilidade de reflexão crítica” ao monopólio e às suas relações promiscuas com os agentes públicos, prática enraizada na realidade brasileira.

Delineamos ao longo deste Primeiro Capítulo os marcos históricos da implantação do ensino de Jornalismo no Brasil, destacando o curso da UFSC em suas especificidades didático-pedagógicas, e explicando como ocorreu a inclusão dos estágios nos currículos das escolas de jornalismo, desde os Currículos Mínimos até a aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais à graduação em Jornalismo. O objetivo foi mostrar que nosso objeto de estudo, os estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC, está inserido em um contexto muito mais amplo e complexo, que foi se modificando conforme o momento sócio-político em que estava inserido. Neste embasamento teórico, duas questões ainda ficam por ser melhor detalhadas e esclarecidas: o papel pedagógico do estágio e sua disposição na legislação brasileira, motivo de dúvidas e inquietações em vários âmbitos (acadêmico, estudantil e empresarial). Estes assuntos serão problematizados no Segundo Capítulo.

2. O ESTÁGIO NO ENSINO DE JORNALISMO

Em continuação à revisão bibliográfica, este capítulo se propõe a investigar, no item 2.1, o papel pedagógico do estágio, relacionando a literatura de variados pesquisadores e instigando a conceituação do termo estágio supervisionado. Em seguida, no item 2.2, nos detemos na busca por esclarecer o embaraço legal em que diversos instrumentos legais e institucionais incluem a prática profissional supervisionada no jornalismo, para que a compreensão da complexidade jurídica em que nosso objeto de estudo está inserido seja a mais completa possível.

2.1 O papel pedagógico do estágio

Uma das perguntas que motivou esta pesquisa é: Qual o real papel do estágio na formação profissional dos futuros jornalistas? Já que a questão é frequentemente discutida a partir da dualidade a favor e contra, o que enfraquece o entendimento da prática e, muitas vezes, invalida sua problematização. O assunto é intrincado e requer uma análise densa, que iremos aprofundando ao longo da monografia.

A inserção do estágio como um dos pilares que constituem a formação do jornalista, a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, coloca-o como item obrigatório na agenda de discussões sobre o seu papel pedagógico. Destaca-se que, “embora os estágios tenham sido inseridos no ensino superior na década de 60 como treinamento profissional exigido para a formação de muitos bacharéis” (FUJINO; VASCONCELOS, 2011, p. 43) e, no caso específico do jornalismo, como prática obrigatória para a obtenção do registro de jornalista, como veremos mais detalhadamente ainda neste capítulo, Probst (2003, *apud* FORGRAD, 2004) explica que, neste período, enfatizava-se mais a prestação de serviço do que o processo de aprendizagem.

A valorização do aspecto pedagógico do estágio só vai ser instituída em 1977, com a promulgação da Lei nº 6.494, conhecida como primeira Lei do Estágio. Entre suas principais disposições, a lei colocou o estágio como uma atividade de complementação do aprendizado, a ser acompanhada pela escola e regulamentada por um contrato firmado entre estudante, e instituições campo de estágio e de ensino.

No campo acadêmico, a inclusão legal do estágio como fator pedagógico na formação de profissionais favorece o surgimento de pesquisas que evidenciam a tarefa de dar a conhecer e analisar criticamente o estágio. Em geral, estes diagnósticos levam em conta

questões no âmbito social, da formação do indivíduo, no setor econômico, sob a perspectiva de combater o uso de mão de obra barata, e do ponto de vista da própria dinâmica de realização do estágio, refletindo seu desenvolvimento e os melhores procedimentos na sua condução. Neste embasamento teórico, destacam-se as áreas de Pedagogia e Serviço Social, que apresentam estudos de referência, alguns adotados nesta monografia (VALVERDE, 2006).

Acreditamos que a concepção traçada por Marta Feiten Buriolla (1995) sobre o estágio supervisionado para o curso de Serviço Social, em sua essência, pode ser aplicada para uma definição geral do que é estágio supervisionado. Ou seja, um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto da profissão em que o estudante irá atuar, onde um leque de situações e atividades de aprendizagem profissional se manifesta para o estagiário, tendo em vista a sua formação. Para a pesquisadora,

O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente (BURIOLLA, 1995, p. 13).

Esta vivência reflexiva, seguindo o raciocínio de Buriolla (1995), inclui a presença de três agentes: professor, aluno e supervisor na instituição campo de estágio, os quais devem considerar a realidade em movimento e a sociedade em constante processo de transformação. Como já mencionado na Introdução, esta pesquisa se centra na relação escola-estagiário, reconhecendo que o papel das empresas na formação profissional do estudante valeria outra investigação aprofundada.

A matéria-prima da orientação do estágio, realizada pelo docente na instituição de ensino, é a própria prática profissional do estudante, que se dá na dinâmica das relações sociais e no âmbito das instituições sociais, e se configura de acordo com o momento da sociedade e do jornalismo, além da vivência pessoal do próprio estagiário (BURIOLLA, 1995).

Adotamos nesta pesquisa o conceito de prática profissional definido por Buriolla (1995), de que,

em seu sentido mais amplo, consiste no conjunto de atividades peculiares, realizada por uma determinada categoria profissional, legitimadas e reconhecidas pelo Estado e pelo mundo do trabalho. É portanto a prática desenvolvida por uma profissão. Toda ação profissional realiza-se no contexto sócio-histórico determinado pelas relações de produção, por elementos estruturais da realidade e pela prática política (BURIOLLA, 1995, p. 85).

No caso do estágio, ressaltamos, esta prática deve ser exercida sob a supervisão de profissionais e com objetivos pedagógicos. Seguindo este entendimento, a pesquisadora Selma Garrido Pimenta (2003, *apud* FORGRAD, 2004), da área de Pedagogia, sintetiza que a educação é um processo de humanização, de inserção crítica do educando na sociedade humana, a qual está continuamente relacionada ao mundo do trabalho. Nesta perspectiva, a autora considera que também cabe a universidade, como instituição de ensino, a introdução crítica do aluno no mundo do trabalho, o qual compreende o mercado de trabalho, mas não se reduz a este. Pimenta afirma que,

A Universidade deve ser capaz de propiciar ao aluno a análise e a interpretação do mundo do trabalho e de como este ocorre na sociedade, como um todo; permite-se, assim, que o aluno compreenda e saiba inserir-se no mercado de trabalho (PIMENTA, 2003 *apud* FORGRAD, 2004, p. 205).

Do ponto de vista de Fujino e Vasconcelos (2011), que expõem sobre a ação didático-pedagógica do estágio na formação em Biblioteconomia, pressupõe-se que a prática profissional supervisionada configura-se como uma oportunidade para obtenção de conhecimentos e aprendizagens “sobre o saber fazer e saber julgar conseqüências decorrentes das ações praticadas, onde quer que esteja sendo desenvolvido” (FUJINO; VASCONCELOS, 2011, p. 41).

No processo de construção desta veia crítica para atuação na sociedade, o estágio não deve se constituir como estratégia de prática aplicada ou verificação da teoria, mas, simultaneamente, teoria e prática (PIMENTA, 2003 *apud* FORGRAD, 2004).

Também estudiosa da área de Pedagogia, Stela Piconez (2000 *apud* FUJINO; VASCONCELOS, 2011) ressalta que, embora o estágio esteja dividido entre curricular, integrante imprescindível no currículo, e extracurricular, com prática não obrigatória, do ponto de vista das escolas, a distinção é irrelevante. Nos dois casos, o papel da universidade é tornar o estágio “instrumento integrante da articulação prática/teoria/prática e do envolvimento da instituição de ensino com as organizações” (2000 *apud* FUJINO; VASCONCELOS, 2011, p. 47).

A reflexão sobre o estágio também encontrou espaço nos debates do Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (ForGRAD). Desde 1999, no contexto de formação de um Plano Nacional para a Graduação (PNG)²³, o estágio passou a ser objeto de discussões constantes do ForGRAD, resultando na realização de quatro Encontros Nacionais de Estágio, que buscaram traçar perspectivas para o futuro da relação entre os

²³ O PNG é um documento que busca estabelecer princípios para nortear as atividades de graduação e estabelecer diretrizes, metas e parâmetros para o seu desenvolvimento concreto (FORGRAD, 2004, p. 16).

estágios, o ensino superior e o mercado de trabalho. O ForGRAD compartilha a visão de que o estágio deve ser incorporado ao processo de formação do aluno, enquanto atividade capaz de estimular o conhecimento crítico da realidade social, e a “sensibilização dos estudantes para o atendimento das necessidades sociais a partir do respeito aos valores éticos que devem orientar a prática profissional” (FORGRAD, 2004, p. 14). Ministrando a conferência “O Estágio no projeto de formação profissional universitária”, inserida II Encontro Nacional “Estágios, Ensino Superior e Mercado de Trabalho: Perspectivas para o Futuro”, realizado em 2003, em São Paulo (SP), a professora Acácia Kuenzer (2003 *apud* FORGRAD, 2004, p. 197) fez a crítica de que o estágio acadêmico deve ser entendido como uma atividade pedagógica, planejada e supervisionada. E não uma prática com fim em si mesma, “sem acompanhamento, propondo uma formação profissional voltada para práticas intermediárias, só fazendo aumentar o número de trabalhadores precarizados”.

A centralidade da supervisão para o desenvolvimento dos aspectos pedagógicos do estágio também é abordada em um dos estudos mais completos sobre estágio no jornalismo, a tese *O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista*, de Franklin Valverde (2006). Valverde analisa que só irá ocorrer a adequação didático-pedagógica do estágio se houver uma efetiva supervisão acadêmica realizada na instituição de ensino. Esta deve disponibilizar um docente para acompanhar o desenvolvimento do estágio e verificar se o mesmo está sendo realizado dentro dos pressupostos acadêmicos.

Esse processo de supervisão deve ser constante, durante todo o período em que o aluno estiver desenvolvendo o seu estágio. A atuação docente deve levar o aluno a "uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos" (BURIOLLA, 2001 *apud* VALVERDE, 2006, p. 88).

Na perspectiva de Valverde (2006), a relação entre orientador e estagiário acaba delineando dois campos: em um deles estão os discentes, ávidos para iniciar a prática efetiva de sua futura profissão; e, no outro, os docentes, que apontam à necessidade de preparo intelectual, de embasamento teórico. O autor (VALVERDE, 2006, p. 77) sublinha que é fundamental o papel do professor em administrar esta “falsa dicotomia entre a formulação teórica e a realização prática”, e faz referência à análise de Pimenta e Lima (2004 *apud* VALVERDE, 2006), os quais colocam a necessidade de superação dos conceitos de prática e de teoria a partir do trabalho do conceito de práxis no desenvolvimento do estágio, que supõe uma atitude reflexiva do trabalho desenvolvido. Se for concebido desta forma, o estágio

oferecerá ao estudante a possibilidade de um contato mais efetivo com os mistérios da profissão de jornalista.

Os pesquisadores Marli Barboza e Antonio Sardinha (2012) também investigaram o estágio em jornalismo a partir de uma perspectiva didático-pedagógica. O estudo não é tão aprofundado quanto o de Valverde (2006), porém apresenta um diagnóstico mais atual e foi escrito partindo da consideração do estágio como prática estruturante do ensino, como colocam as novas diretrizes curriculares, e não como atividade complementar. Os autores defendem a tese de que o estágio acadêmico supervisionado é campo legítimo para aproximar a categoria profissional, a universidade e o mercado. A justificativa é de que a própria natureza do estágio faz emergir “concepções, demandas e problemáticas estruturais sobre o jornalismo, debatidas de forma endógena muitas vezes por cada um dos atores desses respectivos campos” (BARBOZA; SARDINHA, 2012, p. 83). Nesse sentido, o estágio supervisionado em jornalismo, mais do que um canal para atender requisitos acadêmicos e pedagógicos, pactuados no reconhecimento do estágio como pilar na formação do jornalista, “precisa responder e emergir como campo de tensionamentos permeado pelo ensino, a pesquisa e o exercício profissional” (BARBOZA; SARDINHA, 2012, p. 87).

A partir deste panorama, Barboza e Sardinha (2012) enfatizam que o estágio é um momento de grande experiência para o aluno, porque o coloca em contato com os desafios que se apresentam no trabalho do jornalista, em sua relação com a sociedade e gera dúvidas e conflitos que devem ser compartilhados com profissionais. Portanto, a prática do estágio não é adequação ao mercado de trabalho, sua realização deve representar um período de reflexão do fazer e de pensamento sobre a prática social. Ou seja, uma forma de apropriação da crítica para descobertas sobre questões presentes na dinâmica da sociedade que irão contribuir para o crescimento e amadurecimento profissional do aluno e do próprio jornalista supervisor, docentes ou não.

Como já mencionado no capítulo anterior, as discussões sobre a validade do estágio como ato pedagógico fizeram com que a Fenaj o incluísse, na década de 90, em seu Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo, como fator de valorização dos cursos e complemento útil e enriquecedor da formação acadêmica do estudante de jornalismo. A entidade também aprovou, em 2006, o Programa Nacional de Estágio Acadêmico, onde defende que os estágios não sejam obrigatórios, nem integrem a grade curricular dos cursos de Jornalismo, o que contraria a resolução imposta pelas novas Diretrizes Curriculares. Para a Fenaj, os estágios deveriam ser guiados por objetivos de Ensino, Pesquisa e Extensão, contanto com a orientação de professores e profissionais e com

a participação dos sindicatos de jornalistas para evitar o aviltamento do mercado de trabalho, realizando a fiscalização em parceria com as instituições de ensino. Em suma, a entidade desejava que os estágios estivessem adequados ao seu Programa de Estágio, que definia normas de funcionamento e fiscalização (FENAJ, 2008b). Como vimos, alguns dos anseios da Fenaj, como a participação dos sindicatos no desenvolvimento dos estágios acadêmicos, não foram contemplados pelas novas Diretrizes Curriculares.

Apesar de sua relevância no processo de formação profissional, a incredulidade sobre a eficácia pedagógica do estágio em jornalismo fez com que sua prática fosse alvo de diversas críticas, principalmente oriundas na academia e nos sindicatos. Os argumentos, em geral, dão conta da falta de supervisão das escolas, a nulidade da fiscalização do trabalho dos estagiários nas instituições campo de estágio e, até mesmo, a indefinição legal sobre a prática do estágio em jornalismo, como veremos mais detalhadamente no item 2.2 desta monografia.

Um dos motivos para as deficiências do alcance didático-pedagógico do estágio está, por vezes, enraizado da relação entre universidades e instituições campo de estágio. O distanciamento entre a universidade brasileira e seu mercado de trabalho é ainda um tema de difícil resolução e motivo de questionamentos na área acadêmica, empresarial, profissional e, até mesmo, política (MEDITSCH, 2012 *apud* CARVALHO, 2013). Marques de Melo (2003) considera esta interação como o Calcanhar de Aquiles das escolas de comunicação no Brasil. O autor prioriza a questão ao longo da obra *Jornalismo Brasileiro*, e defende que o litígio pode ser resolvido se houver um desarme ideológico de ambas as partes.

Embora propiciem razoável base cultural e em alguns casos estimulem a prática jornalística nos laboratórios didáticos, falta aos cursos de comunicação vontade política para negociar programas de cooperação com as empresas. A proibição do estágio tem sido fator de estímulo à formação de jornalistas despreparados para enfrentar o primeiro emprego. A situação agrava-se com a velocidade com que as novas tecnologias de comunicação são absorvidas pelo mercado. Impotente, isolada e pauperizada, a universidade não tem condições para acompanhar as inovações vigentes no mundo do trabalho. Há evidentes exceções à regra, mas o panorama nacional é desalentador (MARQUES DE MELO, 2003, p. 176).

Sob o ponto de vista de Pierre (1998), que já em 1998 defendia a presença do estágio nos currículos de Jornalismo, esta possível falha no relacionamento das universidades com o mercado de trabalho torna-se mais preocupante. O autor (PIERRE, 1998, p. 128) argumenta que “é, sobretudo para atuar nas empresas, microempresas e organizações modernas que as escolas de jornalismo formam seus alunos”. Se este é mesmo o objetivo da formação acadêmica, há a necessidade de se repensar o diálogo empresa-escola, buscando uma integração mais comprometida com a formação de profissionais mais capacitados e críticos, este último ponto, nem sempre uma preocupação do mercado. Para Pierre (1998), a

aproximação será mais eficiente na medida em que a empresa respeitar as preocupações críticas da escola e em que a escola aceite sua existência dentro da economia de mercado e de que é bem-vinda a sua participação na formação do jornalista.

Do outro lado do balcão, o das empresas, Valverde (2006) coloca que há uma situação perversa na criação de vagas de estágio, um motivo atraente aos empresários, que tem tudo para se sobrepor à preocupação didático-pedagógica de formação profissional proposta pelo estágio: os contratos. Os contratos dos estagiários aliviam de sobremaneira a folha de pagamentos e os encargos trabalhistas pagos pelas empresas. A isenção do pagamento de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), décimo-terceiro salário, licença remunerada e contribuição ao PIS/PASEP, que daria direito à retirada anual de rendimentos, são motivos tentadores para o vínculo de estagiários às empresas. Ainda que o objetivo do estágio não seja o vínculo empregatício, devemos reconhecer que esta conjuntura, aliada à falta de fiscalização e supervisão, pode desvirtuar seriamente a validade do estágio como processo pedagógico de formação do jornalista.

Na perspectiva do estagiário, um componente que pode influenciar a realização do estágio é de natureza social. A síntese do estudo *Perfil do Jornalista Brasileiro*, traçado por Mick, Lima e Idargo (2013) mostra que, em 2012, 76% dos jornalistas haviam feito estágio. O dado expressivo de que três em cada quatro jornalistas atuantes no mercado são ex-estagiários se complementa com a informação de que 91,7% dos jornalistas que responderam a pesquisa tinham diploma específico em Jornalismo. A partir desses números, podemos influir que a prática do estágio se configura como uma tendência recorrente na formação em Jornalismo, à revelia de seu embaraço legal. Pretendemos dar a conhecer claramente os motivos da escolha pela realização do estágio nos próximos capítulos desta monografia. Por agora, passamos a tentar entender como a legislação brasileira colocou o estágio em jornalismo ao longo do tempo.

2.2 O embaraço legal do estágio

O importante papel pedagógico que pode adquirir o estágio na formação dos jornalistas, por vezes esteve invalidado pelo embaraço legal em que o tema está inserido na legislação brasileira.

Ao longo do século XX, diversas leis buscaram regulamentar o estágio no Brasil. O Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, é a primeira legislação aprovada em território nacional que faz referência ao estágio. Denominada Lei Orgânica do Ensino Industrial, a regulamentação que

estabelece as bases da organização do ensino industrial de 2º Grau manifesta, em seu artigo nº 47, que “consistirá o estágio em um período de trabalho, realizado por aluno, sob o controle da competente autoridade docente, em estabelecimento industrial” (BRASIL, Decreto-Lei nº 4.073/42, Art. 47).

O reconhecimento da categoria de estagiários, composta por alunos oriundos das faculdades ou escolas técnicas, é aferido em 1967, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, atual Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 1.002. O texto instituiu a obrigatoriedade do estabelecimento dos estágios através de contratos-padrão de Bolsa de Complementação Educacional, os quais discriminariam as condições operacionais do estágio: duração, valor da bolsa e seguro de acidentes pessoais ocorridos no local de trabalho. Este documento firmado entre empresa, estagiário e escola é atualmente denominado Termo de Compromisso de Estágio.

Entre 1970 a 1975, foram sancionados outros documentos para a regulamentação do estágio em condições específicas: Decreto nº 66.546/1970 – previu o estágio de estudantes de ensino superior de áreas prioritárias, especialmente, as de engenharia, de tecnologia, economia e administração em órgãos públicos e privados. Lei nº 5.692/1971 – estabeleceu as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e previu o estágio como forma de cooperação entre empresas e escolas. Decreto nº 69.927/1972 – instituiu a Bolsa de Trabalho, cujos beneficiários eram considerados estagiários. Decreto nº 75.778/1975 – disciplinou o estágio no serviço público federal (INSTITUTO EUVALDO LODI, 2010, p. 18-19).

As diretrizes gerais dos estágios dos estudantes do ensino médio, de estabelecimentos de ensino superior e supletivo só foram institucionalizadas legalmente em 1977, com a promulgação da Lei nº 6.494, conhecida como primeira Lei do Estágio. A legislação estabelecia que as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos públicos poderiam aceitar como estagiários os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular nos níveis superior, profissionalizante de 2º grau e supletivo. Além disso, ficou instituído que os estágios deveriam propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e serem planejados,

executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano (BRASIL, Lei nº 6.494/77, § 2º).

A Lei nº 6.494 foi regulamentada cinco anos depois de sua aprovação, pelo Decreto nº 87.497/82. Este regulamento estabelecia que o estágio deveria colaborar para o processo educativo como procedimento didático-pedagógico, configurando-se em

atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino (BRASIL, Decreto nº 87.497/82, Art. 2).

Cabia, portanto, às escolas, a responsabilidade sobre o estudante estagiário e de fiscalização se realmente lhe estaria sendo proporcionado um aprendizado que lhe abonasse uma formação de qualidade (GUIMARÃES, 2005). O Decreto nº 87.497/82 também incentivou a criação dos agentes de integração, “isto é, entidades responsáveis por intermediar a relação escola–empresa” (IEL, 2010, p. 19).

Valverde (2006) coloca que estas legislações garantiram, ainda que minimamente - no se refere às questões didático-pedagógicas, os direitos dos estudantes estagiarem. No entanto, ao longo dos anos de sua aplicação, a Lei nº 6.494 praticamente não foi alterada e acabou se tornando obsoleta por não especificar pontos essenciais na realização do estágio, como a delimitação da carga horária e do número de estagiários por empresa. Estas deficiências foram resolvidas somente em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.788. Entre os benefícios trazidos pela atualização da legislação do estágio estão: a definição das cargas horárias máximas a ser exercidas pelos estagiários, dependendo do nível de ensino (médio, superior ou profissionalizante); a obrigatoriedade da concessão de bolsa-auxílio e vale-transporte aos estudantes em estágio não-obrigatório; o direito às férias remuneradas, com benefício proporcional a duração do estágio; e a determinação do número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio.

Fujino e Vasconcelos (2011, p. 45) analisam que, embora existam diversas especulações sobre os impactos da nova lei de estágio, “há consenso de que ela representa um grande avanço para as relações de participação dos estudantes no mercado de trabalho, ao determinar os direitos e deveres dos estudantes, das empresas e das instituições de ensino”.

No âmbito da UFSC, e tendo em vista o disposto na Lei n.º 11.788, os estágios dos alunos dos cursos de graduação são regulamentados pela Resolução Normativa n.º 14/CUn, de 25 de outubro 2011. O documento estabelece as normas para realização de estágios pelos universitários da instituição, tratando sobre, entre outros pontos: as concedentes campos de estágio, “ambientes de trabalho pertinentes ao desenvolvimento de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural relacionadas com a área de formação” (UFSC, Resolução Normativa n.º 14/CUn/2011, Art. 8); a obrigação de registro de todas as atividades de estágio (entrada, rescisão, relatórios) no Sistema de Informações para Acompanhamento e Registro de Estágios (SIARE); ao início de cada estágio, o estabelecimento do Termo de

Compromisso de Estágio (TCE) e Plano de Atividades de Estágio (PAE), que deverão ser analisados e assinados pelo coordenador de estágio do curso, um docente designado para esta função, juntamente com um supervisor no local do estágio; disposições sobre a jornada de atividades, que não deve ultrapassar seis horas diárias e 30 horas semanais; a duração do estágio de, no máximo, dois anos em uma mesma concedente; dos Relatórios de Atividades de Estágios Não-Obrigatórios (RAENOs), que devem ser preenchidos ao final de cada semestre letivo, assinados pelo supervisor na concedente e entregues ao coordenador de estágios; e da estrutura administrativa e suas competências, onde os estágios são gerenciados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, por meio do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional/PREG, entre outras disposições. Especificamente em relação à orientação e supervisão dos alunos-estagiários da UFSC, a Resolução Normativa n.º 14/CUn determina que,

Art. 23. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo por orientador designado pela Universidade e por supervisor indicado pela unidade concedente do campo de estágio, comprovado por vistos nos relatórios de atividades e por menção de aprovação final.

Art. 24. A orientação de estágio será efetuada por docente cuja área de formação ou experiência profissional sejam compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, previstas no termo de compromisso.

Parágrafo único. A orientação de estágio é considerada atividade de ensino que deverá constar dos planos individuais de ensino dos professores e dos planos departamentais, observado o disposto na resolução que disciplina a matéria.

Art. 25. A orientação de estágios, observadas as diretrizes estabelecidas no projeto pedagógico do curso, poderá ocorrer mediante:

I – acompanhamento direto das atividades desenvolvidas pelo estagiário;

II – entrevistas e reuniões, presenciais ou virtuais;

III – contatos com o supervisor de estágio;

IV – avaliação dos relatórios de atividades.

Art. 26. A supervisão do estágio será efetuada por funcionário do quadro ativo de pessoal da unidade concedente do campo de estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para supervisionar até dez estagiários simultaneamente. (UFSC, Resolução Normativa n.º 14/CUn/2011, Art. 23-26)

Além da legislação nacional do estágio, disponível na Lei n.º 11.788, e da Resolução Normativa da UFSC, há também a legislação específica para a prática profissional supervisionada em jornalismo. O reconhecimento do estágio no jornalismo esteve diretamente relacionado à regulamentação da profissão de jornalista. Após a imposição do Decreto-Lei 910, em 1938, que instituiu o ensino de jornalismo no sistema educacional brasileiro e dispôs sobre a duração e condições de trabalho em empresas jornalísticas, demorou ainda 23 anos para que a regulamentação da profissão voltasse a ser pauta no governo federal. Em 22 de agosto 1961, três dias antes de sua renúncia, o presidente Jânio Quadros assinou um decreto que explicitamente regulamentava o Decreto-Lei 910 (VALVERDE, 2006). Conforme relata

Valverde (2006), o novo decreto foi tachado de inconstitucional por aqueles que eram contra a regulamentação da profissão, com o argumento de que não havia seguido a tramitação necessária dentro do Congresso Nacional. Os partidários da regulamentação não desistiram e acreditaram que lograriam obtê-la no governo de João Goulart. Porém não contavam com um novo revés:

“Em meio a todos os problemas e ebulição social que João Goulart enfrentava às vésperas do golpe que o tirou da presidência, o decreto que regulamentava a profissão de jornalista – já assinado pelo ministro do Trabalho em 62 -, foi sacramentado pelo presidente em 13 de dezembro de 1963. Com a nova fase que se inaugura a 31 de março de 1964, toda regulada pelo arbítrio da ditadura militar que se instaurou, não houve nem tempo de sedimentar essa regulamentação, por que tudo que pertencia à legislação anterior aos atos de exceção não foi nem considerado, quanto mais efetivamente implantado” (MEDINA, 1982, p. 59). Apesar dessa situação histórica, na qual o Brasil viveu em um regime de exceção, a legislação que regulamenta a profissão de jornalista no Brasil, o Decreto-lei número 972, de 17 de outubro de 1969, foi aprovado em pleno regime militar (VALVERDE, 2006, p. 26-27).

O Decreto-Lei 972 passou a deliberar que o exercício da profissão de jornalista requeria prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Este registro seria feito mediante a apresentação de, entre outros requisitos, o diploma de curso superior de Jornalismo e uma declaração de cumprimento de, no mínimo, um ano de estágio em empresa jornalística (BRASIL, Decreto-Lei nº 972/69).

Valverde (2006, p. 93) observa que o estágio nas redações dos jornais existia mesmo antes da regulamentação profissional, “mas era tímido e feito de uma forma desorganizada”. Segundo o pesquisador, o fato de o estagiário vindo do ensino superior em Jornalismo dividir espaço com o chamado *foca*, aquele profissional em início de carreira e “formado” nas redações, gerava certo preconceito contra o estagiário. Esta constatação de Valverde (2006) tem por base o depoimento do Prof. Dr. Dirceu Fernandes Lopes, conferido ao autor durante a elaboração de sua tese. Lopes (*apud* VALVERDE, 2006) explica que, naquela época, década de 60, as atividades desempenhadas no estágio consistiam em reescrever telegramas que vinham de agências estrangeiras e redigir notas. Esta constatação, de acordo com Lopes, exprimia a falta de confiança que os profissionais depositavam na universidade em formar profissionais capacitados.

É importante ressaltar que os cursos de Jornalismo antecederam a regulamentação profissional em mais de 20 anos, já que, como vimos, o primeiro curso superior de Jornalismo foi criado oficialmente em 1947 (AFONSO In MARQUES DE MELO, 2006). Também vale salientar, nas palavras de Bernardo (2010, p. 91), “que o Decreto-Lei 972 foi responsável por

fomentar o aumento de oferta dos cursos de comunicação e que, nessa época, junto com outros cursos constituíram importantes centros de resistência democrática”.

A edição nº 2 do jornal *Unidade*, órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, publicada em setembro de 1975, trouxe uma visão interessante acerca desta legislação (VALVERDE, 2006). O depoimento foi feito pelo então estudante de Jornalismo, Gabriel Prioli, que declarava que

essa exigência de um ano de estágio obrigatório para se conseguir o registro de jornalista profissional é extremamente confortável para a empresa, porque cria o que chamamos de industrialização do estágio, um corpo de mão-de-obra relativamente boa, que pode ser substituída o tempo todo, sem maiores problemas (UNIDADE, 1975 *apud* VALVERDE, 2006, p. 96).

Valverde (2006, p. 29) descreve que aquele era um momento de ampla insatisfação da categoria e até mesmo dos estudantes, pois as empresas jornalísticas “exploravam os estagiários com alta rotatividade de mão de obra e baixa remuneração - muitas vezes até de graça - além de substituírem profissionais habilitados pelos alunos quarto-anistas”.

Na perspectiva dos estagiários, Marques de Melo (2004) afirma criticamente que o estágio funcionava como mecanismo de busca pela prática, que não era encontrada nas escolas de Jornalismo e, conseqüente, de deserção universitária. Por vezes impacientes em aproveitar as chances de trabalho remunerado, os estagiários renegavam a participação nos colóquios agendados na universidade, jubilandando-se em médio prazo e perdendo o direito ao diploma.

Essas contradições encontradas no exercício do estágio duraram praticamente uma década e fizeram com que, em junho de 1976, no 16º Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, uma delegação de alunos apresentasse o trabalho “O fortalecimento das escolas e o fim dos estágios”, que representava a posição do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás frente ao estágio profissional obrigatório. O documento defendia que o estágio enfraquecia a classe universitária, tinha baixa remuneração e longo tempo de duração, debilitava o mercado de trabalho, além de marginalizar o estudante dentro das empresas. Também pedia a descaracterização ou mesmo o extermínio da exigência de comprovação do estágio para o registro profissional. Outro argumento era que o fortalecimento da estrutura e do corpo docente das escolas de Jornalismo poderia suprir a falha que o estágio dizia preencher (PIERRE, 1998).

Em dezembro de 1978, chegou à primeira resposta à solicitação dos alunos. A Lei nº 6.612 era aprovada e vinha para alterar o Decreto-lei nº 972. Entre outras disposições, a nova

legislação elimina o estágio profissional como condição para o registro e exercício legal do jornalismo. Pierre (1998) menciona que,

O fim do estágio obrigatório foi sentido pelas escolas, pelos alunos e pela corporação dos jornalistas como emancipação de uma menoridade, como liberalização política, como abolição de uma corveia e de um elemento falseador do mercado de trabalho (PIERRE, 1998, p. 124).

Continuando a atender as reivindicações da categoria e dos estudantes de Jornalismo e tentando cessar os desmandos e irregularidades dos estágios, o governo militar toma uma decisão ainda mais radical por meio da aprovação, no ano seguinte, do Decreto nº 83.284, que torna ilegal o exercício de atividades profissionais sob pretexto de estágio em jornalismo. O Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, dá nova regulamentação à profissão e chega para por um fim nos estágios. O artigo mais emblemático desta legislação dá conta de que:

Constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento. (BRASIL, Decreto nº 83.284/79, Art. 19).

Para Valverde (2006, p. 102), a existência deste artigo 19 no Decreto nº 83.284, “em tese, deu início a uma relativa proteção aos profissionais habilitados”. Pois, se não houve um total impedimento no ingresso de estagiários nas redações, pode ser observado uma diminuição considerável no número de estudantes de Jornalismo em estágios.

Com a aprovação do Decreto nº 83.284, a situação dos estágios em jornalismo torna-se complexa: de um lado, temos a legislação geral, Lei nº 6.494/77, que possibilita a realização de estágio por estudantes do ensino superior e, do outro, um decreto específico para o curso de Jornalismo impedindo estágios na área. A legislação de 1979 deixava brechas para diferentes interpretações e a falta de fiscalização fragilizava o que foi instituído.

Pierre (1998) interpreta o artigo 19 do Decreto nº 83.284 com o seguinte raciocínio:

Colocando a frase em ordem direta, verifica-se que ela tem por sujeito a expressão “a prestação de serviços profissionais gratuitos ou com pagamentos simbólicos”. Dela, “prestação”, sujeito da frase, é que se predica “constituir fraude”. A prestação de serviços profissionais gratuitos ou com pagamentos simbólicos está pois proibida ainda que, para escamotear a lei, se faça a reclamação de instrumentos respeitáveis tais como estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio etc. (...) Estágios que não envolvam “prestação de serviços profissionais” não estão pois compreendidos pelo Decreto n. 83. 284. Destes estágios cuida uma outra legislação que se estende a todo o universo dos estabelecimentos escolares (PIERRE, 1998, p. 126-127).

Ao estudar a qualidade na formação em Jornalismo a partir da análise pedagógica da regulamentação do estágio para estudantes de Jornalismo, Guimarães (2005) defende uma

interpretação distinta da de Pierre (1998) sobre a legislação de 1979. Para a autora, desde a aprovação desta lei, “a palavra estágio nas escolas de jornalismo passou a ser correspondente de crime. O aluno que por ventura viesse a ser flagrado em situação de estágio estaria exercendo ilegalmente a profissão” (GUIMARÃES, 2005, p. 2).

Como já mencionamos anteriormente, na contramão da proibição do estágio em jornalismo, quando desenvolvido de forma a explorar e aviltar a mão-de-obra, e em reconhecimento de seu papel pedagógico, desde 2000,

a FENAJ vem incentivando, promovendo e coordenando o desenvolvimento de Projetos Pilotos de Estágio Acadêmico, dentro do processo de implantação do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas (FENAJ, 2008b, p. 3).

Em seu Programa de Estágio Acadêmico, a Fenaj defende que, quando o estágio é efetivamente acompanhado pela instituição de ensino e pelos sindicatos, executado a partir do que consta no Programa, não fere o que está instituído pelo Art. 19 do decreto de 1979.

Na visão de Carvalho (2013, p. 149), a Lei Nacional do Estágio (nº 11.788) “tem sido utilizada para sobrepor-se à lei que proíbe a realização de estágio exclusivamente em jornalismo”. Na concepção do autor, a Lei do Estágio aprovada em 2008 dá novo entendimento ao caso específico do Jornalismo ao reconhecer o direito ao estágio para todos os estudantes de ensino superior e estabelecer algumas condições para sua aplicação que podem ser interpretadas como direitos do estagiário. Cabe as instituições de ensino, órgãos públicos e privados e agenciadoras de estágio formalizar acordos cooperativos que viabilizem a seus estudantes a realização de estágio (CARVALHO, 2013).

Carvalho (2013) também critica a Lei nº 11.788 por desconsiderar as especificidades de cada área e unificar alguns critérios sobre a prática, sem definir, por exemplo, o que pode ser considerado prática profissional e o que pode fazer parte da formação acadêmica. Esta distinção ajudaria no cumprimento do Decreto nº 83.284. Porém, devemos salientar que a diversidade de profissões existentes torna difícil alinhar em uma única lei as especificidades de cada área em que podem ser realizados os estágios. O pesquisador entende que a Lei Nacional do Estágio, em comparação com o Programa de Projetos de Estágio da Fenaj, está em condições rebaixadas, uma vez que não oferece critérios para contratação ou supervisão das atividades. No entanto, como já mencionamos, o Programa da Fenaj não tem valor legal, o que enfraquece a aplicação desta proposta.

O contexto que trabalhamos até aqui mostra que os estágios continuam sendo realizados no jornalismo, à revelia do embaraço legal em que está inserido o tema. As

interpretações legais e pedagógicas da prática são distintas e resultam em diferentes opiniões, as quais procuramos elucidar neste capítulo. O diálogo entre diretrizes institucionais e legais para o exercício do estágio em jornalismo (a Lei do Estágio, o Decreto nº 83.284 e o Programa Nacional de Projetos de Estágio Acadêmico em Jornalismo) eram, até a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, o caminho encontrado para permitir a realização do estágio.

Para finalizar, apresentamos abaixo um quadro explicativo (Tabela 2) da ordem em que foram instituídas as regulamentações a respeito do estágio em jornalismo e o que diz, em suma, cada uma delas, para deixar mais clara a dinâmica da legislação brasileira sobre a prática profissional supervisionada no jornalismo.

Tabela 2: Legislação brasileira sobre o estágio em jornalismo

Data	Nº da regulamentação	O que diz
17 de outubro de 1969	Decreto-Lei nº 972	Regulamenta a profissão de jornalista. Exige a comprovação de estágio e diploma de Jornalismo para o exercício da profissão.
7 de dezembro de 1978	Lei nº 6.612	Altera o Decreto-Lei 972 e, entre outras disposições, elimina a necessidade de declaração de cumprimento de um ano de estágio em empresa jornalística como requisito para obtenção do registro de jornalista.
13 de março de 1979	Decreto nº 83.284	Considera fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamento simbólico, em jornalismo, sob pretexto de estágio.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto-Lei nº 972/69, na Lei nº 6.612/78 e no Decreto nº 83.284/79.

Tendo em vista a problematização do tema estágio no ensino de jornalismo que apresentamos neste Segundo Capítulo, percebemos que a prática profissional supervisionada é um assunto que requer uma discussão ainda mais aprofundada no contexto atual. Afinal, as escolas de Jornalismo têm até 2015 para implantar as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, que, como vimos, estipulam o estágio como item obrigatório em seus currículos. Esta perspectiva nos conduz à realização de uma nova etapa de pesquisa, que focará no mapeamento e análise dos estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC, nosso objeto de estudo, tentando compreender como esta prática tem contribuído à formação de jornalistas. Estas questões serão exploradas nos próximos capítulos.

3. PANORAMA DOS ESTÁGIOS DOS ALUNOS DE JORNALISMO DA UFSC

Nesta etapa da pesquisa, aproximamo-nos mais diretamente ao nosso objeto de estudo, os estágios dos estudantes do curso de Jornalismo da UFSC, com o objetivo de traçar suas principais características. O Terceiro Capítulo está dividido em duas etapas: primeiramente, no item 3.1, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados para construção de um panorama dos estágios; o tópico se completa com a apresentação e análise dos resultados obtidos, trazida no item 3.2.

3.1 Procedimentos metodológicos

Segundo as informações fornecidas no dia 16 de setembro de 2014 pelo Sistema de Controle Acadêmico da Graduação (CAGR) da UFSC, há 257 alunos com matrícula ativa em Jornalismo neste semestre. Destes, o SIARE dava conta que, na mesma data, havia 81 estágios em andamento, com nove em processo de rescisão e quatro estudantes aguardando assinaturas do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades de Estágio.

Para construir o mapeamento dos estágios dos alunos de Jornalismo da UFSC, entendemos que o procedimento metodológico mais ajustado à pesquisa é a aplicação de uma *survey*. O instrumento se propõe à obtenção de dados e informações sobre características, ações e opiniões dos estudantes, com o intuito de identificar padrões gerais entre os estágios (KRAEMER; PINSONNEAULT, 1993). Esta inferência também segue o raciocínio dos pesquisadores Cervi e Hedler (2009, p. 10) que, em análise sobre o uso de métodos quantitativos na produção de conhecimento sobre jornalismo, afirmam que esta metodologia com o uso de dados estatísticos se justifica quando o objetivo da investigação é “reduzir uma grande massa de informações a alguns indicadores que são capazes de representar as principais características do objeto analisado”. Os pesquisadores também defendem que a aplicação de questionários a partir de fontes e dados primários estatísticos é uma das técnicas mais utilizadas à coleta de informações da realidade (CERVI; HEDLER, 2009).

Já Freitas *et al.* (2000) sintetizam que a *survey* é apropriada como método de pesquisa quando se deseja responder questões do tipo “o quê?”, “por quê?”, “como?” e “quanto?”, e quando o objeto de interesse ocorre no presente ou num passado recente, como é o caso dos estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC matriculados no segundo semestre de 2014.

Como o tema desta monografia apresenta um universo variado de informações a serem coletadas, fizemos um recorte na realidade e construímos questões que focassem aspectos

pedagógicos, seguindo o problema de pesquisa que almeja entender o papel do estágio à formação de jornalistas; e o desenvolvimento de perguntas que pudessem traçar um panorama geral do contexto dos estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC, outro questionamento que deu origem a esta investigação. A partir desta categorização, construímos um questionário semiaberto, com 16 perguntas de múltipla escolha e uma questão dissertativa, para ser aplicado à população de estagiários e ex-estagiários do Jornalismo UFSC com matrícula ativa no segundo semestre de 2014.

Em suma, almejamos conhecer a identidade destes estudantes (seu gênero, em que fase da graduação começou a fazer estágio e o número de semestres que já fez de estágios), suas intenções ao escolher fazer um estágio não obrigatório (os motivos da escolha do estágio), as características de seus estágios (áreas e atividades de maior atuação, carga-horária média diária de estágio e remuneração), o comportamento dos agentes diretamente envolvidos na execução do papel pedagógico do estágio (a orientação aos estagiários na escola, interdisciplinaridade entre as atividades desenvolvidas e o que é ensinado no curso, quem é o responsável pelo esclarecimento de dúvidas que possam surgir no exercício do estágio e a possibilidade de convivência com jornalistas), e os valores atribuídos ao estágio para a formação profissional.

Para uma maior clareza no entendimento das questões, foram elaborados dois modelos de questionários (Apêndice A e B), que seriam utilizados conforme o público-alvo, estagiários ou ex-estagiários. A diferença entre estes dois instrumentos de pesquisa é somente o tempo verbal das questões e outras adequações/conveniências aos sujeitos da pesquisa. Ressaltamos que, como havia um número grande de questões e focalizávamos um alto comprometimento dos respondentes com todas as perguntas, optamos por um formulário que fosse sucinto e que conseguisse extrair em poucos minutos as informações desejadas. Portanto, limitamos os instrumentos de pesquisa a três páginas e decidimos aplicá-los em papel. Inferimos que, se o questionário fosse aplicado online, apesar da facilidade de catalogação dos dados, haveria uma chance maior de os alunos não responderem. Com os questionários em papel, tínhamos as respostas imediatamente ao processo de aplicação, conferindo maior domínio sobre a quantidade de respondentes e possibilitando a resolução de possíveis dúvidas que pudessem ser geradas.

Ainda tendo em vista abranger o maior número possível do público-alvo e possibilitar que alunos de todos os semestres pudessem participar da pesquisa, foi montado um cronograma de aplicação da *survey*, com base no Currículo do Curso de Graduação em Jornalismo e no Cadastro de Turmas do CAGR, que permite aos alunos matriculados

visualizar os dias, horários e localização de todas as aulas de Jornalismo na UFSC e o número de estudantes por turma. A partir deste diagnóstico, escolhemos os dias 18, 22, 23 e 24 de setembro para aplicação do questionário – duas manhãs e duas tardes, pretendendo envolver não somente quem faz seus horários de manhã, como também quem estuda no período vespertino. No quadro (Tabela 3) a seguir, é possível compreender melhor a amostragem da aplicação do instrumento:

Tabela 3: Dias com maior número de fases e alunos abarcados pela pesquisa

	Turno de aplicação	Fases contempladas	Total de alunos matriculados nas turmas
Quinta-feira 18/09/14	Matutino	1 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 6 ^a	139
Segunda-feira 22/09/14	Vespertino	1 ^a , 3 ^a , 6 ^a , 8 ^a 2 optativas	126
Terça-feira 23/09/14	Matutino	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 5 ^a , 7 ^a 1 optativa	127
Quarta-feira 24/09/14	Vespertino	2 ^a , 4 ^a , 5 ^a , 7 ^a , 1 optativa	134

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados coletados no CAGR UFSC.

Definidas as datas de aplicação dos questionários, partimos para a realização de um pré-teste, cujo objetivo era avaliar o procedimento de aplicação, detectar possíveis incoerências de entendimento das perguntas e/ou respostas e verificar a eficiência do instrumento de pesquisa. No dia 16 de setembro, cada questionário foi aplicado para dois alunos estagiários e dois ex-estagiários. Constatamos que o tempo médio para preenchimento foi de 6min30seg. Os estudantes que participaram do pré-teste manifestaram que o questionário estava claro e completo, sem necessidade de adicionar ou remover perguntas. Foram quatro dúvidas e/ou sugestões, nenhuma delas se repetiu entre os participantes:

- 1) Na questão número 5 (Como consegue seus estágios?), as duas primeiras alternativas de resposta estavam como “Indicação de colega” e “Indicação de professor”. Uma estudante estagiária ficou em dúvida se a resposta se referia ao professor que havia indicado o estágio para o aluno ou se o aluno havia sido indicado para um estágio pelo professor. Concordando com a dúvida, alteramos as alternativas para “Colega indicou a vaga” e “Professor indicou a vaga”.
- 2) Na questão número 8 (Que atividades vem desenvolvendo nos estágios?), um aluno estagiário ficou em dúvida se a opção “Pesquisa de informações” se tratava de pesquisa acadêmica. Analisando a dúvida, modificamos a alternativa para “Apuração de Informações”, para que a resposta estivesse mais clara.

- 3) Na pergunta número 9 (Cite os nomes das instituições em que estagia e já estagiou), única dissertativa, um estagiário sugeriu que a resposta fosse colocada em ordem cronológica e com o tempo que o aluno ficou em cada estágio. Concluímos que a ordem cronológica seria um ponto interessante para organização das respostas e modificamos a pergunta para: “Cite, em ordem cronológica, os nomes das instituições em que estagia e já estagiou”.
- 4) A última sugestão foi de alterarmos a pergunta número 10 (Seu estágio dura quantas horas por dia?) para o total de horas semanais. Decidimos continuar com a pergunta inicial, por considerar que o questionamento sobre a quantidade horas dispendidas no estágio por dia é melhor para visualizar o impacto da carga horária diária em relação à escola.

Após a fase de validação do instrumento e ajustes nos questionários, entramos em contato por e-mail com todos os professores que estariam ministrando aulas nos dias selecionados à aplicação da *survey*, requerendo a permissão para utilizar 15 minutos de suas aulas. Todos os docentes solicitados deferiram o pedido.

Nos quatro dias de realização da pesquisa, deixamos claro aos respondentes que as atividades de iniciação científica e de monitoria não eram consideradas estágios, primeiro, por não serem registradas como estágios no SIARE, onde devem estar cadastrados todos os estágios exercidos por alunos da UFSC e, segundo, por não se configurarem como atividade de prática profissional e, sim, acadêmica. Com relação à iniciação científica, é uma prática de pesquisa acadêmica realizada por alunos de graduação. Já a monitoria também é considerada pela UFSC uma atividade acadêmica que tem por finalidade:

Despertar nos alunos interesse pela carreira docente, prestar auxílio a professores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades técnico-didáticas, bem como contribuir para a manutenção de um relacionamento pedagógico produtivo entre alunos e professores (UFSC, Resolução nº 19/CEPE/93, Art. 2).

Também ressaltamos aos participantes que não era necessário se identificar no questionário, favorecendo a impessoalidade, e provendo “confiança no anonimato [...] uma vez que o entrevistado possui o controle do registro das respostas, podendo levar ao fornecimento de informações mais francas” (DENCKER; DA VIÁ, 2002 *apud* VALVERDE, 2006, p. 125). Ao todo, foram 130 respondentes, entre estagiários e ex-estagiários, o que representa 50,58% dos estudantes atualmente matriculados no curso de Jornalismo da UFSC. Em seguida, apresentamos a análise das respostas.

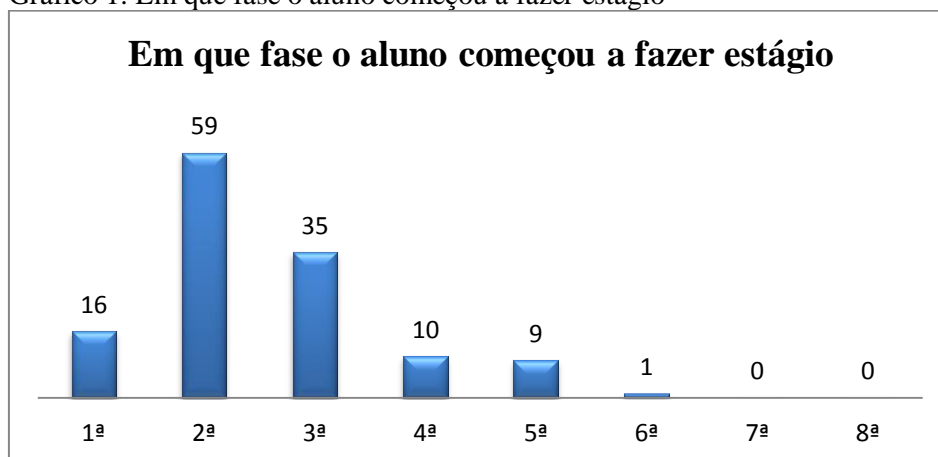
3.2 Resultados obtidos com a *survey*

Dos 130 estagiários e ex-estagiários que participaram da pesquisa, a maioria são mulheres, 63%, o que corresponde a 82 estudantes. Os homens representaram 37% dos respondentes, o que significa que 48 alunos do sexo masculino fazem ou já fizeram estágio.

Da relação entre o número de estagiários e ex-estagiários no total de repostas, identificamos que 94 alunos estão realizando estágio, contra 36 que já realizaram a prática profissional supervisionada durante a graduação em Jornalismo na UFSC, mas que atualmente não está em nenhum estágio. Se compararmos a quantidade de alunos em exercício de estágio com a informação conferida pelo sistema da UFSC de que no dia 16 de setembro de 2014 havia 81 estágios em andamento, com nove em processo de rescisão e quatro estudantes aguardando assinaturas do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades de Estágio, podemos inferir que nos quatro dias de aplicação do questionário conseguimos abarcar praticamente a totalidade dos estagiários de Jornalismo da UFSC. Ao mesmo tempo, ressaltamos que esta informação não é confirmada e que o fato de termos encontrado 94 estagiários no curso pode indicar, também, que nesses dois dias de diferença, entre a consulta ao SIARE e o início da aplicação da *survey*, estes números mudaram consideravelmente, ou até mesmo um indício de que alguns estágios não são registrados no SIARE, sendo considerados, portanto, irregulares.

Como podemos observar no Gráfico 1, a maioria dos estudantes de Jornalismo da UFSC começa a fazer estágio já nas fases iniciais do curso, com predominância de inserção no estágio a partir da 2ª e 3ª fase, que juntas representam 72,3% de todos os respondentes.

Gráfico 1: Em que fase o aluno começou a fazer estágio

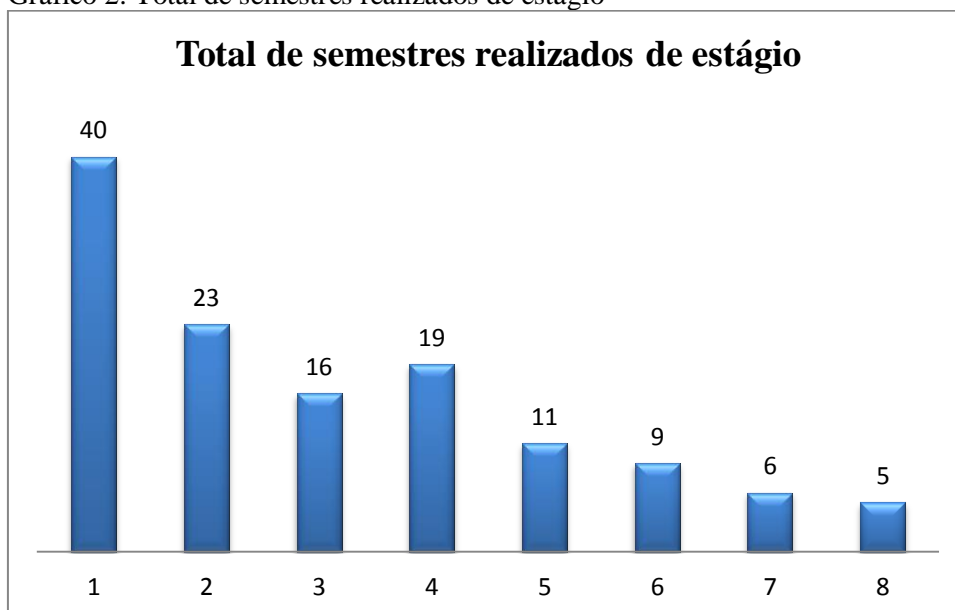


Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo, este contexto pode vir a ser modificado nos próximos anos, pois o Art. 12 parágrafo 2º da Resolução do CNE coloca que “as atividades do estágio curricular supervisionado deverão ser programadas para os períodos finais do curso” (CNE, Resolução nº 1/2013, Art. 12).

Apesar de começar a prática profissional supervisionada já nas primeiras fases, constatamos que os estudantes de Jornalismo da UFSC tendem a realizar até quatro semestres de estágio durante a graduação (conforme Gráfico 2). Sob outra perspectiva, este dado demonstra que os discentes passam até metade do período mínimo de integralização do currículo, que é de oito semestres, em exercício de estágio. Vale ressaltar que 30,7% dos respondentes somente realizaram um semestre de estágio até o momento. Por outro lado, podemos notar no Gráfico 2, inclusive, a existência de alguns casos em que os alunos fazem estágio durante todo o período de formação em Jornalismo na UFSC.

Gráfico 2: Total de semestres realizados de estágio



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

A explicação dos estudantes pela decisão de realizar um estágio não obrigatório, conforme o Gráfico 3, está apoiada principalmente em dois argumentos: em primeiro lugar, como “Complementação do aprendizado recebido na universidade”, resposta de 91 alunos, seguido de “Necessidade Financeira”, resposta de 89 estudantes. A terceira principal motivação para fazer o estágio é a vontade de “Conhecer o mercado de trabalho”, escolha de 55 respondentes. É importante ressaltar que a pergunta que deu origem a estas constatações

permitia que o estagiário ou ex-estagiário marcasse mais de uma opção como resposta, porque consideramos que o aluno pode ter mais de uma razão para escolha de um estágio. A partir do Gráfico 3, também podemos verificar que as opções “Para estabelecer relacionamento com profissionais e empregadores da área” e “Para garantir um futuro emprego” obtiveram os menores índices de respostas, 41 e 16, respectivamente. Uma provável explicação para este contexto é que os alunos ingressam cedo nos estágios, como pudemos observar no Gráfico 1, e a garantia de um futuro emprego, naturalmente, não é uma preocupação de quem ainda tem vários semestres para estudar até a formatura.

Gráfico 3: Motivos da procura por um estágio



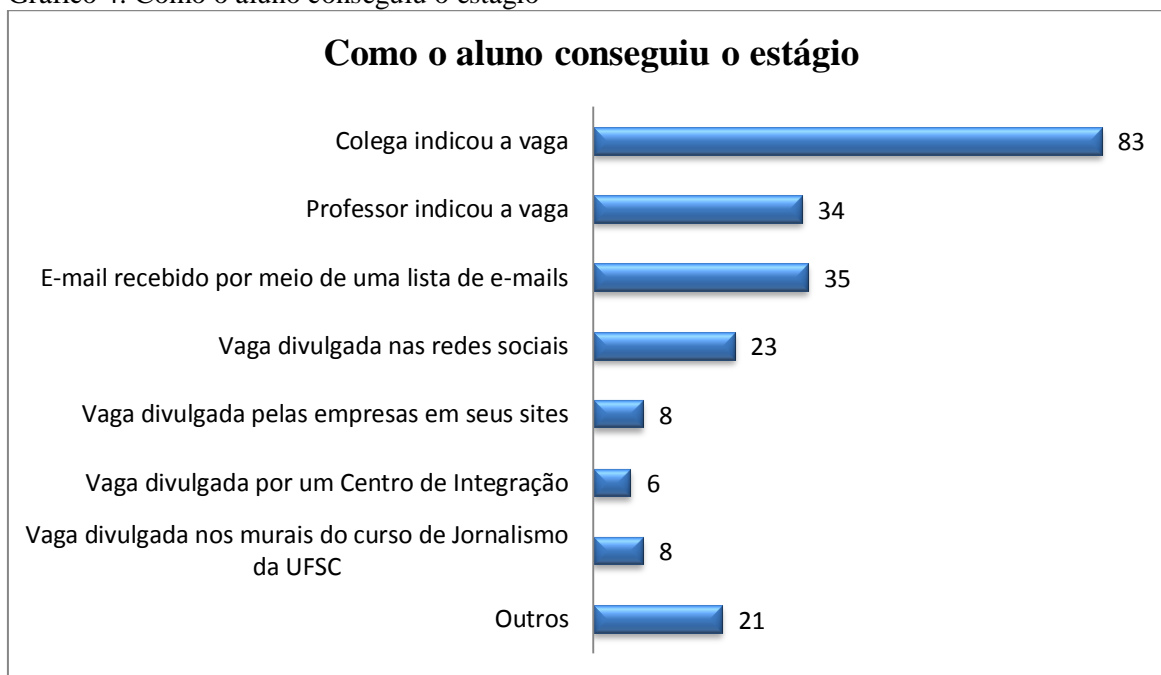
Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Outro ponto importante que devemos ter em conta é relevância que os alunos atribuem ao estágio como complemento pedagógico e, de outra perspectiva, o valor do estágio dos estudantes de Jornalismo da UFSC como auxílio financeiro para os alunos se manterem na universidade, já que muitos deles são de outras cidades e até de outros estados do país. Além disso, dos estudantes que assinalaram “Outros”, dois escreveram que queriam ocupar o tempo livre, um disse que se sentiu impelido a fazer um estágio, pois a maioria dos colegas já era estagiário, e um aluno fez estágio para guardar dinheiro.

Na procura por um estágio, o “boca a boca” dos colegas do curso tem um papel primordial. Conforme o Gráfico 4, a pesquisa constatou que 83 estudantes conseguiram seus estágios porque outro aluno indicou a vaga. A opção “E-mail recebido por meio de uma lista de e-mails”, assinalada 35 vezes, vem em segundo lugar, seguido por “Professor indicou a vaga”, que teve 34 respostas. Estas listas de e-mails referenciadas nos questionários dizem

respeito a grupos de e-mails como o do Centro Acadêmico Livre de Jornalismo Adelmo Genro Filho²⁴, do Jornalismo UFSC²⁵ e até mesmo de turmas específicas como Jornalismo UFSC 2010.1²⁶. Junto a estas listas de e-mails, outros endereços da internet também se apresentam como uma fonte de oportunidades para estágios: 23 respondentes conseguiram encontrar seus estágios nas redes sociais e oito nos sítios web das empresas. É necessário destacar que, em análise do Gráfico 4, algumas respostas podem estar interligadas. Por exemplo: Um colega pode ter indicado a vaga pelas redes sociais, fazendo com que o respondente assinalasse duas opções. Colocamos opções de resposta com meios (redes sociais) e pessoas (colegas e professores) em uma única questão para não alongar ainda mais o questionário. Ainda assim, consideramos que as respostas trazem um panorama claro de como o aluno consegue seus estágios.

Gráfico 4: Como o aluno conseguiu o estágio



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Ainda em relação ao Gráfico 4, percebemos o quanto alguns agentes diretamente ligados ao estágio têm pouca representatividade para que, no caso específico do curso de Jornalismo da UFSC, os alunos consigam seus estágios. Com exceção dos professores, os agentes de integração (seis respostas) e os próprios murais do curso de Jornalismo (oito respostas) não são fontes destacadas para se encontrar estágios.

²⁴ Disponível em: calj-ufsc@yahoogrupos.com.br

²⁵ Disponível em: jornalismo_ufsc@yahoogrupos.com.br

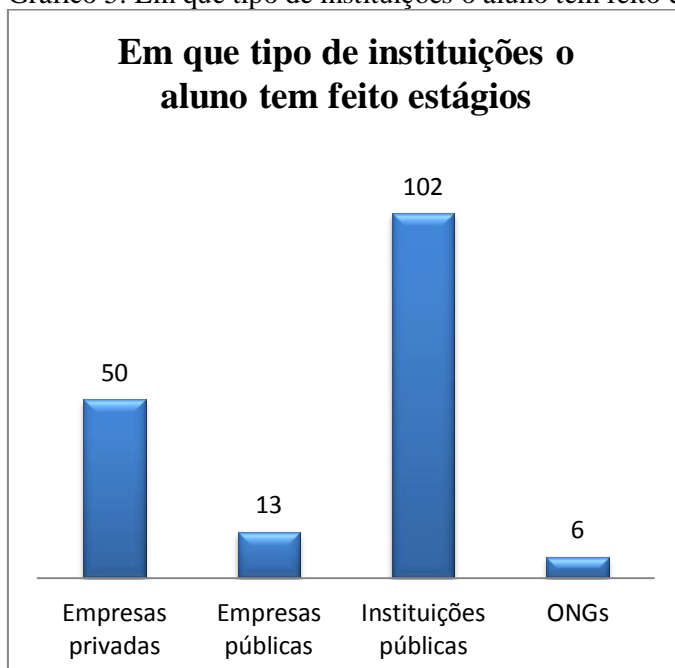
²⁶ Disponível em: jornalismoufsc-dezpontoum@googlegroups.com

Outro aspecto que chamou a atenção foi a quantidade de respostas “Outros”. Dentro desta opção, os estudantes disseram que conseguiram seus estágios por meio do (a):

- Página de estágios UFSC²⁷ (4 respostas).
- Pesquisa por área de interesse na internet (3 respostas).
- Responsável pela empresa entrou em contato (3 respostas).
- Foi diretamente à empresa (3 respostas).
- Já trabalhava em outra área da instituição (2 respostas).
- Deixou currículo nas empresas (2 respostas).
- Bolsa permanência (1 resposta).
- Indicação do vizinho (1 resposta).
- Ficou sabendo quando foi à Biblioteca Universitária (1 resposta).
- Vaga divulgada em um portal de Comunicação (1 resposta).

Quanto aos lugares em que os estudantes têm atuado (Gráfico 5), identificamos que, dos 130 respondentes, 102 fazem ou já fizeram alguma vez estágio em uma instituição pública, a qual lidera a lista de instituições campos de estágio. O rol se completa com 50 afirmações de atuação em empresas privadas, 13 em empresas públicas, e apenas seis em ONGs.

Gráfico 5: Em que tipo de instituições o aluno tem feito estágios



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

²⁷ Disponível em: <https://estagios.ufsc.br/>

Entre as três instituições públicas mais citadas, a UFSC lidera com 94 referências (Rádio Ponto UFSC, TV UFSC, Agência de Comunicação etc.), seguida por outra universidade, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com 11 citações, e pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), com oito menções. Nas empresas privadas há uma grande variedade de organizações citadas. Apontamos na tabela a seguir (Tabela 4) as empresas privadas com mais de três referências pelos respondentes:

Tabela 4: Empresas privadas com mais de três referências pelos respondentes

Empresa Privada	Número de referências nas respostas
Guia Floripa: Site de informações turísticas e de entretenimento em Florianópolis ²⁸ .	6
Adrenaline: Portal de notícias sobre tecnologia e jogos ²⁹ .	6
Contentools: Empresa de criação editorial (artigos para blogs e sites, ebooks, posts nas mídias sociais, scripts para vídeos, webinars etc.) com foco em marketing de conteúdo ³⁰ .	4
Fábrica de Comunicação: Empresa com foco em Comunicação Empresarial e Assessoria de Imprensa ³¹ .	3

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Os estudantes que fazem ou já realizaram estágios em empresas públicas citaram organizações, tais como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Em relação às organizações do terceiro setor listadas pelos alunos, aparecem, entre outras, a Associação Amigos do Hospital Universitário (AAHU) e o Instituto Voluntários em Ação (IVA). A lista completa de instituições campo de estágio mencionadas pelos alunos pode ser conferida no Apêndice C.

Dentro das instituições campo de estágio, são duas áreas de maior atuação dos estagiários e ex-estagiários: a Assessoria de Imprensa, com 60 respostas assinaladas, e o Jornalismo Online, com 56 respondentes. O telejornalismo fica em terceiro lugar, com 29

²⁸ Informações retiradas do Sobre do Guia Floripa no Facebook. Disponível em: < https://www.facebook.com/Guiafloripa/info?ref=page_internal > Acesso em: 4 out 2014.

²⁹ Informações retiradas da página online A Empresa. Disponível em: < <http://adrenaline.uol.com.br/adrenaline/aempresa.html> > Acesso em: 4 out 2014.

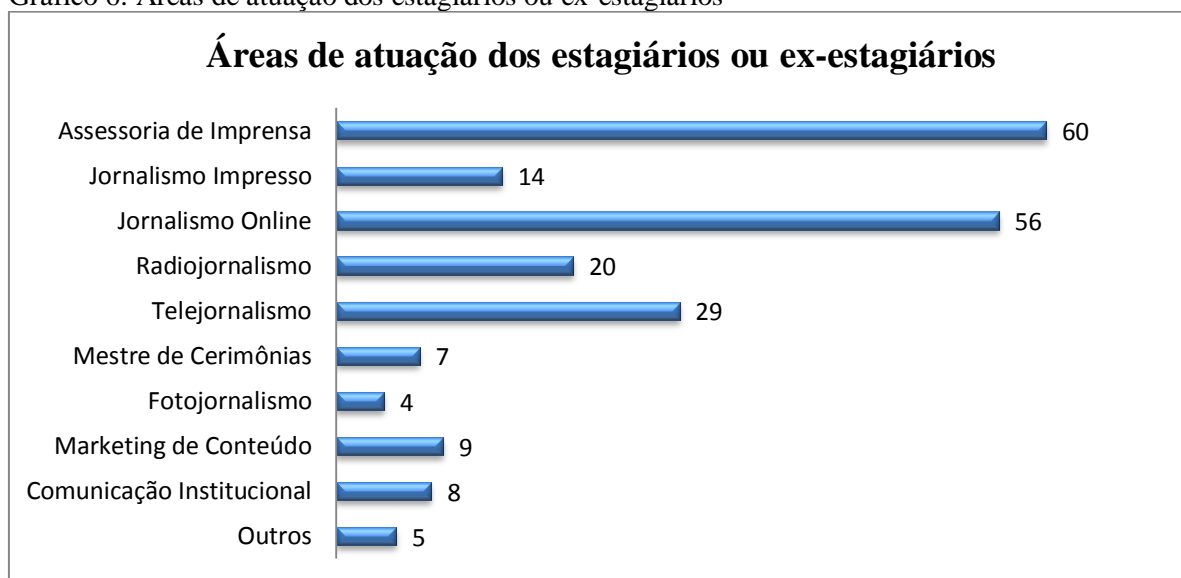
³⁰ Informações retiradas do Sobre da empresa. Disponível em: < <http://contentools.com.br/sobre/> >. Acesso em: 4 out 2014.

³¹ Informações retiradas da página O que fazemos. Disponível em: < <http://www4.fabricacom.com.br/> > Acesso em: 4 out 2014.

respostas, seguido do Radiojornalismo (20 respostas) e do Jornalismo Impresso (14 respostas).

No Gráfico 6, é possível ver detalhadamente todas as áreas de maior atuação dos alunos no estágio. Alguns aspectos devem ser salientados: (1) A pouca atividade de estágio em Jornalismo Impresso, apesar de este continuar sendo um dos principais pilares da formação em Jornalismo na UFSC, conforme o currículo em vigência; (2) E o número expressivo de alunos fazendo estágios em áreas correlatas ao Jornalismo, como o Marketing de Conteúdo e a atividade de Mestre de Cerimônias. Este tipo de estágio, de cerimonial de eventos, já havia sido criticado pela professora Valci Zuculoto no Fórum Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Jornalismo (In Parte 2, 2014) por não estar relacionado ao jornalismo, como mencionamos no subitem 1.1.1 desta monografia.

Gráfico 6: Áreas de atuação dos estagiários ou ex-estagiários



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Ressalta-se que, na área de Comunicação Institucional, a atividade mais mencionada (sete vezes) foi a gravação e edição de vídeos institucionais. No campo “Outros”, os alunos citaram que atuam ou já atuaram em Relações Públicas (uma resposta), como Designer Gráfico (uma resposta) e em Jornalismo Científico (três respostas).

Para organizar este panorama de como estão sendo realizados os estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC, além das áreas de atuação, uma informação muito pertinente é o tipo de atividades que os alunos estão desenvolvendo nas instituições campo de atividade profissional supervisionada. No Gráfico 7 podemos observar que a “Produção de texto” (95 respostas), “Atualização de sites” (91 respostas) e “Apuração de Informações” (85

respostas) são as atividades predominantes desenvolvidas pelos estagiários. Nesta perspectiva, mesmo que o Jornalismo Impresso não seja uma das áreas de maior atuação, como vimos no Gráfico 6, é possível inferir que a apuração e produção de textos em jornalismo ainda é uma prática fortalecida nos estágios. O número de respondentes que dizem já ter exercido as atividades de atualização de sites e redes sociais (67 respostas) também vai ao encontro da representatividade de áreas de atuação como o Jornalismo Online, majoritariamente, e até mesmo do Marketing de Conteúdo.

Além disso, a “Edição” de produtos jornalísticos (51 respostas) e “Entrevista” (68 respostas) são atividades que se sobressaem à “Produção de fotos”, “Vídeo” e “Áudio” com 49, 46 e 35 respostas, respectivamente. Assim como houve sete respostas no Gráfico 6, referindo-se a Mestre de Cerimônias como área de atuação, nas atividades desenvolvidas (conforme Gráfico 7), sete pessoas escreveram na opção “Outros” que faziam Apresentação de Eventos na UFSC.

Gráfico 7: Atividades desenvolvidas no estágio

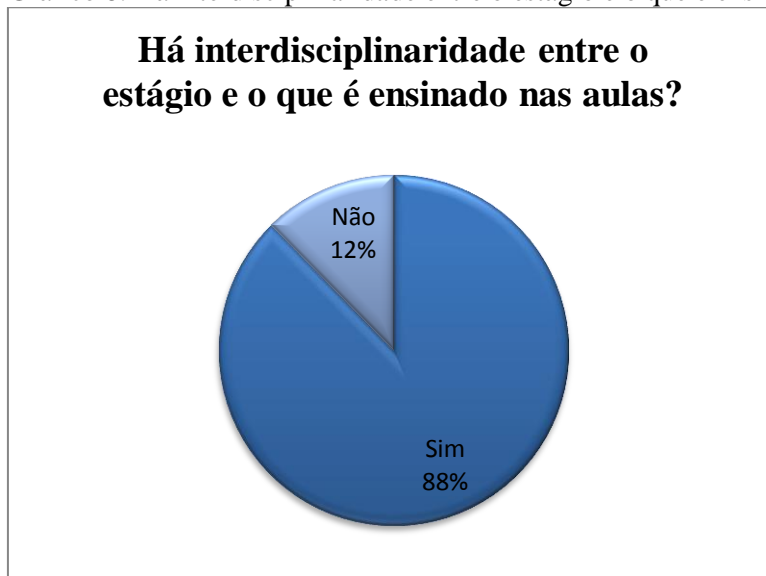


Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Partindo para uma análise pedagógica destas atividades desenvolvidas no estágio (Gráfico 8), 88% (114 respostas) dos estagiários ou ex-estagiários defendem que o trabalho

realizado no estágio está de acordo com o currículo do curso e com o que é ensinado nas aulas.

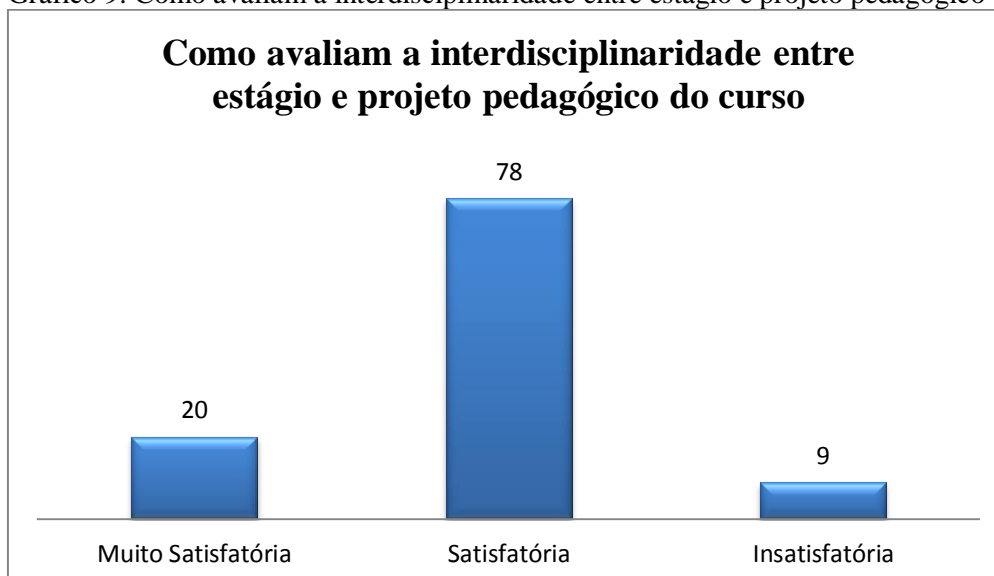
Gráfico 8: Há interdisciplinaridade entre o estágio e o que é ensinado nas aulas?



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Esta interdisciplinaridade entre estágio e projeto pedagógico foi considerada Satisfatória por 78 alunos, Muito Satisfatória por 20 alunos e Insatisfatória por nove alunos (Gráfico 9).

Gráfico 9: Como avaliam a interdisciplinaridade entre estágio e projeto pedagógico do curso

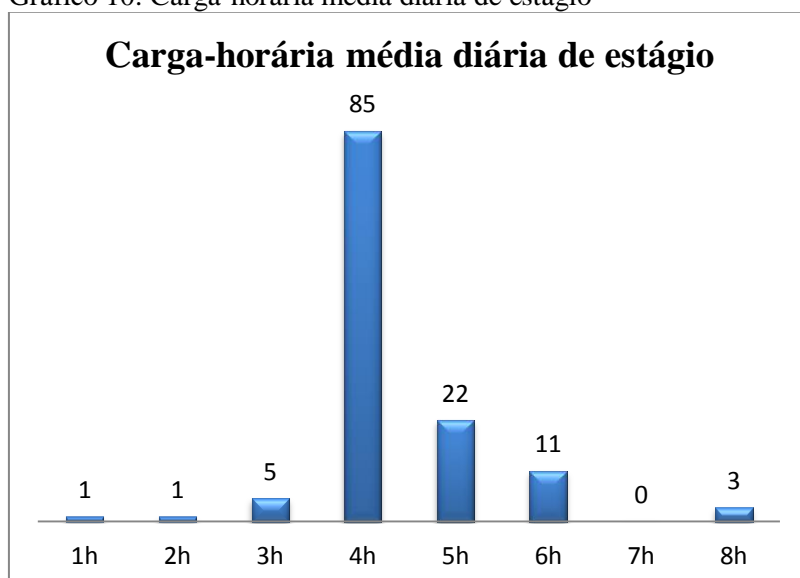


Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Quanto à carga-horária diária de estágio, o gráfico a seguir (Gráfico 10) mostra claramente que a maioria dos estudantes passa, em média, quatro horas por dia em atividades

de estágio. Os 85 estudantes que assinalaram esta opção representam 66,4% dos 128 estudantes que responderam à pergunta nº 10 dos questionários (Apêndice A e B). A segunda jornada diária de estágio mais comum entre os estudantes de Jornalismo é de cinco horas (17,2%). Em seguida, o período de seis horas de estágio (8,6%) é o mais presente entre os estudantes de Jornalismo da UFSC. Além das três cargas-horárias citadas anteriormente, há alguns extremos: um estudante que faz, em média, uma hora por dia de estágio, um que faz 2h/dia, cinco discentes que fazem 3h/dia de estágio e três alunos que passam 8h/dia no estágio. Este último dado representa uma jornada de estágio maior que a carga-horária legal³² para um jornalista profissional registrado no Ministério do Trabalho.

Gráfico 10: Carga-horária média diária de estágio



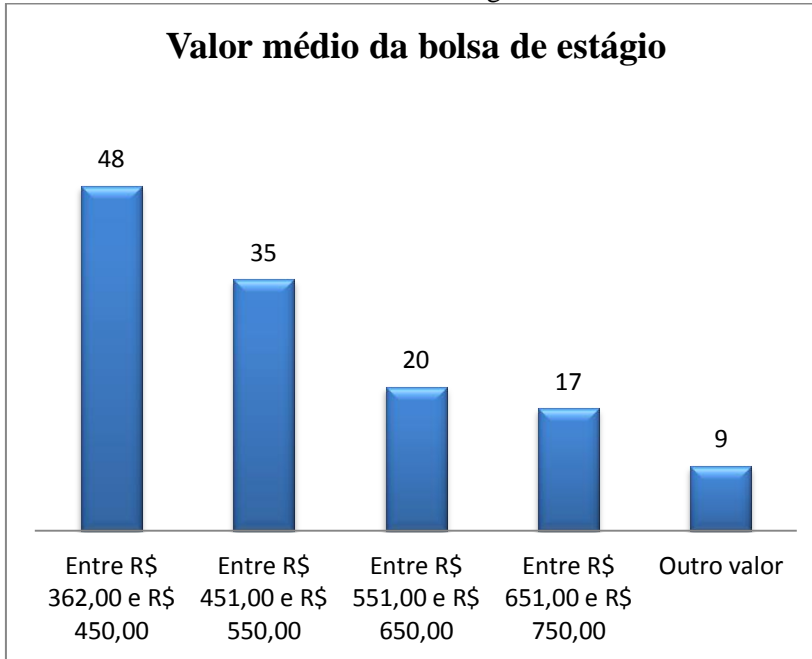
Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Se existe uma variedade de jornadas diárias de estágio supervisionado, há um aspecto que é comum a 99,2% dos respondentes: o estágio remunerado. Apenas um estudante, que faz estágio atualmente, informou que seu trabalho não é remunerado. Dos que recebem ou já receberam uma bolsa mensal, o valor médio pago, sem contar Vale Transporte e/ou Alimentação, conforme o Gráfico 11 é de R\$ 362,00 a R\$ 450,00 para 37,2% dos estudantes; de R\$ 451,00 a R\$ 550,00 a 27,1% dos estudantes; de R\$ 551,00 a R\$ 650,00 a 15,5% dos estudantes e de R\$ 651,00 a 750,00 a 13,1% dos estudantes. Entre os que declararam receber outro valor: três estagiários afirmaram que recebiam entre R\$ 750,00 e R\$ 850,00; dois

³² Conforme Artigos 303 e 304 da Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-lei nº 5.452/43. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91896/consolidacao-das-leis-do-trabalho-decreto-lei-5452-43#art-303>>. Acesso em: 4 out 2014.

estudantes escreveram que ganhavam entre R\$ 851,00 e R\$ 950,00; três mencionaram receber entre R\$951,00 e R\$ 1.050,00 e um estagiário mencionou que ganha entre R\$ 1.051,00 e R\$ 1.150,00 por mês.

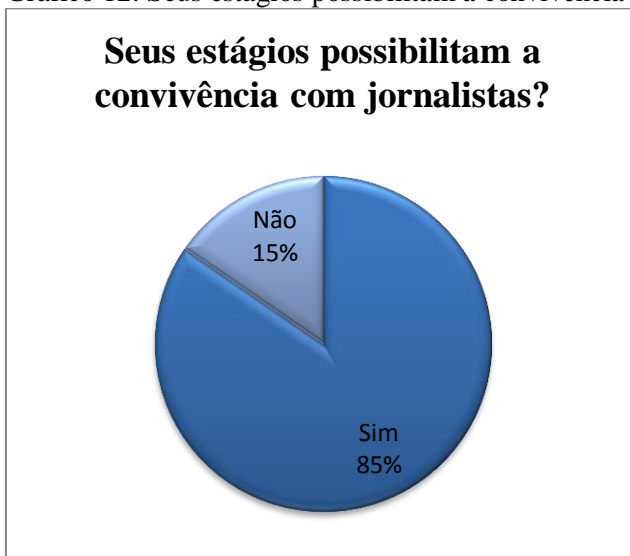
Gráfico 11: Valor médio da bolsa de estágio



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Quanto a possibilidade de contato com jornalistas na instituição campo de estágio, 85%, ou 110 respondentes, afirmaram que seus estágios possibilitam ou já possibilitaram a convivência com outros jornalistas profissionais (Gráfico 12).

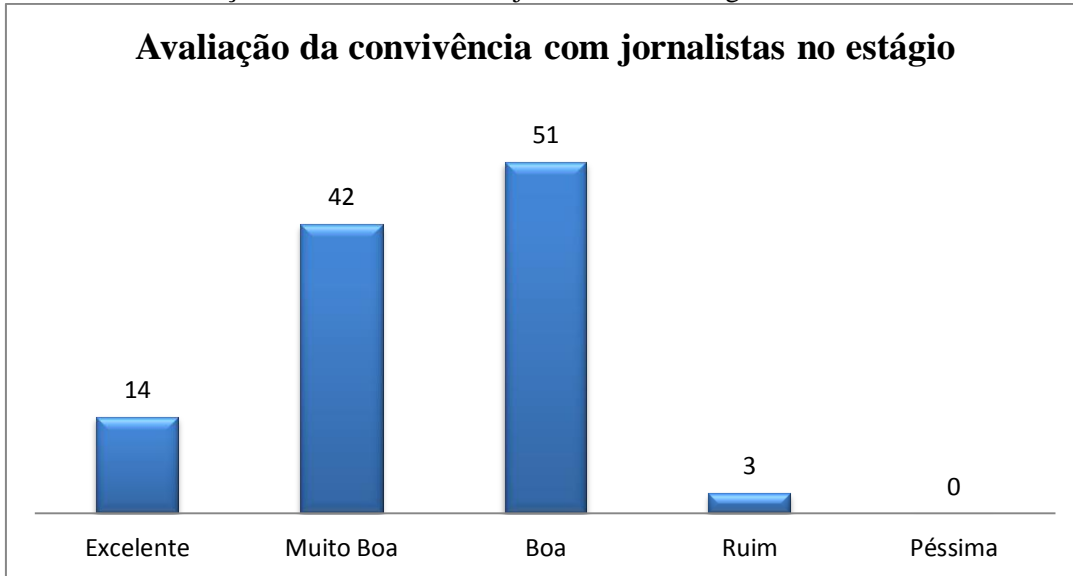
Gráfico 12: Seus estágios possibilitam a convivência com jornalistas?



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Este convívio foi avaliado (Gráfico 13) como sendo Bom por 51 estudantes, Muito Bom por 42 estudantes e Excelente por 14 estudantes. Três alunos consideram que a relação com jornalistas foi Ruim.

Gráfico 13: Avaliação da convivência com jornalistas no estágio



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Com relação ao orientador de estágio na UFSC, cujo papel já foi discutido no Segundo Capítulo desta pesquisa, 68% dos respondentes (88 pessoas) afirmam que não tiveram qualquer tipo de orientação na escola (Gráfico 14).

Gráfico 14: O estagiário recebeu orientação de um docente na UFSC?

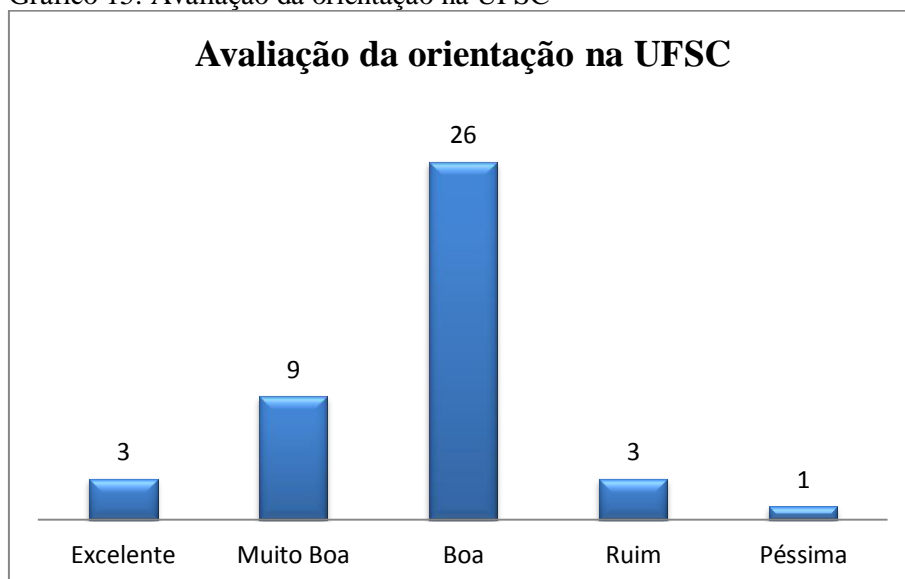


Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Entre os primeiros resultados desta análise, a informação de que os estudantes de Jornalismo da UFSC se projetam para o exercício do estágio já nas primeiras fases do curso traz uma constatação um tanto preocupante, se comparada ao alto grau de desorientação que o estudante estagiário encontra ao retornar à universidade (Gráfico 14). Sem refletir suas atividades, a prática fica limitada a si mesma, impedindo qualquer movimento de crítica e discussão sobre o fazer jornalístico em vigor. Sabemos que os docentes vivem com uma alta carga de demandas cotidianas no âmbito acadêmico, de pesquisa e ensino, mas, ainda assim, a orientação dos estagiários deve ser considerada como uma de suas responsabilidades.

Dos 32%, ou 42 estudantes que puderam ser efetivamente acompanhados por um orientador, a maioria considerou a orientação Boa (26 alunos), nove alunos avaliaram como Muito Boa, três alunos consideraram o acompanhamento do docente como Excelente, outros três consideraram como Ruim e um aluno avaliou como Péssima a orientação recebida na universidade (Gráfico 15).

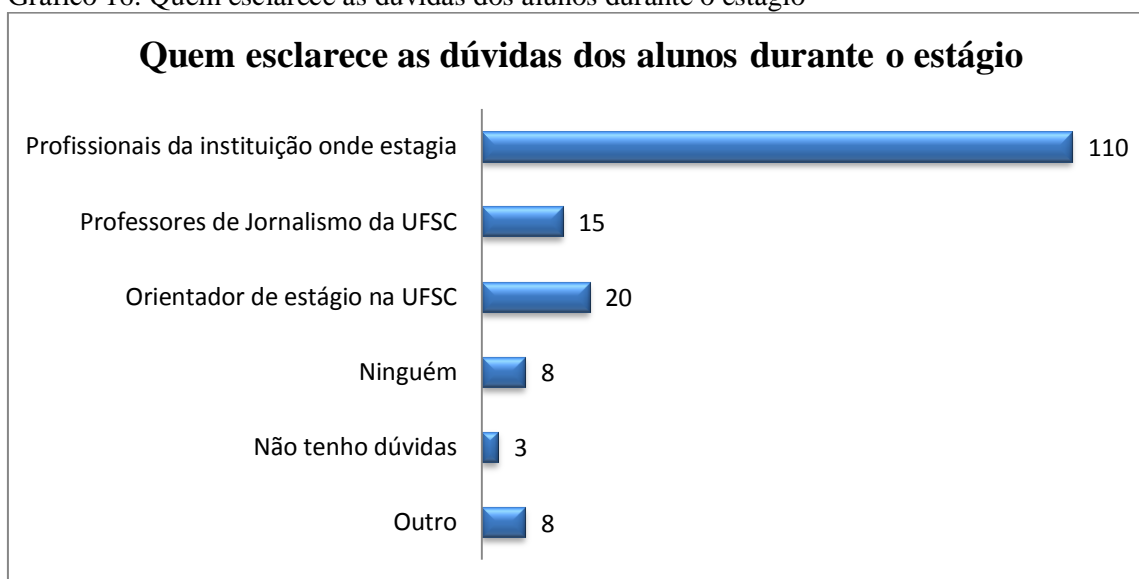
Gráfico 15: Avaliação da orientação na UFSC



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Considerando que 85% dos estagiários e ex-estagiários afirmam que convivem com jornalistas profissionais na instituição campo de estágio, a constatação que traz o Gráfico 16 de que a maioria dos respondentes sanam suas dúvidas principalmente com profissionais da instituição onde estagiam não chega a ser muito surpreendente.

Gráfico 16: Quem esclarece as dúvidas dos alunos durante o estágio

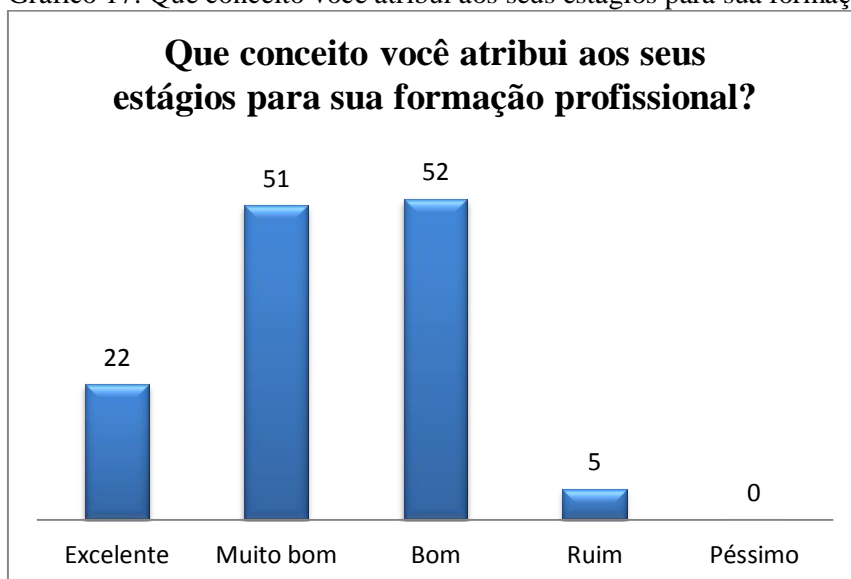


Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Se cruzarmos os dados do Gráfico 16 com as informações de que houve nesta pesquisa 94 referências a estágios realizados na UFSC, o dado de que somente 15 estudantes mencionaram “Professores de Jornalismo da UFSC” e 20 estagiários responderam que é o “Orientador de estágio na UFSC” que responde suas dúvidas traz a tona o questionamento de quem seriam estes profissionais que sanam as dúvidas dos estudantes de Jornalismo que fazem estágio dentro da universidade. Uma suposição um pouco óbvia é que possam ser os jornalistas profissionais contratados pela TV UFSC e a Agência de Comunicação, por exemplo. O problema é que há locais campos de estágios dentro da UFSC em que não há a presença de um jornalista e que a atividade desenvolvida pelo discente não tem relação com o jornalismo, como a já citada função de cerimonial de eventos. Supomos então que seriam servidores técnico-administrativos especializados em outras áreas de conhecimento que estariam respondendo aos questionamentos dos alunos quanto ao exercício de estágio.

Apesar de algumas deficiências detectadas na orientação, que carrega uma função chave para a efetivação do papel pedagógico do estágio, e de alguns estudantes considerarem ruim a convivência com os jornalistas profissionais da instituição onde estagiam, somente cinco estudantes avaliaram o estágio como Ruim para sua formação profissional (Gráfico 17). Os demais 125 respondentes dividem suas opiniões entre: Excelente (22 respostas), Muito Bom (51 respostas) e Bom (52 respostas).

Gráfico 17: Que conceito você atribui aos seus estágios para sua formação profissional?



Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas dos questionários (Apêndice A e B).

Se fossemos caracterizar um estagiário de Jornalismo da UFSC a partir das opções mais respondidas com a aplicação dos questionários, ele poderia ser descrito como uma estudante, que começou a fazer estágio na 2ª fase por necessidade financeira e entendendo a prática como uma oportunidade de complementação do aprendizado recebido na universidade. Até o momento, só realizou um semestre de estágio. Os colegas da UFSC foram suas principais fontes de informação sobre as oportunidades em aberto. Já no estágio, que é realizado em uma instituição pública, na área de Assessoria de Imprensa, com remuneração mensal entre R\$ 362,00 a R\$ 450,00, a estudante passa quatro horas por dia exercendo atividades como apuração e produção de textos e atualização de sites.

Os resultados colhidos junto aos estudantes apontam para um estágio que consome parte considerável da sua jornada diária, para uma atividade que é assumida pelo aluno no início de sua formação, e que não tem muita orientação do curso. Para os poucos estudantes que recebem orientação docente na UFSC, este acompanhamento é considerado bom. As dúvidas que, por ventura, surgem durante o exercício do estágio, são sanadas na própria concedente, com os profissionais que lá atuam. Os estudantes entendem o estágio como uma complementação ao que é ensinado na universidade e, também, como uma fonte de renda. Com este olhar, chegam a passar mais da metade da graduação ligados a alguma atividade de estágio, em geral, exercida em instituições públicas, em áreas como Jornalismo Online e Assessoria de Imprensa. Estas concedentes possibilitam aos estagiários uma boa convivência com jornalistas e uma interdisciplinaridade satisfatória com o que é ensinado no curso. Neste

contexto, o estágio é considerado Bom, Muito Bom ou Excelente para a formação profissional da maioria dos estagiários ou ex-estagiários respondentes da pesquisa.

Os dados apresentados neste capítulo dão a conhecer um panorama até então disperso e, antes da aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais à graduação em Jornalismo, distante da pauta de discussões do curso da UFSC. No entanto, entendemos que é necessário aprofundar a investigação, ouvindo os agentes envolvidos diretamente com o tema, para uma contextualização mais ampla de nosso objeto de estudo e a apreciação crítica do estágio como componente na formação do jornalista, temas do próximo capítulo.

4. ANÁLISE DOS ESTÁGIOS NA FORMAÇÃO DE JORNALISTAS NA UFSC

O Quarto Capítulo visa aprofundar a compreensão sobre como estão sendo realizados os estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC e como eles contribuem para a formação profissional. O tópico está dividido em três subitens: o primeiro, 4.1, apresenta a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta etapa da pesquisa. Em seguida, nos tópicos 4.2 e 4.3, apresentamos uma análise de entrevistas em profundidade realizadas com estagiários (4.2), docentes e pesquisadores envolvidos diretamente com o tema e/ou com o objeto de estudo (4.3).

4.1 Procedimentos metodológicos

Para atender de forma completa ao objetivo de pesquisa, entendemos que é necessário nos aproximarmos ainda mais de nosso objeto de estudo e investigá-lo a partir da experiência subjetiva de certos sujeitos. Neste sentido, adotamos como procedimento metodológico a entrevista em profundidade. Para Jorge Duarte (In DUARTE; BARROS, 2012), este método qualitativo explora um assunto através da busca de informações, percepções e experiências de informantes, permitindo analisá-las e apresentá-las de forma estruturada e identificando diferentes maneiras de perceber e descrever fenômenos. O pesquisador ressalta que,

entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Este tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não-quantificação ou representação estatística (DUARTE, In DUARTE; BARROS, 2012, p. 62).

Acreditamos que esta flexibilidade na condução da entrevista contribuirá à resposta de nosso problema de pesquisa para, nas palavras de Duarte (In DUARTE; BARROS, 2012, p. 63), “explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas”. Este método nos permitirá, inclusive, “identificar problemas, microinterações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada”.

Dentro das possibilidades apresentadas pela entrevista em profundidade, decidimos pelo modelo de entrevista individual semi-aberta com o uso de um roteiro base, possibilitando, no momento de análise das entrevistas, sistematizar as informações fornecidas por diferentes informantes, comparando as respostas e articulando os resultados. Outro ponto

importante deste modelo é a flexibilidade concedida ao entrevistador na condução da entrevista, elegendo a ordem e a profundidade do questionamento conforme o conhecimento e a disposição do entrevistado, da qualidade de suas respostas e das circunstâncias da entrevista (DUARTE In DUARTE; BARROS, 2012).

Foram selecionadas três tipos de fontes para a aplicação deste método: estudantes estagiários ou ex-estagiários, docentes do curso de Jornalismo da UFSC envolvidos diretamente com o tema, e um representante da Fenaj, entidade historicamente engajada com as discussões sobre estágio no ensino de Jornalismo e autora do Programa Nacional de Estágio Acadêmico, e um representante do FNPJ, por entendermos que a categoria docente de Jornalismo tem função fundamental no desenvolvimento do papel pedagógico dos estágios e, por isso, também deve ser ouvida. Acreditamos que essas fontes serão capazes de responder ao problema de pesquisa pelo seu grau de envolvimento com o assunto, e por possuírem papéis sociais diferentes, agregando visões e relatos diversificados e contribuindo para uma reflexão mais ampla dos estágios na formação de jornalistas, com foco no curso da UFSC.

Quanto aos estudantes, determinamos que fossem entrevistados dez alunos que já tivessem realizado alguma atividade de estágio. Consideramos que a quantidade de relatos seria suficiente para agregar distintas experiências e estudantes de diferentes fases do curso. A seleção dos estudantes tinha como critérios a necessidade de haver ao menos um representante de cada fase, a partir da terceira, e disponibilidade à entrevista. Ressaltamos que não chamamos nenhum aluno da primeira e segunda fase porque, como constatamos no Gráfico 1 do capítulo anterior, a maioria dos alunos começa a fazer estágio da segunda fase em diante. Entrevistar alunos a partir da terceira fase nos daria um contexto e opiniões mais completas e definidas sobre o tema, pois os estudantes teriam um tempo mínimo de estágio. No dia 11 de outubro de 2014 fomos ao curso de Jornalismo em busca de possíveis informantes, abordamos alguns alunos e, dos que quiseram participar da pesquisa, foi recolhido o e-mail e Facebook para contato e agendamento da entrevista. No primeiro contato, explicamos os objetivos da pesquisa e advertimos que a privacidade do nome dos alunos estaria garantida, isso com o intuito de deixá-los mais à vontade, tornar as respostas mais honestas e evitar possíveis represálias. Alguns estudantes não aceitaram, mas sugeriram outros contatos. Ao todo, foram entrevistados seis estagiários e quatro ex-estagiários. Como foram dez entrevistados, algumas fases tiveram mais de um representante. No quadro a seguir (Tabela 5), é possível conhecer as fases, e o tempo total de estágio de cada aluno entrevistado:

Tabela 5: Fases dos alunos entrevistados

Estagiário/Ex-estagiário	Fases Contempladas	Tempo total de estágio
Estagiário	3ª Fase	11 meses
Estagiário	4ª Fase	3 meses
Estagiário	5ª Fase	2 anos
Estagiário	6ª Fase	1 ano e 6 meses
Ex-estagiário	6ª Fase	1 ano e 8 meses
Ex-estagiário	6ª Fase	8 meses
Estagiário	7ª Fase	2 anos e 6 meses
Estagiário	8ª Fase	9 meses
Ex-estagiário	8ª Fase	1 ano
Ex-estagiário	9ª Fase	3 anos e 6 meses

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados informados pelos estudantes na entrevista.

No caso dos docentes, o critério de seleção das fontes foi intencional. Por sua proximidade, envolvimento e conhecimento do tema, acreditamos que era essencial entrevistar os seguintes profissionais:

1. **Aureo Moraes:** Desde 1993 é integrante do quadro de professores de Jornalismo da UFSC. Foi coordenador do curso de graduação em Jornalismo entre 1995 e 1996, de 2008 a 2010 e, desde 2012, exerce um novo mandato. Moraes pode avaliar e apresentar um contexto atual dos estágios na formação em Jornalismo na UFSC.
2. **Daisi Vogel:** Integra o corpo docente do curso de Jornalismo da UFSC desde 2003. De 2010 a 2013 foi coordenadora de estágios do curso. A docente pode contar sobre o papel de coordenador de estágios, como os estágios foram realizados nesses últimos anos, o nível de mobilidade entre estágios e o controle da instituição sobre as atividades de estágio assumidas pelos alunos.
3. **Eduardo Meditsch:** Professor do curso de Jornalismo da UFSC desde 1982, Meditsch tem experiência na área de Teoria e Ensino de Jornalismo e fez parte da Comissão do MEC que formulou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais. O docente contribuirá à pesquisa explicando porque a Comissão sugeriu ao MEC a inclusão do estágio obrigatório supervisionado, e como prevê que o estágio vai colaborar à formação dos futuros jornalistas.
4. **Jorge Ijuim:** Integra o corpo docente do curso de Jornalismo desde 2008. Deixou a coordenação de estágios do Jornalismo UFSC em setembro de 2014, após um ano no cargo. Ijuim pode ampliar a discussão sobre o tema com as mesmas análises que solicitamos à Vogel.

5. **Mirna Tonus:** Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e atual presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), Tonus pode apresentar o entendimento do FNPJ quanto à realização de estágio em Jornalismo.
6. **Nilson Lage:** Foi professor de Jornalismo na UFSC de 1992 a 2006. Especialista no tema Ensino de Jornalismo, Lage pode colaborar para a discussão sobre o estágio como componente na formação dos jornalistas.
7. **Valci Zuculoto:** Docente do curso de Jornalismo da UFSC desde 1990, atualmente é diretora da Fenaj, conselheira do FNPJ e vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina. É autora de “O estágio como procedimento pedagógico na formação do jornalista” (2003); “Estágio em Jornalismo e Democratização da Comunicação” (2009 - conferência); e “A proposta dos docentes para um Programa Nacional de Estágio Acadêmico em Jornalismo” (2007); entre outros. Consideramos que é primordial entrevistá-la para uma apreciação sobre que importância a Fenaj atribui ao estágio no Jornalismo e como a professora avalia a situação atual dos estágios em Jornalismo na UFSC.

Para a realização das entrevistas, elaboramos três roteiros de perguntas que seriam feitas conforme o informante (Apêndices D, E e F). Para os estagiários e ex-estagiários, assim como na aplicação da *survey*, decidimos pela construção de dois questionários (conforme Apêndices D e E). Estes dois roteiros têm 11 e 12 questões, respectivamente, as quais têm o intuito de: (1) entender porque os alunos decidem fazer estágios e como eles acham que esta prática irá contribuir para sua formação profissional; (2) descobrir que dificuldades eles têm encontrado no dia a dia dos estágios; (3) identificar como é a relação do estagiário com seu orientador e (4) conhecer quais são as sugestões dos discentes para melhorar a qualidade da realização dos estágios em jornalismo. As únicas diferenças entre esses roteiros são o tempo verbal das questões e adequações aos sujeitos de pesquisa. Por exemplo, no caso dos ex-estagiários incluímos a pergunta: “Por que parou de fazer estágio?”.

O terceiro roteiro de questões-guia (Apêndice F) foi preparado para os docentes e pesquisadores, com oito perguntas gerais que buscavam entender: (1) o posicionamento de cada docente a respeito do estágio; (2) quais as características dos atuais estágios em jornalismo, suas falhas e a interpretação do artigo 19 do Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, que ainda está em vigor; (3) como um estágio pode efetivar seu papel pedagógico e colaborar à formação de uma consciência profissional; (5) e, também, como a universidade, em especial o curso de Jornalismo da UFSC, pode atuar para melhorar a forma de realização dos estágios. Além disso, elaboramos algumas perguntas específicas para determinados

informantes, de acordo com o que buscávamos com cada uma deles, como relatamos alguns parágrafos acima. Todos os docentes foram convidados por e-mail a participarem da entrevista, com uma explicação sucinta dos objetivos desta pesquisa.

Com exceção da professora Valci Zuculoto, que no período da coleta dos dados estava afastada em pós-doutorado no Rio de Janeiro, e do pesquisador Nilson Lage, que preferiu que a entrevista fosse feita por e-mail, além da professora Mirna Tonus, em que fizemos a entrevista por videoconferência via *Skype*, todas as entrevistas (inclusive com os discentes) foram realizadas pessoalmente, na UFSC, entre os dias 9 de outubro e 3 de novembro de 2014. Para assegurar o consentimento dos participantes à divulgação da entrevista, e de que eles compreenderam a natureza e os objetivos do estudo, além de garantir a privacidade dos estudantes, preparamos três Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs), um para os alunos (Apêndice G), outro para os docentes (Apêndice H) e um terceiro para os pesquisadores (Apêndice I). Os TCLEs foram assinados pelos sujeitos de pesquisa e a autora deste estudo, e ambas as partes receberam um via do documento.

As entrevistas em profundidade foram gravadas em áudio – para uma apreensão mais completa dos depoimentos –, transcritas, e estão anexadas ao final deste trabalho em um CD. Iniciamos a análise qualitativa dos dados após as transcrições estarem finalizadas. Com todo o material em mãos, destacamos as similaridades, concordâncias, experiências e opiniões divergentes sobre os tópicos que desejávamos abordar (como detalhado mais acima). O resultado pode ser conferido nos próximos itens deste capítulo - 4.2 e 4.3.

4.2 Os estagiários

Para assegurar a confidencialidade do informante das respostas, cada aluno recebeu um código que não permitisse sua identificação. Apresentamos a abaixo um quadro explicativo (Tabela 6), adaptado da Tabela 5, onde é possível identificar o nome fictício de cada entrevistado:

Tabela 6: Caracterização dos alunos entrevistados

Nome fictício	Estagiário/Ex-estagiário	Fases Contempladas	Tempo total de estágio
A	Estagiário	5ª Fase	2 anos
B	Ex-estagiário	8ª Fase	1 ano
C	Estagiário	7ª Fase	2 anos e 6 meses
D	Estagiário	6ª Fase	1 ano e 6 meses
E	Estagiário	3ª Fase	11 meses
F	Estagiário	4ª Fase	3 meses
G	Ex-estagiário	9ª Fase	3 anos e 6 meses
H	Ex-estagiário	6ª Fase	1 ano e 8 meses
I	Estagiário	8ª Fase	9 meses
J	Ex-estagiário	6ª Fase	8 meses

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados informados pelos entrevistados.

A partir desta tabela é possível conhecer um pouco melhor o perfil dos entrevistados. Estas informações nos servirão como guia para a análise a seguir.

4.2.1 Por que fazer estágio?

Uma realidade que se apresentou em evidência a partir das entrevistas é a procura por estágios por uma necessidade financeira de permanência na universidade. Dos dez estudantes entrevistados, seis alunos afirmaram que fazem estágio principalmente para poder arcar com despesas de estadia em Florianópolis.

Os estudantes A, E e G iniciaram o estágio já na primeira fase. Os três são do interior de Santa Catarina e relataram que a entrada no estágio era um pré-requisito para poderem morar na capital e frequentar a UFSC. Podemos conferir esta tendência no relato de A:

Por mais que a faculdade fosse de graça, era um gasto bem grande sair de casa, pagar aluguel, pagar alimentação, essas coisas assim. (...) A primeira e a segunda fase eu só ganhava a permanência, daí eu trabalhava para ganhar essa bolsa, então eu só conseguia dinheiro para pagar meu aluguel e as contas, daí o resto para me manter quem me ajudava era minha mãe. Da terceira fase até agora eu consegui me virar sozinha (A).

Mesmo após a Bolsa Permanência se transformar em Bolsa Estudantil, excluindo a exigência de que os beneficiários estivessem envolvidos em uma atividade de 20 horas semanais dentro da UFSC, A continuou fazendo estágio como uma contribuição à graduação e à renda³³. Os estudantes G e I também contaram que já receberam Bolsa Permanência durante a graduação. O estágio lhes servia para complementar a renda.

³³ A remuneração total da estudante, atualmente, fica em torno de R\$ 1.000,00: “R\$ 400,00 de estágio mais R\$ 100,00 de vale transporte, essa é a bolsa do meu estágio, o normal da UFSC. Eu também ganho a permanência, que é R\$ 522,00. Com os dois eu me viro, pago meu aluguel. A bolsa vai toda para o aluguel e com a outra bolsa eu consigo me sustentar. Ganhei isenção do Restaurante Universitário e é bem mais tranquilo” (A).

O entrevistado E não recebe Bolsa Estudantil e defendeu que, “geralmente quem procura estágio quer tentar aplicar um pouco mais do conhecimento teórico, até mesmo da prática acadêmica no mercado de trabalho”, mas faz estágio desde a primeira fase por uma questão financeira. O caso de E é um pouco mais delicado porque seu primeiro estágio, feito em uma empresa de Marketing de Conteúdo, não era registrado no SIARE, impedindo qualquer direito ao estudante. O estágio atual, na empresa Adrenaline, também não havia sido registrado até o dia da entrevista.

A situação do estagiário E não é nova no curso de Jornalismo da UFSC. No artigo *Um balanço do estágio*, publicado no site da Fenaj em 28 de agosto de 2006, o então coordenador de estágios, o professor Francisco Karam, analisando o panorama dos estágios naquele momento, afirmava que:

A realidade, ainda constatável hoje, é que muitos estudantes estagiam sem qualquer acompanhamento e, em outros casos, trabalham sem qualquer registro e acompanhamento acadêmico. O que se chama estágio é, então, apenas exercício irregular da profissão. Existem atividades que não são enquadradas em nenhum dispositivo regulamentar profissional ou didático-pedagógico (KARAM, 2006).

Além da necessidade financeira, os alunos citaram outros três motivos para a realização do estágio: ansiedade para conhecerem o mercado de trabalho; complementação de algo que eles sentiam falta no curso; e tempo livre. Os sujeitos de pesquisa A, D e J disseram que gostariam de estabelecer contatos com profissionais da área e adquirir experiência no mercado de trabalho. J analisou que, “se tu não tiver contatos logo no começo, durante o curso, depois que você sai fica muito mais complicado”.

Com um pensamento um pouco mais voltado à formação, F e I foram fazer estágio porque desejavam explorar áreas que, em sua opinião, não estavam sendo exploradas suficientemente pelo curso, como Radiojornalismo e Assessoria de Imprensa:

Apesar de me envolver bastante aqui com a rádio, com os projetos de extensão, eu não sentia o retorno do que eu quero. Às vezes, eles iniciavam com alguma aula, fazendo um projeto prático, mas não era tudo aquilo que eu queria, podia ir muito mais. Eu queria experimentar muita coisa que eu não tinha oportunidade (F).

Eu queria explorar outras áreas, principalmente as que o curso não oferece tanto, que é a área de Assessoria de Imprensa, e essas coisas assim, redes sociais. Eu queria ter essa experiência também fora do curso, não somente a questão acadêmica, mas também a prática mesmo, como as coisas funcionam fora da academia (I).

Já B e H não escolheram fazer um estágio pela questão econômica, mas porque gostariam de compensar o tempo livre:

Olha, a minha situação socioeconômica não é de vulnerabilidade. Dava para eu não fazer estágio. Só que eu estava me sentindo muito inútil. Daí, no final do primeiro

semestre de 2011, eu estava na primeira fase na época, na época que a lista de e-mails do curso ainda era viva e alguém, não lembro quem, estava saindo da TV UFSC e mandou um e-mail dizendo que tinha vaga. Aí eu pensei um pouco, pois era no Centro, e coloquei lá me dispondo. Só que entrou outra pessoa. Depois, na outra vaga que teve, o professor me chamou. Foi assim que eu comecei a trabalhar lá (B).

É que naquele ano, 2012, teve aquela greve de professores que a gente ficou quase dois meses sem aula, e foi bem depois que acabou o primeiro semestre. Eu fiquei muito tempo em casa, fiquei quase um mês em casa e pensei: ‘porque eu não vou fazer alguma coisa? Vou ganhar experiência, essa coisa toda... A vou procurar um estágio’, daí acabei achando fácil assim, e acabei fazendo. Mas foi mais porque eu estava com tempo, e porque eu achava que eu precisava ter alguma experiência com Jornalismo (H).

As respostas dos entrevistados seguem a mesma lógica dos resultados apresentados pela *survey*, como pudemos observar no Gráfico 3 do capítulo anterior, em que a necessidade financeira e a complementação do aprendizado foram as alternativas mais assinaladas nos questionários.

4.2.2 Escolha da área de atuação

Em relação à área de atuação dos estagiários, percebe-se que, para o primeiro estágio, não há uma grande preocupação com o tipo de trabalho que eles vão exercer. Quando perguntados sobre motivo de terem escolhido essa área, a maioria concluiu que foi pela oportunidade originada de um contato passado por um colega do curso ou diretamente com a empresa. Os respondentes C e H concordaram que, por estarem na segunda fase à época em que buscaram o primeiro estágio, as ofertas eram poucas e não poderia haver preferência. C também destacou que foi para a área de Assessoria de Imprensa por acaso. A aluna estava fazendo uma entrevista para um trabalho do curso e o entrevistado lhe ofereceu um estágio. Por coincidência, era no momento em que a estudante buscava uma fonte de renda em Florianópolis para poder se sustentar. Aceitou a oferta e ficou dois anos em estágio no local.

Com base nas entrevistas, também é concebível deduzir que, após alguns semestres de estágio, os alunos começam a buscar uma vaga na área que têm mais afinidade. No caso de H, desde que entrou no curso, o interesse maior da estudante era atuar em radiojornalismo:

Quando eu entrei no Guia Floripa, antes eu mandei o currículo para rádio, só que eu não fui chamada porque eu estava na segunda fase. Só que, desde quando eu entrei aqui, o meio que eu mais gostava de fazer era rádio (...) (H).

H saiu do estágio em Jornalismo Online e conseguiu uma vaga na Rádio UDESC. O estágio na rádio foi encerrado após um ano de atividades.

A e I também foram estratégicos na escolha dos seus estágios. Nas primeiras fases, A buscou vagas em lugares que conseguisse aprimorar conhecimentos técnicos de softwares de

edição de vídeo e diagramação, com os quais a aluna tem mais afinidade, para depois procurar um estágio em que pudesse relacioná-los com o jornalismo.

Era minha ideia: ficar um semestre no estúdio de videoconferência, porque eu queria treinar muito a edição de vídeo, e depois pegar um estágio como na TV UFSC, já dominando a parte técnica e trabalhando com Jornalismo (A).

A estudante fez um ano de estágio no Estúdio de Videoconferência do Centro de Comunicação e Expressão da UFSC e, atualmente, faz estágio na TV UFSC.

Já I procurou por um estágio em Assessoria de Imprensa pela oferta, tanto de estágios, como de campos de exercício profissional após a formatura.

O curso oferece, e agora está até oferecendo um pouco mais de disciplinas na área de Comunicação Institucional, mas é pouco, e como eu acredito que há uma grande possibilidade de trabalho depois de formado, eu achei que era importante e relevante para o meu currículo ter estagiado em Assessoria de Imprensa (I).

4.2.3 Conhecimentos necessários para conseguir a vaga de estágio

Para conseguir uma vaga de estágio, alguns estudantes tiveram como pré-requisito imposto pela concedente que já tivessem cursado disciplinas específicas do Jornalismo UFSC, como as Redações e Tecnologia em Telejornalismo. I e E descreveram que lhes foram solicitados textos feitos em aula e H ressaltou que, para atuar em rádio, “o pessoal aqui da UFSC tem um diferencial que já sabem os programas, usar os programas, que os outros das outras universidades geralmente não sabem, aprendem lá mesmo, no estágio”.

Em análise de todas as entrevistas com estudantes, percebemos que o estágio do estudante J foi o que mais se diferenciou nos conhecimentos exigidos para a vaga: ser um usuário ativo de redes sociais, que não chega a ser um conhecimento, conhecer “um pouco de HTML” e saber escrever release. “Eu não sabia fazer um release exatamente, que a gente não tinha tido nenhuma prática nessa área ainda, mas um texto jornalístico eu sabia fazer, e eu acho que era suficiente” (J).

Na perspectiva de G, os estágios realizados dentro da UFSC não exigem muitos conhecimentos específicos. A ex-estagiária defendeu a tese de que:

Muitas bolsas você consegue por indicação, outras é porque tem várias vagas, então lá eles contratam, mas eu acho que é uma questão de perfil também, de posicionamento, enquanto pessoa que se sente capaz de exercer aquela função. Porque eu exerci algumas funções que foram além de repórter, além daquilo que necessariamente se ensina no curso, que é para você trabalhar em uma redação como repórter (G).

4.2.4 A contribuição do estágio à formação profissional

É bem marcante entre os entrevistados a ideia de que o estágio contribui para a formação como uma preparação do aluno para a realidade do mercado de trabalho e como um lugar de experimentação do que é aprendido de teoria no curso. A enfatizou esta relação entre teoria e prática:

Eu vejo várias coisas que a gente aprende, principalmente nas disciplinas teóricas, como Teoria do Jornalismo. São discussões que você aprende a ligar na teoria, mas você não sabe colocar na prática. São tantas críticas que a gente tem sobre o mercado jornalístico que a gente não sabe por que isso acontece. Então eu acho que estágio é a oportunidade de você testar o que você gostaria de fazer com o que você deve fazer. Antes de ir para o mercado é a chance que você tem de errar. Eu me dedico o máximo e tento fazer o mais certo que eu puder, mas eu sei que estou ali para aprender mesmo. Não vou ter um chefe. Na TV UFSC eu estou há pouco tempo, mas estou tendo uma baita experiência mesmo, porque a gente trabalha como uma TV séria, que está em um sinal de TV aberta e tem toda uma preocupação de ter programação. Não pode dizer ‘não fiz a matéria porque não deu’, não, tem que ter o programa. Você se sente a vontade porque sabe que vai errar, mas está seguro porque não vai ser demitido no dia seguinte (A).

Para C, os dois anos de estágio em Assessoria de Imprensa foram fundamentais para conhecer o trabalho de assessoria e concluir que não é a área que a estudante deseja seguir:

Foi esclarecedor essa parte para, pelo menos, eu descobrir um pouquinho do que eu não gosto, não só o que eu gosto. E, no mais, me ajudou muito com contatos, porque trabalhando na Prefeitura você conhece muita gente. Entendi muito melhor a política. Antes eu era meio que ‘ai, não sei’, hoje eu já acho que tenho posicionamento político, esse tipo de coisa (C).

O depoimento de E, até certo ponto, associa as considerações de A e C. Segundo o estagiário:

Muitas vezes o aluno entra no curso com uma visão muito ideal do mercado de trabalho, e aí tem uma decepção, quando sei lá... (...) Por mais que as disciplinas teóricas tentam trazer a situação atual, descrever a situação atual não vai conseguir fazer a pessoa sentir como é viver aquilo. Então eu acho necessário que a pessoa faça um estágio antes para conhecer a área, e ter mais ideia, mais clareza se é aquilo que ela quer ou não (E).

Outro aspecto ressaltado pelos alunos como agregador da prática dos estágios à formação profissional é o questionamento ético. Essa perspectiva foi trazida pela estagiária I e confirmada pela ex-estagiária G.

Porque tu acaba conversando com jornalistas, vendo como é que as coisas são feitas, acaba descobrindo que o jornal copia as coisas da assessoria na íntegra. Coisa que a gente não percebe quando está do lado de fora. A gente acha que tudo é lindo, que as coisas são todas bem feitas, que todo mundo é superético, daí tu começa a descobrir que nem todo mundo é tão ético assim, e essas coisas do gênero (I).

O questionamento ético fez com que G deixasse o estágio após três meses: “senti que estava vendendo a minha força de trabalho em uma empresa da qual eu discordava totalmente dos princípios, da forma de gestão” (G).

Os depoimentos de G e I vão ao encontro do que Fujino e Vasconcelos (2011) expõem sobre a ação didático–pedagógica do estágio, de que seria uma oportunidade para a obtenção de conhecimentos sobre saber fazer e saber jogar as consequências decorrentes das ações praticadas.

Apesar de a maior parte dos estudantes entrevistados concordarem sobre a validade do estágio como preparação para atuação no ambiente profissional, D apresentou uma visão crítica de que a maioria dos estágios tem feito o aluno trabalhar como um profissional formado, apesar do Decreto nº 83.284 ainda estar em vigor e proibir tal prática. A estudante condenou o fato de que o aluno é estagiário, está recebendo como estagiário, não é formado, mas tem “toda a responsabilidade de estar fazendo um trabalho como se já fosse jornalista”.

Este contexto apontado pela estagiária D é um dos graves problemas que a universidade, com o protagonismo do Ministério Público (MP), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Sindicatos vêm tentando combater. Há registros de que, já em 2006, o MPT vinha intimando e fiscalizando as instituições de ensino para esclarecer as circunstâncias de realização dos estágios e alertar sobre a necessidade de não substituírem profissionais por estudantes. No artigo *Um balanço do estágio* (2006), o ex-coordenador de estágios, professor Francisco Karam, alertava que:

Nem o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho ou Sindicato conseguem ter força suficiente para cercar o abuso na contratação de estagiários (às vezes apenas se chama assim, mas o que existe é contratação de estudantes sem que sequer a escola saiba) e proteger profissionais formados (KARAM, 2006).

4.2.5 Conhecimentos levados do curso para o estágio

Dos conhecimentos que são levados do curso para o estágio, as técnicas de redação jornalística foram as mais utilizadas pelos estudantes A, C, D, E, G, e J, seguido das técnicas de edição de vídeo (mencionado por B, C e J), a habilidade de conversar com pessoas (B, G e I) e o engajamento em projetos de extensão de rádio (citado por F, H e J).

D relatou que as técnicas de redação lhes serviram para aprimorar o release:

Apesar do release de assessoria você ficar muito preso a uma *formulinha*, todas as aulas de redação que eu tive com diferentes professores me auxiliaram muito para melhorar o texto e para conseguir passar a informação. Porque até na assessoria você consegue fazer um texto que não pareça um release, mas que a gente sabe que é (D).

Para G, além das técnicas de escrita jornalística, a perspicácia de conseguir sair à rua para fazer entrevistas e conseguir lidar com as pessoas é um conhecimento que ela adquiriu no curso e levou para o estágio. No seu ponto de vista, as empresas precisam dessa *expertise*, “de pessoas que consigam ser multidisciplinares, chegar em qualquer lugar, conversar com qualquer pessoa e pegar aquelas informações e usar em outros lugares, por exemplo”.

Por outro lado, J priorizou a questão de como a fundamentação teórica que aprendeu no curso de Jornalismo da UFSC lhe foi útil para manter um posicionamento ético na concedente:

Tem coisa que, às vezes, no trabalho, a política da empresa te induz para um caminho, e tu tem que, de acordo com as tuas convicções, os teus valores, tentar ir por um caminho diferente daquilo. E acho que isso aqui no curso a gente desenvolve. Uma pessoa que não tem essa fundamentação teórica que a gente tem aqui talvez seria levada por aquele caminho, que nem sempre é o mais correto (J).

A validade dos projetos de extensão, que também oferecem bolsas de estágio, como um aprendizado preparatório para o exercício de estágios fora da UFSC, foi um tema abordado por F. O estudante considerou que o que mais lhe ajudou a desenvolver melhor seu estágio na Rádio UDESC foi a experiência adquirida através do contato contínuo com projetos de extensão dentro do curso, “(...) de estar se envolvendo de alguma forma, pensando no programa, em pautas, e conversando com os amigos”. Na opinião de F, esses projetos o auxiliaram no aprendizado de como sair de situações que não estão programadas, por falta de pessoal ou problemas técnicos.

4.2.6 Possíveis carências

A partir da análise dos depoimentos, também é possível inferir que o desempenho do aluno no estágio, por vezes, fica condicionado às disciplinas que conseguiu fazer até aquele momento no curso. Como os estudantes entram no estágio muito cedo, a maioria já na segunda fase, conforme Gráfico 1 do Terceiro Capítulo, a atividade de estágio em todas as áreas do Jornalismo fica limitada ao que foi aprendido nas disciplinas cursadas na primeira fase. O caso mais complicado é o da Assessoria de Imprensa, área de grande atuação dos alunos (conforme Gráfico 6 do Terceiro Capítulo) em que o conhecimento específico referente à área ou é ministrado nas optativas, ou está dentro da matéria obrigatória Comunicação Institucional, ministrada à quinta fase.

Os estudantes C, I e J reconheceram que teriam aproveitado melhor os estágios se tivessem cursado essas cadeiras antes de entrar para o estágio, como podemos visualizar no depoimento de C:

E eu acho que tem matéria optativa de Assessoria de Imprensa ou até a obrigatória de Comunicação Institucional que seria muito legal se eu já tivesse feito. Depois que eu fiz, vi que: ‘meu, se eu soubesse disso tudo antes não teria apanhado, engatinhado daquele jeito’ (C).

D também ponderou que faltou o conhecimento em Assessoria de Imprensa para um melhor desempenho no estágio que está realizando atualmente, no gabinete de comunicação de um vereador. Mas sugeriu que a falha está no modo como a disciplina é ministrada:

Eu estou fazendo agora a optativa de Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional I, que eu não tinha feito ainda, e eu particularmente vejo que há uma vontade muito grande da professora de passar as coisas, ela é muito esforçada, muito querida, mas dá para ver que ela não tem muita experiência na área, na vida profissional mesmo. Acho que há uma defasagem. Eu não sei de quem é a culpa, porque se ela foi contratada é porque os professores achavam que ela tinha capacidade para fazer isso. E até a bibliografia que é passada, são coisas muito óbvias. Eu não sinto que o curso de Jornalismo tem me dado ferramentas para conseguir exercer esse trabalho de assessoria de imprensa (D).

Levando em consideração que os entrevistados responderam os conhecimentos que lhes faltaram em relação à área que estão atuando ou já atuaram, outros pontos foram levantados por A e J. J gostaria que houvesse maior aproximação com o mercado de comunicação catarinense. Ele observou que a disciplina Cátedra RBS aproxima um pouco a academia com o mercado, mas que o grupo não é o único em Santa Catarina. “Acho que a gente poderia ter, talvez, experiências maiores no mercado, visitar... Sei lá, agências e outros locais” (J).

Na visão de A, “a parte técnica de ferramentas é uma dificuldade bem grande no nosso curso”. A estagiária analisou que falta conhecimento dos alunos sobre alguns softwares de edição de foto e vídeo como *Adobe Photoshop* e *Adobe Premiere*, mas defendeu que não é uma obrigação dos discentes saberem.

No vestibular não te perguntam se tu sabes tais programas, então a minha turma tinha muita gente que tinha dificuldade, não para escrever ou manter uma ideia de uma reportagem, tinha dificuldade técnica. De como colocar a ideia deles dentro do *Premiere*, em um documento do *InDesign*, em um documento de *Flash*, que às vezes tem em Jornalismo Online, então eles se sentiam presos por não ter o domínio dessas ferramentas. Eu sentia bastante isso por eles. Claro, também não dá para pedir muito porque é um curso de Jornalismo. Mas talvez até os professores poderiam se aperfeiçoar melhor, promover algumas oficinas... Mas eu também não tiro a responsabilidade de cada um. Eu estou sempre pesquisando, vendo vídeos, lendo tutoriais, depende muito de cada um (A).

4.2.7 Dificuldades no estágio

No quesito dificuldades, os horários de estágio, a supervisão na concedente e a falta de organização dos processos de comunicação dentro das instituições campo de estágio são as questões mais citadas pelos entrevistados.

B afirmou que teve dificuldades em montar uma grade de horários que pudesse conciliar com as aulas no curso. O ex-estagiário resolveu esse problema fazendo estágio em turnos pela manhã e à noite e, um dia na semana, fazia estágio em dois turnos, de manhã e à noite, indo para a aula no período da tarde.

A, C, F e H constataram que uma de suas dificuldades no estágio estava na relação com o supervisor na concedente. A, C e F gostariam de mais orientações sobre o trabalho que devem exercer e um retorno sobre o que estão produzindo. C disse que é orientada por profissionais formados em Letras. “Daí eles ficam arrumando meu texto, e transformam numa coisa que não é texto jornalístico, aquela coisa muito formal e tal” (C). O caso de H é mais grave, a estudante afirmou que em seu primeiro estágio era mal tratada verbalmente pela supervisora.

Não tipo xingada, mas assim, na primeira semana eu estava escrevendo aquela nota, daí ela falou assim: ‘a porque tu não poder ter um texto medíocre’, desse jeito. E teve algumas vezes que eu errei algumas coisas, e era... Pelo que o pessoal tinha me contado, os outros estagiários estavam junto no dia que ela falou: ‘a porque não dá mais, a pessoa tem que ser demitida’. Umass coisas assim, ela era meio louca mesmo. Mas não era também porque eu fazia um trabalho tão ruim assim, é que ela era assim com todo mundo. Tanto que é um estágio que não para seis meses as pessoas, é muita rotatividade, é terrível (H).

Também é importante destacar uma dificuldade citada por D e I, a falta de processos de comunicação estabelecidos dentro da concedente. A estudante D reclamou que na concedente onde faz estágio, “cada um faz as coisas como acha que deve ser feito”. Ela sentia falta de “um livro ou um manual que diga ‘você tem que fazer isso ou aquilo’”. Esta ausência de um Plano de Comunicação também é vivenciada por I, que questionou o distanciamento do que a academia ensina, de como criar soluções de comunicação, com o que encontra na prática.

Se eu vou fazer um post para o Facebook, eu não sei se tem um número de caracteres específicos, não tem um formato específico, eu posso escrever do jeito que eu quiser. Então essas coisas assim destoam um pouco do que nós aprendemos na academia e, principalmente, faz com que o trabalho às vezes seja da tua cabeça, e não uma coisa pensada e formatada, segmentada, faz meio que de acordo com o teu humor do dia (I).

Acreditamos que essa questão de falta de processos definidos, apresentada por D e I, tem um agravante que é o aluno querer se enquadrar em uma situação pré-estabelecida, de certa forma cerceando a possibilidades de criação e desenvolvimento de suas habilidades pessoais. Caberia, nestes casos, uma atuação mais presente do supervisor na concedente para orientar melhor as atividades das estagiárias e de um orientador na UFSC que estabelecesse, junto com o aluno, a análise crítica desses processos.

4.2.8 A polêmica do orientador: Papel burocrático ou pedagógico?

Podemos considerar a orientação de estágio talvez uma das questões mais delicadas no exercício dos estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC. A maioria dos entrevistados afirmou que não recebeu nenhuma orientação durante o estágio. Por outro lado, também os estudantes concordaram que, se tivessem procurado o professor orientador para uma conversa, ele não teria se negado a ajudá-los. A consideração de G representa bem a posição também dos estudantes D, F e H em relação ao que pensam ser o papel do orientador. Para G, “ele teve um papel burocrático de viabilizar o que a UFSC que pede enquanto documentação”. Já F ironizou o papel pedagógico do orientador:

(...) sério que existe um orientador? Porque eu sempre achei que era uma coisa só eu e o estágio, ia ser realmente legal se tivesse. (...) Eu estou me sentindo cada vez melhor e isso é o que está me garantindo. Bom, deve estar dando tudo certo, porque se eu me sinto melhor, ele também deve estar percebendo isso (F).

A estagiária I contribui para a discussão defendendo o argumento de que não há orientação porque os professores desconhecem a forma que deve ser conduzida a orientação.

Então assim, eu nem culpo tanto o orientador pela falta de suporte, mais é a Universidade mesmo pela questão de não ter isso pré-estabelecido. Porque eu acredito que quando eles liberam para o estágio, já tem essa burocracia enorme de ter que procurar um orientador, tem um monte de assinatura para colher, e aí eles não te dão um respaldo de dizer: ‘tu tem que fazer um relatório uma vez por mês, tu tem que conversar com o teu orientador uma vez por mês, ou de 15 em 15 dias’. Não, eles não falam, nem te incentivam a procura do orientador, então meio que tu fica largado (I).

J trouxe uma situação diversa dos outros estudantes que foram entrevistados. O ex-estagiário teve uma conversa sobre o estágio que realizou com um professor que não era seu orientador. O docente lhe questionou se havia gostado e aprendido algo, se haviam lhe pago corretamente e se o estudante recebeu as férias. “Conversamos alguns minutos e eu contei minhas impressões do estágio. Foi uma conversa rápida, mas senti que poderíamos ter feito isso mais vezes” (J).

Com base no texto da conferência “O Estágio no projeto de formação profissional universitária”, ministrada por Acácia Kuenzer (*apud* FORGRAD, 2004, p. 197), tendemos a acreditar que, com esta nulidade na orientação dos estagiários, representando a prática pela prática, “sem o entendimento do que se faz, de quais conhecimentos científicos a estão embasando”, o estágio como forma de aprendizagem não estaria contribuindo de forma efetiva na formação de profissionais, limitando-se a um aprendizado na dimensão do saber tácito, “aquele que se aprende pela imitação e pelo adestramento”.

A partir da análise dos depoimentos, é possível identificar, inclusive, o quanto a orientação é nula entre os alunos que realizam ou já realizaram estágio em uma concedente que não seja UFSC. Para exemplificar nossa afirmação, apresentamos abaixo um relato de C, comparando a atividade de orientação no primeiro estágio, realizado na Prefeitura de Florianópolis com o atual, um projeto de extensão na UFSC:

No primeiro acho que foi mais nulo do que nesse. Porque esse, como meu orientador é também meu chefe, eu às vezes encontro ele, tipo, uma vez na semana. Só uma vez até agora que eu fui atrás dele para tirar uma dúvida. Mas, de resto, perguntei para o pessoal aqui mesmo, fiz como eu achava que tinha de ser feito, e foi (C).

A dúvida que C foi sanar com o orientador era sobre a atividade de estágio que realmente havia sido contratada para exercer e que, até o momento da entrevista, não havia começado, apesar de já estar a seis meses no estágio. Embora a orientação ser falha também nesses casos, só o fato do aluno estar próximo a seu professor-orientador de estágio de certa forma contribui para que as chances de um retorno ao aluno sejam maiores.

Nos depoimentos de A e B, que só realizaram estágio dentro da universidade, a realidade da orientação parece ser bem diferente da dos outros colegas entrevistados. No estágio atual de A, realizado na TV UFSC, ela ainda não tinha feito uma reflexão com o orientador até o momento da entrevista. No entanto, em comparação com o comportamento do professor com outros estagiários que estavam há mais tempo na mesma concedente, A acreditava que esta conversa deveria vir em breve.

Ele se preocupa em saber como é que cada um está produzindo, em saber como cada um está realmente. Ele pergunta: ‘Por que você não fez? Você está mal, tem algum problema? Você acha que está pesado?’. Ele não fez isso comigo ainda, mas eu já vi ele fazendo isso com outros estagiários, então eu acho que talvez daqui para frente ele venha a fazer isso (A).

O estudante B, por coincidência, fez estágio na mesma concedente que A, e contou que, quando trabalhava na TV, as conversas com o professor orientador eram diárias, pois conviviam no mesmo prédio. Quando mudou o local onde realizava o estágio, B conversava com o orientador por telefone, “ou se esbarrava e trocava ideia, em geral coisa de uma vez por semana, às vezes mais, dificilmente menos. Foi uma ótima orientação”, avaliou o depoente.

4.2.9 Sugestões para melhorar a qualidade da realização dos estágios

Em análise das respostas à pergunta “Como a universidade pode atuar para melhorar a forma de realização dos estágios?”, percebemos que as sugestões dos estudantes estagiários ou ex-estagiários se convergiram em um único ponto, o pedido de que a universidade acompanhe mais de perto os estágios, para que também a instituição possa tirar proveito

disso, fazendo com que os alunos não só levem o que aprenderam em sala de aula para o estágio, como também tragam situações concretas e aprendizagens do mercado para a sala de aula.

A pediu mais sensibilidade dos professores para entender a situação de vulnerabilidade econômica que leva muitos estudantes a fazer estágios e sugeriu que uma forma de minimizar esta demanda era o orientador exigindo um relatório do aluno:

Eu ouvi muito alguns professores falando: ‘mas vocês não deveriam estar estagiando’. Mas, por exemplo, no meu caso, se eu não estagiasse, eu não estaria nem aqui. Eu não tenho outra opção, eu tenho que fazer estágio. Esses R\$ 500,00 vão fazer diferença para mim. Eu me preocupo em, pelo menos, já que eu tenho que fazer, fazer algo que me ajude, que não seja só para ganhar o dinheiro. E eu acho que se eles pedissem um relatório seria bom. Eu ia reclamar, muito provavelmente eu ia reclamar e no final do semestre iria pesar, mas acho que iria contribuir (A).

I também solicitou um pouco mais de sensibilidade por parte dos docentes. Ela alegou que os professores criticam a falta de dedicação exclusiva dos alunos, mas que não pensam na vida financeira dos mesmos. “Daí tu fica pensando assim, como um professor que está numa universidade pública incentiva uma coisa que vai fazer com que a universidade só tenha pessoas com dinheiro?”, questionou a depoente. E concluiu: “Porque eu, por exemplo, não tenho como me sustentar sem a ajuda do estágio. Para mim é impossível, ou eu faço estágio, ou não tenho como concluir a universidade”.

C também defendeu que os relatórios poderiam melhorar a fiscalização dos estágios. Porém questionou a validade do documento que atualmente é solicitado pela UFSC ao fim de cada semestre de estágio, afirmando que “aquilo não serve para nada”.

Você pode escrever qualquer coisa e o orientador, o supervisor, não sei, mas ele nem lê. Estes tempos eu escrevi uma coisa engraadinha, só para testar, e ninguém viu. E, nossa, eu já fiz alguns relatórios, porque eu fiz quase três anos de estágio. É esse o controle que teoricamente a universidade tem sobre o que o aluno está aprendendo, mas não tem (C).

F recomendou que os alunos tivessem acesso a uma lista de empresas que são indicadas pelo curso como bons lugares para realização do estágio e H aconselhou que a UFSC estivesse mais por dentro de como as concedentes estão contratando e tratando o estagiário.

É que muitas empresas acham que só contratando estagiários vão suprir a demanda, e deixam de contratar profissionais para contratar estagiários, e mandam os estagiários fazerem as atividades profissionais. Eu acho que isso deveria ser fiscalizado mesmo, porque sobrecarrega as pessoas, os estágios (H).

Esta dificuldade das universidades em supervisionar os estágios não obrigatórios foi abordada pela professora Sônia Probst (2003, *apud* FORGRAD, 2004) na conferência “Aspectos legais e éticos dos estágios: o papel das Universidades”, inserida no II Encontro Nacional “Estágios, Ensino Superior e Mercado de Trabalho: Perspectivas para o Futuro”, realizado em 2003 pelo ForGRAD. Probst alertava que não havia pessoal nem recursos financeiros para deslocamentos da instituição de ensino à concedente de estágio. Nessa conjuntura, a universidade tornou-se o elo fraco da corrente,

pois sofre pressões do mercado de trabalho, da justiça do trabalho, dos agentes de integração e das necessidades sociais dos alunos que precisam da bolsa-auxílio como forma de reduzir a inadimplência das escolas particulares ou mesmo para viabilizar o custeio da permanência do aluno nas escolas públicas (transporte, alimentação, livros, xerox etc.). Como responsável pela qualidade pedagógica dos estágios, a universidade deve posicionar-se com maior firmeza no controle e supervisão dos estágios (PROBST, 2003 *apud* FORGRAD, 2004, p. 207).

4.2.10 Sugestões para um programa de estágio no curso de Jornalismo da UFSC

Com as Novas Diretrizes Curriculares em fase de implantação dentro do curso e o estágio obrigatório prestes a entrar no novo currículo do Jornalismo da UFSC, esta pesquisa também considerou pertinente perguntar aos entrevistados, que vivem ou já estiveram em atividades de estágio, quais são suas sugestões para um programa de estágio no Jornalismo UFSC. As respostas se dividiram em duas vertentes: a melhora no comprometimento do professor orientador e a necessidade de que o estágio obrigatório seja remunerado.

D, E e I pediram que o estagiário seja realmente acompanhado, “que o estágio realmente seja uma prática voltada para o aprendizado fora do curso”, enfatizou E. D ressaltou que este acompanhamento não precisa ser semanal ou mensal, “mas ter certa periodicidade de encontros para ter uma conversa e para ter esse *feedback*”.

Outra sugestão que se destacou entre os entrevistados é a questão do auxílio financeiro. F, G, e I concordaram que o curso terá de administrar um grande problema se os estágios obrigatórios não forem remunerados. Na visão de F, a falta do auxílio financeiro nos estágios obrigatórios “vai fazer com que as pessoas não tenham vontade, não tenham tesão de ir lá fazer. E o cara precisa ter vontade de fazer o que ele está estudando, o que ele está cursando, o que ele está trabalhando”. G sublinhou que:

Não tem como não ser remunerado. É muita exploração do estagiário. Já é uma mão de obra muito barata, ainda vai te usar sem te pagar? O pessoal que estuda aqui é muito competente, é muito bom no que faz para não ser pago. Isso aí é um absurdo. Vai fazer com que as pessoas odeiem esse estágio, porque você tem várias oportunidades de outros estágios que te pagam, e daí de repente um dia você vai ter que trabalhar sem receber? (G).

4.2.11 Perspectivas e advertências

Quanto aos quatro estudantes ex-estagiários entrevistados por essa pesquisa, B, G, H e J, apenas um, J, continua trabalhando, já que foi contratado pela concedente em que fazia estágio. Os demais deixaram o estágio para se dedicar mais à graduação. G era a única aluna, dos quatro ex-estagiários, que precisava do estágio para se manter na UFSC. Nos últimos dois semestres conseguiu apoio dos pais e pode se dedicar à finalização da graduação, que será concluída neste semestre. Fazendo um balanço do estágio, G avaliou que a prática profissional supervisionada foi essencial para que ela se conhecesse e definisse o tipo de profissional que deseja ser.

(...) principalmente no nosso curso, que ele é um profissional que faz diferença total na sociedade. Então você precisa estar em contato com o mundo e com as empresas, com a sociedade que te cerca, entender isso para você não sair um profissional tão cru, para não sair um profissional que é um bobão. (...) Eu não teria conseguido exercer tão bem as minhas funções se eu não tivesse o aprendizado que eu tive no curso (G).

Das aprendizagens que pode levar dos estágios que realizou, H só se arrependeu de ter começado muito cedo. A estudante analisou que deveria ter esperado três semestres para entrar no primeiro estágio.

Porque eu fiz as coisas muito corridas aqui no curso, e eu estou tentando reparar agora. Mas acho que foi meio uma ansiedade, e eu acho que os calouros deveriam ser avisados disso, para ficarem um pouco mais calmos. Quem realmente não precisa do dinheiro, espera pelo menos umas três fases, para aprender mesmo as coisas que tem aqui, e depois sair (H).

4.3 Os docentes

Como descrevemos no item 4.1, todos os docentes que participaram das entrevistas estão envolvidos diretamente com o tema e/ou com o objeto de estudo. Foram entrevistados: Aureo Moraes (coordenador do curso de graduação em Jornalismo), Daisi Vogel (ex-coordenadora de estágios), Eduardo Meditsch (professor do Jornalismo UFSC e membro da Comissão que formulou as novas Diretrizes Curriculares), Jorge Ijuim (ex-coordenador de estágios), Mirna Tonus (presidente do FNPJ), Nilson Lage (ex-professor de Jornalismo na UFSC e pesquisador do Ensino de Jornalismo), e Valci Zuculoto (diretora da Fenaj). Passamos agora à análise das entrevistas.

4.3.1 Entendimento dos entrevistados sobre o estágio em jornalismo

Primeiramente, acreditamos que é necessário esclarecer o posicionamento de cada entrevistado a respeito do estágio em Jornalismo para um melhor entendimento das subsequentes análises a respeito do objeto de estudo³⁴.

O coordenador do curso de graduação em Jornalismo, professor Aureo Moraes, o ex-coordenador de estágios, Jorge Ijuim, a diretora do FNPJ, Mirna Tonus, e a diretora da Fenaj, Valci Zuculoto, afirmaram que são a favor do estágio “em essência”, que proporciona uma vivência da prática profissional como complemento à formação do aluno, e que preza pela valorização da aprendizagem, com supervisão de um profissional e também de um professor orientador. Ijuim explicou que um estágio em essência estimula o aluno a vivenciar condições do mercado, como, por exemplo, prazos de fechamento, impossíveis de serem exercitados em disciplinas de práticas profissionais no curso. Por outro lado, o professor ressaltou que essa experiência externa tem de provocar a crítica no estagiário: “Ou seja, com a ajuda de professores e colegas, deve também exercer seu olhar crítico para o mercado. Nem tudo que é praticado nesse mercado é o desejável e isso deve ser identificado e criticado”.

Tendo em conta esta perspectiva, Moraes, Ijuim e Zuculoto contestaram a maneira em que os estágios estão ocorrendo, quando desenvolvido como antecipação do ingresso no mercado de trabalho, especialmente quando o estagiário ainda está nas primeiras fases do curso. Ijuim e Zuculoto defenderam que a maior parte das bolsas ofertadas não contribui para a qualificada e correta formação em Jornalismo, e que não proporciona condições para uma experiência complementar e crítica. O ex-coordenador de estágios questionou, inclusive, que “mais que 12 horas semanais” de estágio compromete a formação do aluno e Zuculoto manifestou que o pior problema é que os estagiários são utilizados como mão de obra barata. A representante da Fenaj exemplificou seu argumento explicando o contexto de Florianópolis, em que algumas empresas de comunicação selecionam estagiários ou assistentes de conteúdo (função que dirigem aos estudantes e, portanto, também é estágio), pagam “bem menos que o piso salarial do jornalista” e obrigam os estudantes a trabalharem mais que as cinco horas diárias da jornada regulamentada da profissão.

Quando o assunto é estágio obrigatório, o coordenador Aureo Moraes e a ex-coordenadora de estágios, professora Daisi Vogel não têm um posição definitiva. Vogel levantou a dúvida se a passagem por ambientes profissionais seria determinante para complementar a formação do aluno, porque a duração desta modalidade de estágio é curta e as

³⁴ O pesquisador Nilson Lage não quis se posicionar nesta pergunta.

condições de trabalho e os ambientes profissionais estão se alterando drasticamente, “e que de fato já não atendem exatamente a uma coisa que a gente preconcebe como sendo Jornalismo”.

Vogel também argumentou que preferia que os estudantes pudessem se dedicar integralmente à formação acadêmica, mas entende que, neste momento, com a expansão das políticas de inclusão de pessoas social e historicamente menos favorecidas nas universidades brasileiras, não há como exigir isso de ninguém, “esse é um desejo quase idealizado, que vocês não precisassem complementar a renda”. A explicação da ex-coordenadora de estágios vai ao encontro do que os próprios estudantes afirmaram como uma das principais motivações para fazerem estágio não obrigatório, a complementação da renda, como foi possível observar no Gráfico 3 do Terceiro Capítulo e no item 4.2 desta pesquisa. Segundo a professora:

As pessoas não têm o dinheiro para fazer isso, as pessoas precisam dessa complementação de renda para poder ficar em Florianópolis, poderem se sustentar aqui. Então, mais do que uma coisa de preparar para o mercado de trabalho, que eu não vejo como tal, eu acho que de fato já é um mecanismo paliativo de garantir que essas pessoas consigam terminar a sua formação universitária. É claro que será uma formação que perde muito pela falta de tempo que os meninos têm, por exemplo, de ler. As pessoas não têm tempo fora do período de aula efetivamente a continuar estudando, a permanecer no ambiente universitário enquanto estudantes. Ele sai da aula e vai ser o trabalhador, mas essa é a condição social que nós temos (VOGEL, 2014).

Para Aureo Moraes, a opção do estágio não obrigatório lhe pareceu mais produtiva ao curso de Jornalismo da UFSC ao menos nas duas últimas décadas. O entrevistado declarou que não houve uma perda na formação dos alunos desde que o estágio deixou de ser obrigatório nas escolas e que, além disso, como esta graduação não é voltada à formação de professores licenciados, não via necessidade que o estágio fosse obrigatório. Para Moraes, se a estrutura da escola oferecesse aos alunos oportunidades de contato com práticas profissionais, como os órgãos laboratoriais, “com experiências de produção em diferentes ambientes, próximo do ambiente profissional, a formação dele estaria, talvez não plena, mas bastante próxima de ser plena”.

Como representante da Fenaj na Comissão que formulou as novas Diretrizes Curriculares, o professor Eduardo Meditsch defendeu que o estágio não fosse obrigatório. Este posicionamento também se deu porque o professor considerava que o estágio obrigatório, tal qual as novas Diretrizes Curriculares propõem, é muito complexo e difícil de administrar para não tornar-se algo distorcido. Além disso, Meditsch avaliou que não está claro quem vai fiscalizar o cumprimento dessas regras.

Ainda em relação à fiscalização, a maioria dos entrevistados concordou que a regulamentação profissional dos jornalistas, estabelecida por meio do Decreto nº 83.284, de

13 de março de 1979, que continua vigorando, não proíbe o estágio em jornalismo, mas foi instaurada para evitar a exploração de mão de obra barata e consequente desvalorização das vagas para jornalistas formados, realidade que se apresentava fortemente na década de 70. O que constitui fraude, na opinião dos docentes, é a prestação de serviços profissionais sob pretexto de estágio. No olhar de Mirna Tonus, diretora do FNPJ:

Estágio não é serviço profissional. O que constitui fraude, por exemplo, é eu contratar um estagiário, chamá-lo de estagiário, pagar um valor simbólico, e usá-lo como trabalhador profissional. Substituir um profissional por esse estágio, isso é fraudar a atividade jornalística (TONUS, 2014).

Já a professora Valci Zuculoto analisou que o artigo 19 determina o que as entidades profissionais e as próprias novas Diretrizes Curriculares combatem: os falsos estágios ou contratações irregulares de estudantes. Zuculoto também apontou que:

FENAJ e Sindicatos cotidianamente denunciam, levam à justiça, ao MT, ao MPT estas questões, solicitando fiscalização. Com a obrigatoriedade pelas DCNs, acreditamos que as escolas também passarão a contribuir mais nessa fiscalização, por meio da supervisão, acompanhamento e assinatura dos termos de compromisso (ZUCULOTO, 2014).

Vogel e Meditsch concordaram que, pelas dificuldades que se tem em fiscalizar os estágios não obrigatórios, por problemas de estrutura no curso de Jornalismo da UFSC e disponibilidade dos professores, ainda corre-se o risco de estágios com essa característica em que descreve o artigo 19 possam estar ocorrendo. No entendimento de Moraes, os estágios registrados na UFSC não estão nesta situação. Mas o docente admitiu que pedagogicamente e legalmente não a como ter esse controle sem que o aluno procure os professores.

Mas eu preciso ter essa motivação do aluno, eu não tenho como ir lá, porque não existe hoje uma relação formal com a empresa. Agora, se o aluno ignora que a empresa onde ele quer fazer estágio tenha que estar cadastrada, ele vai em qualquer empresa, se ele aceita qualquer condição de trabalho, se ele aceita qualquer pagamento, ele não pode exigir que eu vá lá, chame a atenção, que ele está fazendo tudo por sua conta e risco. Então a gente procura assumir umas posturas institucionais e dizer assim ‘empresa, se cadastra’, ‘aluno, faça dentro dos conformes’ e, na medida do possível, acompanhar esse estudante (MORAES, 2014).

4.3.2 O entendimento do FNPJ e da Fenaj sobre o estágio

Apesar de levar à Comissão a posição contrária da Fenaj quanto ao estágio obrigatório, o professor Eduardo Meditsch esclareceu que o motivo do estágio ser incluído no projeto de diretrizes, e ter ganhado o voto da maioria dos participantes da Comissão, foi o entendimento de que o estágio em jornalismo seria pedagogicamente produtivo assim como em cursos de outras áreas em que a prática é obrigatória. A ideia é a de “que os alunos tenham garantido na

sua formação um contato com a vida real, da profissão (...)”, explicou Meditsch, ressaltando que o presidente da Comissão, o professor José Marques de Melo, “foi o maior defensor disso. Ele argumentava que essa era uma reivindicação dos alunos. E por isso ele defendeu muito veementemente, e acabou ganhando a votação”.

Para a FNPJ, que também teve seu representante na Comissão³⁵, a realização do estágio é um ponto sensível ainda, como reconheceu a diretora da entidade, a professora Mirna Tonus. O FNPJ subscreveu o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino de Jornalismo, elaborado pela Fenaj, mas ainda há muitas dúvidas e pontos de vista diferentes entre os docentes integrantes do Fórum quanto aos estágios em Jornalismo.

Mesmo na diretoria, cada um tem uma vivência com estágio. Então é muito difícil falar, por exemplo, em nome de uma entidade, dizer a entidade pensa assim. A entidade enquanto entidade, ela está buscando a melhor forma de aplicar as diretrizes, ou buscando promover discussões³⁶ para melhor promover a implantação das diretrizes (TONUS, 2014).

Tonus registrou que muitos cursos estão ansiosos por um modelo “meio pronto” de Projetos de Estágio Curricular Obrigatório. “Mas é muito difícil, porque cada instituição tem uma realidade. Então não dá para você fazer uma receita de bolo e aplicar para todas as universidades. Nunca deu, para qualquer situação. Para o estágio também não vai dar”.

4.3.3 Coordenador de Estágios: Função cansativa e burocrática

A Resolução Normativa n.º 14/CUn, de 25 de outubro 2011, como já mencionamos, é a legislação que regulamenta os estágios curriculares dos alunos dos cursos de graduação da UFSC. O documento estabelece em seu Art. 28 que os estágios dos alunos da UFSC são gerenciados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, por meio do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional, e pelos coordenadores de estágio dos cursos. Mais abaixo, no Art. 31, que descreve às atribuições dos coordenadores de estágio, está como competência primeira da função: “I – coordenar as atividades de estágio do curso”. Entre as responsabilidades, cabe ao coordenador: “IV – avaliar a adequação das instalações da unidade concedente do campo de estágio para a celebração de convênio de que trata o inciso II do art.

³⁵ O professor da Universidade Federal de Pernambuco, Alfredo Vizeu, foi o representante do FNPJ na Comissão encarregada de formular as novas Diretrizes Curriculares.

³⁶ Muitas dessas discussões estão ocorrendo no Grupo de Trabalho criado em parceria do FNPJ com a Fenaj para a elaboração de um modelo base que possa subsidiar cursos e sindicatos na elaboração e desenvolvimento de Projetos de Estágio Curricular Obrigatório, para que este realmente cumpra sua função determinada pelas novas Diretrizes. Zuculoto descreve que entre as sugestões estarão: que os estágios sejam voluntários ou pagos por meio de bolsas; que a prática seja realizada somente em atividades jornalísticas; a normatização do uso do material produzido pelos estagiários e a obrigatoriedade de relatórios frequentes supervisionados, tanto pelo profissional quanto pelo professor orientador.

9.º”; “V – analisar os termos de compromisso de estágio observando a compatibilidade das atividades com o projeto pedagógico do curso e registrar no sistema informatizado de estágios da Universidade”; e “X – organizar a documentação relativa às atividades de estágio dos alunos do curso, mantendo-a à disposição da fiscalização”, entre outras imputações³⁷.

Para os ex-coordenadores de estágio no curso de Jornalismo entrevistados para essa pesquisa, a coordenação foi uma atividade “burocrática”, “superdemandada”, e com “uma exigência de atuação absolutamente insana”. Todos os contratos de estágio dos alunos de Jornalismo tanto para registro, quanto para finalização, têm de passar pelo coordenador, que é quem tem acesso ao sistema eletrônico de formalização dos estágios, o SIARE. Daisi Vogel descreveu que, como os alunos em estágio não obrigatório têm um ritmo de ingresso e saída dos estágios muito alto, às vezes, o coordenador precisa, em um único dia:

(...) aceitar um RAENO³⁸, autorizá-lo, receber esse RAENO, registrar no SIARE que recebeu esse RAENO, então ele entra no SIARE para autorizar o relatório final, depois ele precisa receber assinado, daí ele precisa entrar de novo no sistema para dizer que recebeu o relatório final, aí o aluno preenche um novo contrato, que o coordenador precisa autorizar esse contrato, e aí o aluno traz o contrato para assinar e o coordenador tem que dizer que recebeu o contrato assinado por todos (VOGEL, 2014).

“E multiplica isso por noventa”, acrescentou a professora, referindo-se ao número de estagiários no curso. A ex-coordenadora ficou na função por cerca de três anos, de 2010 a 2013, e constatou que

Os alunos parecem que não se dão conta de que o ritmo de vida deles não pode invadir o ritmo de trabalho do docente que, além das cinco horas semanais que ele tem para fazer tudo isso, ele tem um conjunto de outras atividades que ele precisa dar conta também. Então nesse momento é uma tarefa árdua, exigente, cansativa e fundamentalmente burocrática, porque esse coordenador de estágios realmente não tem condições de verificar em que medida que esses contratos estão sendo cumpridos, como são as condições de trabalho (VOGEL, 2014).

O relato do professor Jorge Ijuim, que ficou um ano no cargo, de agosto de 2013 a setembro de 2014, também seguiu a mesma linha de raciocínio. O docente contou que foi uma

³⁷ Além da Resolução Normativa n.º 14/CUn, o próprio Regimento Interno do Departamento de Jornalismo estabelece em seu artigo 15 que são atribuições da coordenadoria de estágio do curso: 1). Executar a política da Coordenadoria Geral de Estágios da UFSC em concordância com os objetivos do Curso de Graduação em Jornalismo; 2). Elaborar normas específicas, em consonância com a legislação vigente na UFSC, visando aprimorar as atividades de estágio do curso de Graduação em Jornalismo; 3). Supervisionar e avaliar as atividades de estágio do Curso de Graduação em Jornalismo; 4). Divulgar informações ligadas a estágios; 5). Zelar pela custódia e manutenção de documentos de sua competência; 6). Apresentar, semestralmente, relatório das atividades ao Chefe do Departamento e à Coordenadoria Geral de Estágios da UFSC; 7). Orientar os alunos em assuntos relacionados com estágios; 8). Representar o Departamento junto à Coordenadoria Geral de Estágios na UFSC; 9). Encaminhar os relatórios dos alunos aos professores envolvidos na área em que ocorrem os estágios; e 10) Emitir parecer sobre a avaliação final do estágio.

³⁸ Relatório de Atividades de Estágios Não-Obrigatório (RAENO).

experiência desgastante: “Não sei se foi mais desgastante por ser tão burocrático, mas primeiro por eu ter essa indisposição com a forma como isso vem acontecendo”. Para Ijuim, a coordenação de estágios, em suma, é uma atividade burocrática que serve exclusivamente à burocracia.

Por que... Se as pessoas colocarem informações falsas ou equivocadas ali, eu não tenho como controlar. Um exemplo: você chega com uma proposta de atividades que não são condizentes com o nível, o estágio, etc e tal, que aí eu posso interferir e ‘olha, isso aqui não é condizente com a função e tal’. Mas fora isso é papel que se gera, imprime, e que as pessoas assinam. Então é uma burocracia que serve à burocracia. Então é uma função, que nesse sentido é desgastante, porque você não vê para que serve efetivamente aquilo, porque o controle é relativo (IJUIM, 2014).

Neste sentido, em análise das entrevistas dos três coordenadores, Aureo Moraes, Daisi Vogel e Jorge Ijuim, percebemos que a alta carga de trabalho burocrático que pesa sobre os docentes também impede que haja um controle mais efetivo sobre as atividades que os estagiários estão exercendo. Os coordenadores de estágio afirmaram que, mesmo sem conseguir ter um domínio maior sobre como os estágios estão sendo realizados, os próprios alunos não os procuram. Na perspectiva de Vogel, “é porque os estágios para eles são lugares de trabalho, não são lugares de estágio”.

Segundo Moraes, o único controle possível sobre as atividades que os estagiários exercem é o SIARE. “Se você me perguntar quantos estagiários estão cadastrados no sistema eu sei. Mas se você me perguntasse qual é o desempenho deles, subjetivamente eu não sei”. Jorge Ijuim também reafirmou que conhecia as atividades pelo estava escrito nos formulários, tanto na proposta em si, quanto nos relatórios. “É a única forma que eu tenho como conhecer o que é feito. Se é que é cumprido exatamente como está escrito. Mas nós não temos estrutura alguma para poder acompanhar.” Já Daisi Vogel disse que não conhecia as atividades que os estagiários faziam enquanto era coordenadora porque há “uma rotatividade gigantesca”. A docente ilustrou que:

Alguns permanecem o contrato de um ano, porém a maioria tem contratos que são interrompidos ao segundo, terceiro, quarto mês, porque o estudante acaba encontrando outra possibilidade de estágio e já está cansado daquele lugar, acha que já aprendeu o que ele pode aprender ali ou aquilo não é legal, não é divertido, não interessa, é um trabalho mais de estafeta. E aí ele acaba tendo uma alternativa e ele vai para o outro. (...) O coordenador de estágios hoje não tem condições de acompanhar os 90 e tantos contratos que estão sempre rolando concomitantemente e existe sempre a figura do orientador de estágio que é sempre um de nós, mas esse tem operado de maneira bem proforma (VOGEL, 2014).

4.3.4 O papel do orientador

Com base nas entrevistas é concebível afirmar que há um consenso entre todos os informantes de que o papel do orientador é acompanhar o estudante-estagiário, “garantir que o estágio cumpra seus objetivos”, “ter acesso ao local de trabalho”, “conversar com o supervisor”, “ouvir o testemunho dos estagiários” e ser “um interlocutor permanente com o estagiário, que o questione e o instigue. Um ouvidor e um questionador para verificar e sentir seus progressos e dificuldades”, nas palavras do ex-coordenador Jorge Ijuim.

Apesar de estas serem definições importantes e fundamentais para o efetivo cumprimento dos objetivos pedagógicos do estágio, um problema apontado por Aureo Moraes, Daisi Vogel e Jorge Ijuim é o modelo de orientação vigente nos estágios atuais, em que esta atividade de acompanhamento do aluno é negligenciada pelo fato do estágio ser não obrigatório e o curso não destinar corpo técnico e estrutura para que esta atividade seja efetivada. De acordo com Vogel, “raramente um professor orientador de estágio de fato tem resposta, acompanhamento da atividade que o estagiário desenvolve de fato”. “No modelo atual, não há qualquer controle, qualquer possibilidade factível de orientar conforme esta situação desejável”, complementou Ijuim.

Esta realidade que vem sendo apresentada de impossibilidade de orientação dos estudantes torna-se preocupante se considerarmos o conceito de estágio no seu sentido literal, como o já mencionado no Segundo Capítulo, de que:

O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente (BURIOLLA, 1995, p. 13).

Neste panorama proposto por Buriolla pode se pensar que está havendo alguns ruídos na formação dos estudantes-estagiários de Jornalismo da UFSC, porque não há esse momento de reflexão e, também sob a perspectiva de Valverde (2006), só irá ocorrer a adequação didático-pedagógica do estágio se houver uma efetiva supervisão acadêmica realizada na instituição de ensino.

4.3.5 O peso do estágio na formação dos alunos de Jornalismo da UFSC

Quanto ao peso do estágio na formação dos alunos de Jornalismo da UFSC, Aureo, Vogel e Ijuim concordaram que o estágio é encarado pelos alunos como uma ocupação profissional, em alguns casos para assegurar sua permanência na universidade, e que tem tomado cada vez mais um tempo maior do currículo dos alunos, que parecem estar mais

preocupados com o fazer do que com o pensar. Um dos resultados, além do possível atraso na integralização da graduação, é o fraco desempenho nas aulas.

Há alguns anos eu vejo cada vez menos pessoas passando pelos corredores com livros debaixo do braço. Quando eu cheguei aqui, em 2008, eu via muito mais isso. E como eu não consigo dissociar na nossa profissão o pensar do fazer, então eu creio que um dos efeitos desses estágios feitos dessa maneira inconveniente, impensada e etc., um dos efeitos é esse. Tem beneficiado sim esse aspecto do fazer e prejudicado o pensar. Há pessoas que fizeram várias vezes estágio e conseguiram compatibilizar bem as coisas? Há pessoas que conseguem. Pessoas que sacrificam outros horários, muitas vezes de lazer e etc, para compensar o tempo. Mas há muitas pessoas que não, e isso interfere em muitas disciplinas. Quantas vezes eu vejo as pessoas cobrindo um santo para descobrir outro? Falta uma aula minha porque tem que entregar um trabalho atrasado para o Barreto. Falta na aula do Barreto, para entregar uma resenha que tinha que entregar para mim. E por quê? Porque estão com o tempo tomado em outras atividades. E a atividade essencial que nós estamos para fazer aqui? Então estágio não é complemento? Alguns estão entendendo como prioridade, e aí é uma visão muito distorcida (IJUIM, 2014).

Vogel apresentou uma interpretação em consonância com a análise de Ijuim sobre este privilégio ao fazer em detrimento do pensar. Na visão da professora, os próprios cursos universitários tendem a voltar-se para uma formação mais técnica: “Já não é mais uma ideia de uma universidade assim como classicamente a gente concebia, em que você aqui teria uma formação mais integral, intelectual e independente da profissão que você siga”. Este contexto promove um prejuízo gigantesco aos alunos, “porque não há estímulo nesses locais de estágio para a formação humana e intelectual desses jovens”, manifestou a ex-coordenadora.

Embora possa ter um peso pedagógico negativo, Vogel e Meditsch concordaram que, no âmbito das relações de trabalho, o aluno pode aprender “coisas que digam respeito a relacionamento humano, dificuldades nas questões da hierarquia, responsabilidades, obrigações” que, “enquanto aprendizagem de vida é válido de qualquer forma”, nas palavras da professora Daisy Vogel.

São condições de aprendizagem que não são exatamente as condições de aprendizagem que você imaginaria dentro de uma universidade no conceito clássico. Agora em um conceito de uma universidade que já está partindo para uma formação que é muito mais profissional e técnica eu acho que essas relações que você tem com as pessoas em lugares de trabalho, elas te ensinam muito sobre dignidade, autoestima, sobre até onde, até quando e até que ponto você deve ceder ou se afirmar, você deve continuar ou interromper eu acho que tem uma aprendizagem aí da ordem mesmo do ser humano, que toda relação que obedece a regras formais, ela te traz. (...) A gente espera que o estágio obrigatório te traga conhecimento no âmbito profissional, eu acredito que isso é ideal e não sei se a gente conseguirá. Mas o estágio não obrigatório, assim como toda relação de trabalho em qualquer circunstância, ela te traz esse aporte de sabedoria de vida (VOGEL, 2014).

4.3.6 Estagiários vs. Não-estagiários

Para os coordenadores tanto da graduação quanto do estágio, é uma tarefa complicada perceber alguma diferença na formação do aluno que fez e o que não fez estágio. Primeiro, porque “é difícil alguém que não tenha feito estágio pelo menos algum período durante o curso”, ressaltou Ijuim, afirmando ainda que presenciou épocas em que havia castas no curso: os com estágio e os sem estágio. “Como se os sem estágio fossem sem teto, sem terra, fossem pessoas menores dentro do curso”.

Estabelecer essa diferenciação também é complicado, porque, na visão de Moraes, o curso “tem condições de oferecer alguns espaços do exercício profissional controlado, que é a essência de um laboratório” e, na opinião de Vogel, o professor pode acabar influenciado pelas características individuais de determinados alunos: “alunos que são provenientes de escolas de grande qualidade, obviamente têm um desempenho superior à média, porque a pessoa já tem uma formação acumulada superior”, e, portanto, há maior possibilidade de o aluno demonstrar um desempenho mais qualificado na graduação.

O que Moraes e Ijuim puderam constatar no dia a dia da sala de aula, que, em parte, foi também a opinião de Vogel, é que há uma troca de prioridade evidente na maioria dos alunos que fazem estágio. Para alguns desses estudantes, o estágio passa a ser prioridade em detrimento da formação no curso. Nesse sentido, o aluno que não faz estágio vai ter, provavelmente, um aproveitamento melhor nas disciplinas.

Então eles permanecem mais tempo do que necessitariam permanecer, eles alternam estágio sobre estágio, a partir de quem paga mais, de quem a jornada é mais flexível, de quem é mais próximo de casa, etc. Então, ao final de um período de quatro ou cinco anos, eu tenho dúvidas se o aluno que fez estágios foi melhor formado do que aquele que não fez estágio. (...) Porque um aluno que não fizer estágio, ele vai ter, provavelmente, um aproveitamento melhor nas disciplinas, ele vai faltar menos às aulas, ele vai ter mais tempo para se dedicar as tarefas das disciplinas, leitura de textos, a produção de trabalhos acadêmicos, participação em atividades (MORAES, 2014).

4.3.7 O estágio pedagógico na visão dos docentes

São diversos os apontamentos colocados pelos docentes para que um estágio possa servir à formação profissional de um aluno como um ato pedagógico. A necessidade de um acompanhamento regular e frequente do professor orientador e de um supervisor na concedente que seja um profissional de jornalismo formalmente registrado foi citada pela maioria dos entrevistados - Moraes, Lage, Meditsch, Tonus e Zuculoto. Zuculoto ressaltou que “é preciso que haja interação entre ambos [orientador e supervisor] e com o estudante

estagiário. Somente assim o estágio será adequado e responderá aos objetivos de complementar a formação”.

Para Tonus, o supervisor na concedente precisa conhecer o tipo de formação e o projeto pedagógico do curso, “porque daí ele vai saber que tipo de egresso que aquele curso está vislumbrando”. Moraes e Vogel também ressaltaram que é preciso que haja a compreensão da empresa de que o estágio é um ato pedagógico, educacional e formativo, e não uma atividade profissional. No entanto, Vogel argumentou que esta perspectiva não é, necessariamente, “o que a gente pode esperar que as pessoas que estão trabalhando vão entender”.

Outro aspecto citado por Vogel, Lage e Tonus, é que o estágio com valor pedagógico é aquele em que o estudante possa vislumbrar uma vaga na área com a qual tem mais identidade e satisfação, desenvolvendo seu potencial e conhecendo vários processos produtivos, realizados de forma ética, e colocando o estagiário em contato com condições reais e desejáveis de trabalho.

(...) Então, por exemplo, eu fico imaginando se você tem a sorte de ir fazer um estágio digamos, no Ministério Público, no setor de comunicação do Ministério Público. Ali você vai ter um contato, provavelmente, espera-se, com o procedimento no tratamento da informação que seja ético, que seja especialmente cuidadoso nesse aspecto da ética da informação que é tratada como ela é tratada. Isso seria super proveitoso (VOGEL, 2014).

Meditsch e Vogel também destacaram que o estágio com valor pedagógico deve ser realizado em empresas jornalísticas.

Porque muitas vezes... (...) a gente vê que na situação atual existem pedidos de estágio de qualquer organização. Então às vezes um restaurante quer um assessor de imprensa, e pede um estagiário de Jornalismo, só que ele não tem uma atividade jornalística típica, e não tem um jornalista lá para orientar o estagiário. Então, nesse sentido, o estágio, como formação acadêmica, não funciona (MEDITSCH, 2014).

4.3.8 Estagiário: o observador participante

Foi consenso entre Ijuim, Lage, Moraes e Vogel de que os estagiários não devem exercer atividades de jornalista, somente atividades de apoio, acompanhando profissionais.

Porque se você tem um estagiário numa redação de jornal, por exemplo, de um portal de notícias, ele não pode apurar junto a uma fonte, formalmente falando, porque ele ainda está em formação, ele não pode assinar um texto, porque o que ele vai publicar tem um conjunto de responsabilidades legais, éticas, morais, sobre as quais ele não está plenamente formado. Então o que caberia a um estagiário num ambiente de uma redação, por exemplo? Acompanhar o trabalho de apuração de um repórter. Ele pode acompanhá-lo numa entrevista, acompanhá-lo no contato com uma fonte, ele pode acompanhar o processo de redação desse texto, de construção dessa narrativa, dessa reportagem, enfim. Ele pode acompanhar um repórter

fotográfico, as reuniões de pauta e de fechamento da edição do jornal. Ele pode propor a organização de algumas informações de modo que aquilo seja transformado depois num infográfico. Então ele tem que se envolver parcialmente nas atividades, a ele não pode ser atribuído uma responsabilidade que é própria de um profissional. (...) Então, numa redação, num ambiente do mundo do trabalho efetivamente, o estagiário fica assistindo as coisas, ele fica tirando dúvidas. Ele fica apoiando, mas ele não fica protagonizando, ele não aparece na linha de frente disso (MORAES, 2014).

Lage, Meditsch e Zuculoto mostraram-se um pouco mais amplos no entendimento de que tipo de atividades os estagiários não poderiam exercer e declararam que o estagiário só não poderia participar de atividades que não fossem exclusivamente jornalísticas. Lage acrescentou que é frequente a pretensão de contratar estagiários de jornalismo para:

clipagem manual ou eletrônica, arquivamento e catalogação, locução, atendimento e apresentação em palcos e eventos, corretagem de anúncios eventualmente disfarçada, algumas variantes de vendas etc (LAGE, 2014).

Estas não são, no ponto de vista do pesquisador, atividades para serem exercidas por estagiários de jornalismo, não são atividades pertinentes à função. A professora Valci Zuculoto também sintetizou que, se forem atividades jornalísticas, os alunos

podem estagiar em todas, mas com supervisão, sem substituir o profissional e com o regramento para evitar a utilização do seu material produzido também de forma exploratória e em substituição à produção profissional (ZUCULOTO, 2014).

Neste aspecto, Lage ponderou que, se o estagiário realiza atividades sem supervisão ou é levado a exercer,

(...) prematura e impropriamente, função profissional plena – como repórter, por exemplo, ou editor. Um dos problemas dessa prática, além da condição precária do estagiário-empregado, é que ela tem estimulado historicamente a evasão dos cursos, com prejuízo para a formação – a promoção da cultura perniciosa do “talento inato” e do “estudar é perda de tempo”. Quando instituições quaisquer, geralmente de menor porte (mas também sindicatos, clubes, escolas e projetos universitários), esbarram em problemas de comunicação (produção de *house organs* ou *new letters*, edição e veiculação de *releases* etc.) é comum surgir na imaginação do dirigente a solução mágica de “contratar um estagiário”. O jornalismo, como o governo do país, o futebol ou a arte da sedução, é uma área em que todos acreditam saber alguma coisa, *só faltando pôr em prática esse suposto conhecimento* – e para isso basta *um menino obediente* (LAGE, 2014 – Grifo do entrevistado).

4.3.9 O estágio à formação da consciência profissional

Para Meditsch, Tonus e Zuculoto, se o estágio funcionar a partir das premissas de acompanhamento e supervisão, a atividade pode ter uma contribuição significativa na vida do indivíduo, formar uma consciência sobre a profissão, até mesmo sobre questões de condições de trabalho. Meditsch explicou que a função do estágio é justamente estabelecer uma relação com o mundo concreto do trabalho e com o exercício real da profissão, permitindo ao

estudante ir além das “situações artificiais” criadas por órgãos laboratoriais que, em geral, vivem distante da realidade e “não têm uma periodicidade real, não têm um público real, não atende a uma necessidade real de informação de algum público”. Esta situação, segundo Meditsch, pode ser resultado da dedicação exclusiva exigida dos docentes de universidades públicas, afastando-os do mercado de trabalho, “que trás muitas vantagens, mas trás algumas desvantagens. Uma é essa, a gente está desligado do mercado real, e isso tende as nos tornar muito idealistas e fora da realidade”.

Este contato com o “mundo real”, na visão de Ijuim e Tonus, pode ter ao mesmo tempo resultados ruins na formação do aluno. O mercado pode transmitir “vícios”, “desvios éticos”, e levar o aluno a assumir posturas da linha editorial do veículo em que atua sem realizar um pensamento crítico a respeito. Se for uma situação de exploração, Tonus advertiu que a experiência pode até frustrar o estagiário. “Ele já é colocado de uma maneira muito crua, de uma maneira dura no mercado de trabalho, para o qual ele ainda está amadurecendo e isso eu acho que é prejudicial”, relatou a entrevistada.

Outra advertência veio do coordenador Moraes. O docente assinalou que o anedotário ‘coisa de estagiário’, faz com que alguns estudantes assumam a postura de um profissional já formado, queimando algumas etapas de formação profissional que podem se transformar em lacunas sentidas depois que o estudante sair da universidade. Moraes ressaltou que “ao estagiário é permitido errar, tropeçar, se enganar, se equivocar, e o nível de cobrança tem que ser nessa mesma medida”.

Mas se você confere ao estagiário um status que não é dele, ele se apodera disso, ‘eu sou o cara, eu já faço estágio desde a segunda fase’. (...) Então eu acho que a gente vai ter que retomar algumas concepções filosóficas, pedagógicas, ideológicas, que põem o estágio no seu devido lugar. Ele não pode substituir uma fonte de manutenção de um jovem, ele não pode imaginar que dá conta de formar o estudante, porque não dá (MORAES, 2014).

4.3.10 Perspectivas

Das sugestões assinaladas pelos entrevistados sobre como a universidade, em especial o curso de Jornalismo, podem melhorar a forma de realização dos estágios, quatro pontos se sobressaíram: a necessidade de se repensar a orientação com a implantação do estágio obrigatório, citado por Ijuim, Moraes e Vogel; que o curso faça um Projeto de Estágio que efetivamente contribua para ampliar a formação em Jornalismo, mencionado por Meditsch e Zuculoto; que a universidade privilegie a formação do aluno em detrimento de se tornar uma agenciadora de quase emprego, referenciado por Lage e Tonus; e que se repense a questão de

se fazer estágio por dinheiro, trazido por Moraes, tendência que deve aumentar com a expansão das formas de ingresso universitário.

A dedicação dos docentes orientadores de estágio, algo reclamado pelos alunos e assumido pelos professores entrevistados, deve sofrer alteração com o lançamento do estágio obrigatório no currículo. É o que se pode perceber nos depoimentos dos atuais docentes do curso que foram entrevistados por esta pesquisa. No entanto, nenhum dos professores citou a necessidade de melhorar a orientação dos estágios não obrigatórios, à revelia de sua presença massiva entre os estudantes do curso. O coordenador de graduação, Aureo Moraes, esclareceu que o corpo docente negligencia a orientação de estágio porque não a reconhece como sendo um estágio pedagógico:

Todo mundo, nós, os estudantes, enxergamos o estágio que eles estão fazendo hoje como uma forma de ganhar dinheiro. (...) Nós professores enxergamos isso tudo de longe. Nós não temos obrigação, nós assinamos um documento como orientador daquele estágio, mas ele não é obrigatório, então o nosso compromisso acaba sendo negligenciado. Eu, por exemplo, tenho dezenas de orientandos. Eu não recuso praticamente nenhum orientando, porque eu sei que o nome do orientador é essencial para esse menino, essa menina estar no estágio. E eu costumo dizer apenas 'se você precisar de alguma coisa me procura'. Mas eu sei que o aluno só vai me procurar quando ele fizer o termo de rescisão daquele estágio, e quiser que eu assine um novo termo. Os alunos não tem essa prática de procurar o orientador para tirar alguma dúvida. E nós orientadores assumimos essa fragilidade e deixamos tudo como está (MORAES, 2014).

Sob a perspectiva de Stela Piconez (2000 *apud* FUJINO; VASCONCELOS, 2011), o papel da universidade deveria ser o mesmo em estágios extracurriculares e estágio curricular obrigatório. Nos dois casos, o papel da instituição é tornar o estágio “instrumento integrante da articulação prática/teoria/prática e do envolvimento da instituição de ensino com as organizações” (2000 *apud* FUJINO; VASCONCELOS, 2011, p. 47).

Para os estágios obrigatórios, segundo o coordenador de graduação, devem ser criados mecanismos internos de gestão de estágio, pedagógica e administrativamente, de disponibilização de professores para orientação de estagiários. Além disso, cada vez mais, a universidade terá de desenvolver programas de apoio à permanência e manutenção do aluno. “E os alunos vão ter que pensar, isso eu acho que é importante que eles pensassem, que o estágio não é o que eles precisam para pagar as contas, o que eles precisam para pagar as contas é um trabalho”, conclui Moraes.

Zuculoto e Meditsch concordaram que o curso deverá montar seu Projeto de Estágio conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para que o estágio efetivamente se transforme em ferramenta de complementação qualificada da formação. “Principalmente para que, ao desenvolver o estágio, além da supervisão efetiva e constante também atue na

fiscalização”, manifestou Zuculoto. Meditsch complementou com a observação de que alguns pontos só poderão ser medidos quando o estágio obrigatório estiver em funcionamento, “para ver o que funciona e o que não funciona, e aperfeiçoar esse regulamento”.

Ainda no âmbito institucional, Tonus e Lage defenderam que a universidade deve discutir qual é o papel real do estágio para a formação do aluno, “e não ficar tentando virar um agenciador de quase emprego”, ponderou a presidente do FNPJ. Lage expressou uma análise mais aprofundada:

O primeiro passo é assumir que o papel da universidade não é ir a reboque do mercado, mas avançar para além do que faz o mercado, refletir sobre as práticas e experimentar soluções – sejam técnicas, seja a melhoria da prestação de serviços ou a prospecção de novos públicos. A partir dessa consciência é que se estabelecem as bases de um diálogo entre a academia e o universo profissional, libertando a área de estudo da condição de mero instrumento de divulgação de correntes de pensamento em ciências sociais (LAGE, 2014).

Esta tomada de consciência da universidade sobre o lugar do estágio na formação do aluno e as possibilidades que essa prática, quando bem conduzida, apresenta, deve ser só o início de um processo contínuo de produção de conhecimento e formação de profissionais mais capacitados e críticos sobre a realidade que os cerca. Isto é, afinal, o objetivo primeiro dessas instituições.

Por meio das entrevistas com os estudantes, foi possível constatar que o estágio tem servido como “válvula de escape” para sanar uma vulnerabilidade econômica latente entre os estudantes de Jornalismo da UFSC. Esta perspectiva faz com que eles entrem no estágio nos primeiros períodos da graduação, sem se preocupar, necessariamente, em que tipo de área estagiará. Há exceções, mas estas se mostram mais evidentes depois de algumas experiências de estágio, quando o aluno começa a projetar melhor sua trajetória acadêmica. Neste projeto, alguns optaram por interromper o estágio e se dedicar à graduação, quando não mais dependiam financeiramente do estágio. Outra motivação muito presente entre os entrevistados para a busca de um estágio foi a vontade de estarem em contato com o mercado de trabalho, de saírem da visão particular ideal de mercado e conhecê-lo como ele realmente é, inclusive, com seus desvios éticos. Os estudantes também se tornaram estagiários para estabelecerem contatos profissionais, verificar as áreas em que eles têm mais afinidade e buscar aprimorar os conhecimentos adquiridos no curso. Ressalta-se que os motivos relatados para realização de um estágio foram os mesmos argumentos que eles utilizaram para descrever como acreditam que o estágio é importante à sua formação.

Identificamos que os conhecimentos técnicos, éticos e teóricos oferecidos no curso têm sido utilizados em muitos estágios, principalmente as técnicas de redação e entrevista. Os

estagiários não sentiram falta destas habilidades específicas para um melhor desempenho no estágio, mas apontaram carências no ensino de softwares de edição de produtos jornalísticos e sobre a área de Assessoria de Imprensa.

Na concedente, a maior dificuldade que os entrevistados que participaram desta etapa da pesquisa têm encontrado é no relacionamento com o supervisor. Enquanto estagiários, os sujeitos gostariam de um maior acompanhamento e retorno sobre as atividades que exercem no local de estágio.

Quanto à orientação efetiva de um docente, esta ocorreu majoritariamente quando os entrevistados estavam estagiando em projetos dentro da UFSC. Nos casos de atuação do aluno em empresas privadas, por exemplo, o acompanhamento se restringiu a uma atividade burocrática de assinatura dos documentos exigidos pela legislação de estágio da universidade. Por outro lado, foi possível observar que não há uma demanda de orientação por parte dos estudantes. Em certa medida, este contexto se relaciona com a sugestão dos estudantes de que a orientação seja mais presente no estágio obrigatório. Para os estágios extracurriculares exercidos atualmente, os alunos solicitaram mais fiscalização da universidade sobre os contratos dos alunos e as atividades que eles estão exercendo, por meio dos relatórios de estágio. Além disso, sugeriram que a universidade aproveitasse mais as vivências nos estágios para conhecer o mercado de trabalho e saber abordá-lo do ponto de vista pedagógico, identificando tendências, desvios, novas realidades e produzindo conhecimento a partir disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se desenvolveu a partir do objetivo de construir um panorama dos estágios dos estudantes de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Para a realização desta proposta, consideramos previamente a necessidade de problematizar o tema Estágio no Ensino Jornalismo; identificar as principais características dos estágios dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014; e promover a análise do estágio como componente na formação de jornalistas, a partir de entrevistas com estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática e/ou com o objeto de estudo.

Partimos de um marco referencial conceitual, que incluiu autores como Meditsch (2004; 2007; 2012), Marques de Melo (1991; 2007) e Lopes (2011), resgatando os primórdios do ensino de Jornalismo no Brasil, desde as tentativas frustradas de implantação das primeiras escolas, no início do século passado, tentando entender como esse ensino foi se delineando até os dias atuais, e ressaltando a história do Jornalismo UFSC e sua defesa pela formação específica. A fundação das escolas de Jornalismo no Brasil acompanhou o desenvolvimento industrial do país e a profissionalização de nossos meios de produção noticiosos, como resposta a demanda crescente de profissionais capacitados intelectual e tecnicamente para atuarem em uma imprensa que começava a prezar por um material menos ideológico, mais informativo, e que pudesse chegar a um público diversificado.

Neste resgate histórico, concluímos que as transformações didático-pedagógicas nas escolas de Jornalismo estiveram historicamente ligadas à submissão dos currículos destas instituições a interesses diversos no âmbito político, econômico e ideológico. Esta perspectiva é passível de ser observada através das imposições dos currículos mínimos e foi se tornando menos presente e autoritária com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais, que conferem maior flexibilidade para os cursos de graduação em Jornalismo na elaboração de seus currículos, privilegiando os aspectos pedagógicos da formação.

Além disso, algumas contradições puderam ser constatadas nos currículos mínimos. Uma delas foi a figura do comunicador polivalente, formado por meio de um ciclo básico de fundamentação teórica e humanística aplicado a diferentes habilitações, mas desvinculado à prática de cada profissão. Este profissional não condizia com as demandas do mercado de trabalho brasileiro, cada vez mais inclinado à especialização do trabalho. Outra incoerência foi a aprovação de um currículo mínimo que privilegiava a formação de um Comunicador Social, ao mesmo tempo em que era instituída a regulamentação que exigia o diploma específico em Jornalismo para o exercício da profissão. Claro que esta não era uma

contradição impensada. Submeter o exercício da profissão ao Ministério do Trabalho era uma forma do governo militar controlar a entrada nas redações de um profissional responsável por ajudar a orientar o homem no mundo e, a partir disto, conseguir formular suas ações e opiniões.

O estágio, inserido na história do Ensino de Jornalismo, é objeto de dissensos até hoje e entendemos que nem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Jornalismo vão ser capazes de sanar todas as críticas em que o tema está envolto. Uma das controvérsias é o embaraço legal da prática na área de Jornalismo. Identificamos que os dispositivos legais e institucionais a respeito do tema por vezes são amplos demais, abrindo espaço para diversas interpretações, como no caso da Lei do Estágio, Lei nº 11.788, que não chega a definir o que pode ser considerado prática profissional e o que pode fazer parte da formação acadêmica; ou o Decreto nº 83.284, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista e chega a ser interpretado como elemento proibitivo do estágio em jornalismo.

Após consultar diversas fontes bibliográficas e por meio de entrevistas em profundidade, entendemos que o Decreto nº 83.284 foi aprovado para diminuir as tensões entre o mercado profissional e os estagiários e salvaguardar, de maneira corporativista, o trabalho de jornalistas formados, evitando assim a exploração de mão de obra barata e o câmbio de jornalistas por estagiários. Esta premissa, com a queda da exigência do diploma para o exercício da profissão, foi enfraquecida.

Na perspectiva pedagógica do estágio, e de quem defende a necessidade de uma formação acadêmica para o exercício da profissão, a legislação de 1979 (Decreto nº 83.284) é válida para impedir a entrada prematura de estudantes que ainda não estão completamente preparados ética, técnica e teoricamente para o exercício profissional. No entanto, do contexto que pudemos mapear com a aplicação da *survey* e de entrevistas em profundidade com estagiários e ex-estagiários, identificamos que a situação de vulnerabilidade econômica dos estudantes e a ansiedade para entrar no mercado de trabalho influencia que a maioria deles iniciem o estágio já no primeiro ano do curso. Além disso, com base no que determina o artigo 19 do Decreto nº 83.284, as atividades que eles descrevem que realizam no estágio, como, por exemplo, produção de releases e outros textos, põem em xeque a legalidade de muitos dos estágios vigentes no curso. Para o coordenador de graduação, professor Aureo Moraes, os estágios atualmente registrados no SIARE não se configuram como uma transgressão a esta lei, mas como não há fiscalização do curso na concedente de estágios, este tipo de situação, quando existente, deve ser trazida pelo aluno.

Tratado sob o ponto de vista conceitual, com a contribuição dos professores que participaram de entrevistas em profundidade e de pesquisadores como Buriolla (1995); Fujino; Vasconcelos (2011), Valverde (2006); Barboza; Sardinha (2012) e Pimenta (*apud* FORGRAD, 2004) chegamos à conclusão de que o estágio não obrigatório deve ser um ato pedagógico, complementar à formação, como um experiência em que o aluno terá contato direto com a profissão que em breve irá atuar, sob supervisão de jornalista na concedente e orientado na escola, a fim de proporcionar uma análise crítica do que é vivenciado no estágio, entendendo a prática e quais conhecimentos científicos a estão embasando. Esta prática refletida, a *práxis* do estágio, contribui para a construção e descoberta de novos conhecimentos e formação de um profissional mais ciente da realidade que o espera e preparado para atuar criticamente neste espaço de trabalho. Concordamos com Barboza e Sardinha (2012) quando sintetizam que o estágio tem plena capacidade de produzir conhecimento pela dinâmica dialogada entre o pesquisar e o ensinar, credenciando a prática profissional supervisionada como um

espaço legítimo para diálogo sobre saberes e fundamentos do campo de conhecimento do jornalismo e os saberes e conhecimentos do campo profissional, em um exercício criativo de (re) estabelecer mediações entre a prática pensada e problematizada que resulte na produção de novos conhecimentos. Nesse sentido, a não obrigatoriedade do estágio não pode retirar da universidade um papel protagônico para discutir o seu papel e de imprimir uma perspectiva para referenciar o debate sobre as questões intrínsecas ao mesmo (BARBOZA; SARDINHA, 2012, p. 88-89).

O panorama que podemos construir dos estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC, a partir dos resultados obtidos com a *survey* e as entrevistas em profundidade, vai de encontro com a abordagem pedagógica de formação profissional que esta prática deveria assumir, como relatamos no Segundo Capítulo. Ressaltamos que, conforme a legislação vigente³⁹, o ato educativo deveria ser a finalidade primeira do estágio. A maioria dos estudantes entra no estágio já no primeiro ano do curso, por indicação de um colega, com duplo objetivo: de garantir uma renda, para poder pagar por sua estadia em Florianópolis, e complementar o aprendizado recebido na universidade. No sentido de complementação do aprendizado, os docentes questionam se realmente existe este ganho pedagógico, já que os estudantes têm menos tempo para se dedicar ao estudo e, por vezes, invertem a ordem de relevância, colocando o estágio antes da universidade. Além disso, os estudantes das primeiras fases têm ainda um conhecimento mínimo para atuarem em áreas em que predominam os estagiários de Jornalismo da UFSC, que são o Jornalismo Online e a

³⁹ Lei nº 11.788.

Assessoria de Imprensa. Alguns deles reconhecem que o conhecimento de disciplinas dessas áreas lhes faltou para ter um melhor desempenho no estágio. É importante destacar também que, como os alunos começam a estagiar nas primeiras fases do curso, pelas entrevistas foi possível concluir que eles não têm preferência para a área em que vão atuar. A procura “estratégica” por um estágio na área em que o estudante tem mais afinidade tende a acontecer depois de ele já ter passado por alguns semestres de estágio.

Tendo em conta a motivação financeira de entrada em um estágio, de o aluno buscar um estágio como uma fonte de renda, os docentes ressaltaram que este é um “problema” que cada vez mais a universidade, com políticas de permanência, terá de administrar. A expansão das vagas para cidadãos socialmente menos favorecidos e vindos de diversas cidades de Santa Catarina e de outros estados brasileiros tendem a aumentar esta demanda.

A maioria dos alunos respondentes da *survey* fez, até o momento de aplicação do instrumento de pesquisa, um semestre de estágio, em instituições públicas, com carga-horária média diária de quatro horas e bolsa de estágio entre R\$ 362,00 e R\$ 450,00 por mês, mais o vale transporte. Apesar dos questionários mostrarem que 40 alunos (de 130) haviam feito somente um semestre de estágio, os outros 90 respondentes fizeram estágio por mais de um semestre. Destes, 31 estudantes já realizaram mais de cinco semestres de estágio. Esse contexto coincide com a alta rotatividade dos alunos no estágio, relatada pelos ex-coordenadores de estágio e o coordenador de graduação. Na maioria dos casos, o estudante encontra uma vaga com melhor remuneração, mais perto de casa e com horário flexível. Como consequência, a alternância nas vagas acaba sobrecarregando os coordenadores de estágio com demandas de registros de entrada e saída de estágios no sistema da universidade, o SIARE.

A investigação constatou, pelo depoimento dos estagiários, ex-estagiários e dos docentes, que existe certa ansiedade dos estudantes em estarem logo em contato com o mercado de trabalho, ainda que o curso de Jornalismo da UFSC seja composto por mais disciplinas prático-teóricas do que puramente teóricas. Outra situação verificada por alguns professores é que há uma pressão interna entre os estudantes para a realização dos estágios, até mesmo com diferenciações no tratamento entre quem faz e quem não faz estágio, “como se os sem estágio fossem sem teto, sem terra, fossem pessoas menores dentro do curso”, como assinalou o ex-coordenador de estágios, professor Jorge Ijuim.

Um ponto positivo dos estágios feitos pelos alunos de Jornalismo da UFSC tem sido a interdisciplinaridade das atividades exercidas na concedente com o currículo do curso, considerada satisfatória pela maioria dos que responderam à *survey*. Todos os entrevistados

declararam ter levado conhecimentos que aprenderam na universidade para o estágio, principalmente as técnicas de escrita jornalística, técnicas de edição de vídeos e a habilidade de conversar com pessoas.

O que se revelou ser o “Calcanhar de Aquiles” dos estágios dos estudantes de Jornalismo da UFSC é a orientação docente, peça chave na efetivação do papel pedagógico do estágio. 68% dos respondentes afirmaram que não fizeram nenhuma reflexão com o orientador de estágio da UFSC. Dos outros 32% que receberam orientação, a maioria avaliou como boa a reflexão com o professor-orientador. Os alunos que não receberam nenhuma orientação e participaram da entrevista em profundidade admitiram que se tivessem buscado instrução junto ao docente orientador, este não se negaria a ajudá-los. Os estudantes entrevistados analisaram a orientação como um “algo a mais” e não uma parte intrínseca do estágio. Outra situação que se mostrou clara na análise das entrevistas com os alunos é que estes consideram o estágio como sinônimo de trabalho, e utilizam termos como “salário” e “chefe”. Diante desta conjuntura, os alunos parecem desconhecer o real papel pedagógico de um estágio durante a graduação.

Quando há alguma dúvida sobre o exercício do jornalismo, esta, quase sempre, é sanada na própria concedente de estágio, com os profissionais que lá atuam. 85% dos respondentes conviviam com jornalistas em seus estágios e a maioria avaliou este contato diário como Bom ou Muito Bom. O problema é que não há como garantir que a “solução” proposta pelos supervisores e outros profissionais atuantes na concedente às dúvidas dos estudantes seja a mais adequada à aprendizagem do aluno.

Esta falha na orientação foi admitida pelos próprios professores entrevistados. Os docentes alegaram que não lhes são fornecidas as condições estruturais, de aproximação com a empresa, tempo para dar atenção aos estudantes-estagiários e de, inclusive, conhecer as atividades que estão sendo desempenhadas nos estágios. Este hiato no controle e acompanhamento sobre os estágios também é sentido pelos ex-coordenadores, que admitiram ser uma função cansativa e fundamentalmente burocrática, impedindo que o docente exerça todas as atividades inerentes à função.

Com os estágios obrigatórios, os professores acreditam que esta relação escola-concedente deverá ser modificada, com novas regras para a assinatura de convênios e um acompanhamento mais efetivo dos alunos. No entanto, é preciso pensar que, diante desta conjuntura de descaso da universidade com a validade do estágio não obrigatório à formação profissional do aluno, pelo menos no curso de Jornalismo, é difícil vislumbrar uma melhora neste panorama.

Ainda que pequena, percebe-se uma vontade por parte dos estudantes entrevistados de que o coordenador de estágios e o orientador estejam mais presentes durante a realização do estágio não obrigatório. Os alunos gostariam que os docentes conhecessem mais de perto em que condições estão sendo realizados os estágios e que atividades os estagiários estão exercendo na concedente.

Neste quadro, diferentes questões se apresentam para se repensar. A realização do estágio por dinheiro, a disponibilização de tempo aos docentes para a realização de orientação também aos estágios extracurriculares e a conscientização dos alunos para o real objetivo do estágio são questões emergentes que não podem e não devem ser deixadas de lado no âmbito universitário. Este também é o entendimento de Barboza e Sardinha:

O fato do estágio não ser obrigatório não desobriga a universidade em pensar alternativas para fortalecer e articular sua política de estágio frente aos desafios no âmbito do ensino e pesquisa em jornalismo (BARBOZA; SARDINHA, 2012, p. 89).

Acreditamos que conseguimos responder, ao longo de quatro capítulos, ao nosso objetivo de pesquisa e às duas perguntas-problema que originaram o estudo: (1) Em que contexto é realizado o estágio dos estudantes de Jornalismo da UFSC? E (2) Qual é o papel do estágio na formação profissional dos jornalistas? A maioria dos estagiários e ex-estagiários respondentes da *survey* avaliou que seus estágios são bons ou muito bons para sua formação profissional. Os estudantes entrevistados contextualizaram esta opinião ponderando que o estágio foi importante para se deparar com questionamentos éticos, sair “da visão ideal de mercado” e saber que área querem e não querem atuar.

Das aprendizagens que o estágio, tal qual está sendo exercido atualmente, pode trazer ao aluno, os professores citaram o contato com o mundo real do trabalho, fora de alguns “idealismos” da academia, como, por exemplo, a vivência dos processos de produção em tempo real, com deadlines e públicos reais. Ademais desta ampliação da aprendizagem profissional, os docentes acreditam que há também um ganho de sabedoria de vida: “sobre dignidade, autoestima, sobre até onde, até quando e até que ponto” o estudante deve ceder ou se afirmar, conforme as palavras da professora Daisi Vogel.

Começar a encarar o estágio como uma questão pedagógica é um caminho para qualificá-lo e legitimá-lo, esta é a síntese do pensamento da diretora do FNPJ, a professora Mirna Tonus, e do pesquisador Nilson Lage, que, gentilmente, apesar de estar afastado da academia, contribuiu com sua análise. Se não houver essa preocupação levantada por Lage e Tonus, corre-se o risco da própria universidade continuar alimentando uma prática que, por vezes, prejudica a formação de seus alunos, os quais utilizam o tempo oposto ao das aulas

para realizar a prática pela prática, sem refletir sobre isso. Este posicionamento também enfraquece ainda mais a categoria profissional dos jornalistas, pois, como bem colocou o professor Nilson Lage,

O jornalismo, como o governo do país, o futebol ou a arte da sedução, é uma área em que todos acreditam saber alguma coisa, *só faltando* pôr em prática esse suposto conhecimento – e para isso basta *um menino obediente* (LAGE, 2014).

A questão se agrava quando o estudante assume uma postura que não é de sua condição de estagiário. A formação do aluno pode ficar comprometida pela supressão de fases de amadurecimento profissional e sua pré-avaliação sobre o mercado de trabalho pode ficar distorcida e frustrada. Na visão dos professores, o estagiário deve ser entendido como o observador participante, não parte da engrenagem que move a empresa.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, novas questões se mostram pertinentes ainda de serem respondidas: Como fazer com que as empresas entendam o valor pedagógico do estágio?; Qual é o tipo de assistência real que os estudantes de Jornalismo recebem na concedente de estágio?; O estágio obrigatório vai conseguir modificar essa consciência dos alunos e docentes quanto ao valor pedagógico do estágio?; Um aluno que fez estágio tem uma melhor formação de que o aluno que não fez estágio? Estas são inquietações a serem investigadas em novos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Maria Rita Teixeira. **Ensino:** sonhos e pesadelos do curso pioneiro. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). *Pedagogia da Comunicação: matrizes brasileiras*. 1. ed. São Paulo: Angellara, 2006.

ARBEX JÚNIOR, José. Nem liberdade, nem democracia: a crítica ao monopólio e às suas relações promíscuas com os agentes públicos deveria ser um eixo central de qualquer proposta minimamente séria. **CULT**, v. 17, n. 188, p. 30-32, mar. 2014.

BARBOZA, Marli; SARDINHA, Antonio. O estágio em jornalismo sob uma perspectiva pedagógica: a experiência na Universidade Estadual de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Ponta Grossa, v.1, n.10, p. 81-109, jun./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/219/156>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa. **Educação Jornalística:** entre a cruz da academia e a espada do mercado. Campo Grande, 2010, 196 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Campo Grande.

BRASIL. Decreto-Lei nº 910 de 30 de novembro de 1938. **Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

_____. Decreto-Lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial que é o ramo de ensino, de grau secundário, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca**. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969. **Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6494.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. **Altera dispositivos do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6612.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979. **Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. **Regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d87497.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 16 mai. 2014.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 1995.

CABRAL, Muniz S. A.. Coisa absurda, senão grave: Separar o Jornalismo da Comunicação, isolando-o ao modo de uma ilha constitui caso de contramão ao mesmo tempo cognitiva e profissional. **CULT**, v. 17, n. 188, p. 27-29, mar. 2014.

CARVALHO, Guilherme. A caminho da regulamentação?

O estágio em jornalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 3, n. 13, p. 146-167, jul./out. 2013. Disponível em:

<<http://www.fnpej.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/329/204>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Parecer n.º CNE/CES 492/2001, de 3 de Abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

_____. Câmara de Educação Superior. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.** Resolução nº 1/2013, de 27 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19121&Itemid=866>. Acesso em: 30 mai. 2014.

DIAS, Osni Tadeu. **Vitorino Prata Castelo Branco e o primeiro Curso Livre de Jornalismo do Brasil.** In: Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2, 2004, Florianópolis, SC. Anais (online). Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/2o-encontro-2004-1/Vitorino%20Prata%20Castelo%20Branco%20e%20o%20primeiro%20Curso%20Livre%20de%20Jornalismo%20do%20Brasil.doc>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

DUARTE, Jorge A. M.. **Entrevista em profundidade**. In: DURTE, Jorge; BARROS (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CERVI, Emerson Urizzi; HEDLER, Ana Paula. **Métodos Quantitativos na produção de conhecimento sobre jornalismo**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 32, 2009, Curitiba, PR. Anais (online). Curitiba, 2009. Disponível em <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_na_producao_de_conhecimento_sobre_jornalismo_abordagem_alternativa.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

DINIZ, Lidiane. **Costa Rego e o Curso Pioneiro de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 33, 2010, Caxias do Sul, RS. Anais (online). Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3085-1.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2014.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE JORNALISMO: Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. 2009. In: MEDITSCH, Eduardo. Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

FARO, José Salvador. **Diretrizes Curriculares para o ensino de Comunicação Social: uma história que mudou as perspectivas dos cursos**. In: PERUZZO, Cícilia M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da (Org.). Retrato do ensino de comunicação no Brasil. São Paulo e Taubaté: Intercom e Unitau, 2003, v. 16.

FENAJ. **Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo**. 2008a. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_qualidade_ensino_2008.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2014.

_____. **Programa Nacional de Projetos de Estágio Acadêmico em Jornalismo**. 2008b. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_estagio_academico_proposta_jornalistas.pdf>. Acesso em 27 abri. 2014.

FERNANDES, Backer Ribeiro. **Extensão: a herança que faltou nas escolas de comunicação**. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras. 1. ed. São Paulo: Angellara, 2006.

FORGRAD (Org.). **Resgatando espaços e construindo ideias: ForGRAD 1997 a 2004**. 3. ed. Uberlândia: EDufu. 2004.

FÓRUM – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS – CURSO DE GRADUAÇÃO DE JORNALISMO – PARTE 1, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uUBUL5cTNT0>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

FÓRUM – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS – CURSO DE GRADUAÇÃO DE JORNALISMO – PARTE 2, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y-5tWsNGamw>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

FREITAS, Henrique *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000. Disponível em: <
<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=3503105.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

FUJINO, Asa; VASCONCELOS, Michele de Oliveira. Estágios: reflexões sobre a ação didático-pedagógica na formação do profissional da informação. **Revista CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 40-58, abr. 2011. Disponível em: <
<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/59/61>> Acesso em: 30 set 2014.

GUIMARÃES, Rakell F. A.. **Qualidade na formação em jornalismo: uma análise pedagógica da regulamentação do estágio para estudantes de jornalismo.** Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, 9, 2005, Campos de Goytacazes, RJ. Anais (online). Campos dos Goytacazes, 2005. Disponível em:
 <[https://docs.google.com/viewer?url=http://www.fnpj.org.br/dados/grupos/qualidade-na-formacao-em-jornalismo-uma-analise-pedagogica-da-regulamentacao-do-estagio-para-estudantes-de-jornalismo\[173\].pdf](https://docs.google.com/viewer?url=http://www.fnpj.org.br/dados/grupos/qualidade-na-formacao-em-jornalismo-uma-analise-pedagogica-da-regulamentacao-do-estagio-para-estudantes-de-jornalismo[173].pdf)>. Acesso: em 10 mai. 2014.

HERMES, Dirceu Luiz. **Moacir Pereira: pioneiro do ensino de jornalismo em Santa Catarina.** In: MARQUES DE MELO, José; PERUZZO, Cicilia M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). *Mídia, regionalismo e cultura.* São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo (UPF), 2003.

HIME, Gisely Valentim V. C.. **Cáspcr Líbero entre o profissional e o mito: inventário crístico das fontes bibliográficas e hemerográficas.** Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 3, 2005, Novo Hamburgo, RS. Anais (online). Nova Hamburgo, 2005. Disponível em: <
https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Falcar%2Fencontros-nacionais-1%2F3o-encontro-2005-1%2FCasper%2520Liber0%2520entre%2520o%2520Profissional%2520e%2520o%2520Mit0.doc&ei=rdRfVJKKH4umNsWDgLAL&usg=AFQjCNER8xUIx5_-mCzE-_mc52im5FkjpA&sig2=yJ3EoDbEsGBdHex0WpZLjQ&bvm=bv.79189006,d.eXY>. Acesso em: 09 nov. 2014.

IJUIM, Jorge; BRUM, Eron . **Ensinar jornalismo ou aprender jornalismo.** In: PERUZZO, Cicília M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da (Org.). *Retrato do ensino de comunicação no Brasil.* São Paulo e Taubaté: Intercom e Unitau, 2003, v. 16.

INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL). **Lei de Estágio: tudo o que você precisa saber.** Brasília: Instituto Euvaldo Lodi, 2010. Disponível em: <
http://www.sitedoestagio.com.br/go/down/cartilha_estagio_IEL.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

KARAM, Francisco J. C.. **Um balanço do estágio.** Publicado em 28 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1281>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

_____, Francisco J. C.. **A contribuição das escolas: o curso da UFSC.** In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). *Jornalismo em perspectiva.* Florianópolis: EdUFSC, 2005.

KRAEMER, K. L.; PINSONNEAULT, A. Survey research in management information systems: An assesment. **Journal of Management Information System**, 1993. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/6cs4s5f0#page-2>>. Acesso em 9 mai. 2014.

LOPES, Fernanda Lima. **O ensino de jornalismo antes do curso superior**. In: Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana - Confibercom, 1, 2011, São Paulo, SP. Anais (online). São Paulo: Confibercom, 2011. Disponível em: <<http://confibercom.org/anais2011/pdf/121.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

MACHADO, Izamara Bastos. **A Reforma do Diário Carioca na Década de 50**. Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 1, 2003, Rio de Janeiro, RJ. Anais. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Falcar%2Fencontros-nacionais-1%2F1o-encontro-2003-1%2Fa%2520reforma%2520do%2520diario%2520carioca%2520na%2520decada%2520de%252050.doc&ei=pJdeVITjE6uasQTR1oCgDA&usg=AFQjCNE9q1q8Xzfe5xK_OEXaoOkATlB0g&sig2=tNL_GzHljw42Fbc3DborIw>. Acesso em: 08 nov. 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. Um passo atrás na formação do jornalista brasileiro: o espírito crítico se aprende e se desenvolve nos bancos universitários, não nos computadores das redações de jornal. **CULT**, v. 17, n. 188, p. 24-25, mar. 2014.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação: direito à informação**. Campinas: Papirus, 1986.

_____, José. Indústria Cultural, Jornalismo, Jornalistas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 14, n. 65, p. 20 – 29, jul./dez. 1991. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1320/1269>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

_____, José. **Jornalismo brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____, José. A pesquisa experimental nas escolas de comunicação: reduzindo a distância entre academia e mercado. **ScienceNet**, n. 53, mar. 2004. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/arquivodomural9.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____, José. Maldição de Sísifo: Retrato sem Retoque de uma Instituição Sexagenária, Periodicamente Desafiada a se Reinventar. **Comunicação & Informação** (UFG), v. 10, p. 11-20, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/10788/7169>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

MEDITSCH, Eduardo. **Teoria e prática nas escolas de jornalismo**. 1985. In: MEDITSCH, Eduardo. *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização*. Florianópolis: Insular, 2012.

_____, Eduardo. **O elo perdido no ensino da comunicação**. 1990. In: MEDITSCH, Eduardo. *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização*. Florianópolis: Insular, 2012.

_____, Eduardo. **A questão da prática em Paulo Freire e o “Projeto Universidade Aberta” do Curso de Jornalismo da UFSC.** In: PERUZZO, Cicília M. Krohling; SILVA, Robson Bastos da (Org.). Retrato do ensino de comunicação no Brasil. São Paulo e Taubaté: Intercom e Unitau, 2003, v. 16.

_____, Eduardo. A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 5, p. 25-38, 2004. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/comsoc/article/view/1243/1186>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

_____, Eduardo. **A qualidade do ensino na perspectiva do Jornalismo.** 2006a. In: MEDITSCH, Eduardo. Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

_____, Eduardo. **Os dilemas do ensino de Jornalismo na sociedade da informação.** 2006b. In: MEDITSCH, Eduardo. Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

_____, Eduardo. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 1, n. 1. 2007. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/106/61>>. Acesso em: 26 abri. 2014.

_____, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização.** Florianópolis: Insular, 2012.

MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel; IDARGO; Alexandre Bergamo. **Perfil do jornalista brasileiro: Características demográficas, políticas e do trabalho (2012) - Síntese dos principais resultados.** 2013. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Institui nas empresas a categoria de estagiário a ser integrada por alunos oriundos das Faculdades ou Escolas Técnicas de nível colegial.** Portaria nº 1.002, de 29 de setembro de 1967. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_3416594_PORTARIA_N_1002_DE_29_DE_SETEMBRO_DE_1967.aspx>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo.

_____, Cláudia Peixoto de. **Padrões de qualidade no ensino de comunicação no Brasil.** In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. Ensino de comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional. São Paulo: ECA-USP: Intercom, 2007.

PEREIRA, Moacir. **A comunicação em Santa Catarina: ensino, profissão e modernização.** Florianópolis: Insular, 2012.

PIERRE, Francisco Eduardo Ponte. O estágio no ensino do jornalismo: a experiência da Universidade Federal de Goiás. **Comunicação & Informação**, Goiânia. v. 1, n. 1, p. 120-132, jan. 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/22752/13540>>. Acesso em: 24 abri. 2014.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo na universidade de Columbia**: o poder da opinião pública. Florianópolis: Insular, 2009.

UFSC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Regulamenta o Programa de Monitoria, baseado na Lei n.º 5.540, de 28.11.1968 e no Decreto 85.862, de 31.03.1981**. Resolução nº 19/CEPE/93, de 22 de abril de 1993. Disponível em: <<http://dip.paginas.ufsc.br/files/2011/04/RESOLUCAO-N-19-CEPE-93.doc>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Conselho Universitário. **Regulamenta os estágios curriculares dos alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina**. Resolução Normativa N.º 14/CUn, de 25 de outubro de 2011. Disponível em: <http://portal.estagios.ufsc.br/files/2014/07/Resolu%C3%A7%C3%A3oNormativa14Cun2011_Est%C3%A1gios_com_altera%C3%A7%C3%B5es_promovidas_pela_Resolu%C3%A7%C3%A3o3CUn2014.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Departamento de Jornalismo. **Regimento Interno do Departamento de Jornalismo**. Disponível em: <http://jornalismo.ufsc.br/files/2012/05/regimentointernojor_2011.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

VALVERDE, Franklin Larrubia. **O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista**. São Paulo, 2006, 227 f. Tese (Doutorado). Departamento de Jornalismo e Editoração, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.franklinvalverde.com.br/tese.pdf>> Acesso em: 26 abri. 2014.

FONTES

IJUIM, Jorge. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2014.

LAGE, Nilson. Entrevista concedida por e-mail em 3 de novembro de 2014.

MEDITSCH, Eduardo. Entrevista concedida em 30 de outubro de 2014.

MORAES, Aureo. Entrevista concedida em 22 de outubro de 2014.

TONUS, Mirna. Entrevista concedida via *Skype* em 13 de outubro de 2014.

VOGEL, Daisi. Entrevista concedida em 22 de outubro de 2014.

ZUCULOTO, Valci. Entrevista concedida por e-mail em 2 de novembro de 2014.

APÊNDICE A – Questionário para os Estagiários

Trabalho de Conclusão de Curso – Jornalismo *O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas*

Aluna: Gêssica da Silva – Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofolletti
2014/2

Questionário 1 - Estagiários

Estudante, esta pesquisa visa a mapear sua opinião e as características do estágio que você está realizando durante sua graduação em Jornalismo na UFSC.

1. Qual o seu gênero?

Masculino Feminino

2. A partir de que fase começou a fazer estágio?

1^a 2^a 3^a 4^a 5^a 6^a 7^a 8^a

3. Quantos semestres já fez de estágio desde que entrou no curso?

1 2 3 4 5 6 7 8

4. Por que resolveu fazer estágio?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Necessidade financeira
 Complementação do aprendizado recebido na universidade
 Para garantir um futuro emprego
 Para estabelecer relacionamento com profissionais e empregadores da área
 Para conhecer o mercado de trabalho
 Outros _____

5. Como consegue seus estágios?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Colega indicou a vaga
 Professor indicou a vaga
 E-mail recebido por meio de uma lista de e-mails (Ex: Jornalismo UFSC)
 Vaga divulgada nas redes sociais
 Vaga divulgada pelas empresas em seus sites
 Vaga divulgada por um Centro de Integração (Ex: CIEE)
 Vaga divulgada nos murais do curso de Jornalismo da UFSC
 Outros _____

6. Em que tipo de instituições tem feito estágios?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Empresas privadas
- Empresas públicas (Casan, Eletrosul etc.)
- Instituições públicas (UFSC, Prefeituras, Tribunais etc.)
- ONGs
- Outro _____

7. Em que áreas tem feito estágios?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Assessoria de Imprensa
- Jornalismo Impresso
- Jornalismo Online
- Radiojornalismo
- Telejornalismo
- Outras. Quais _____

8. Que atividades vem desenvolvendo nos estágios?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Apresentação de noticiário
- Atualização de sites
- Atualização de redes sociais
- Clipping
- Diagramação
- Edição
- Entrevista
- Follow up
- Apuração de informações
- Produção de áudio
- Produção de foto
- Produção de texto
- Produção de vídeo
- Outras atividades _____

9. Cite, em ordem cronológica, os nomes das instituições em que estagia e já estagiou.

10. Seu estágio dura quantas horas por dia?

- 1h 2h 3h 4h 5h 6h 7h 8h

11. Seus estágios são remunerados?

- Sim Não

12. Se positiva a resposta da questão nº 11, qual o valor médio da bolsa (sem contar Vale Transporte e/ou Refeição)?

- Entre R\$ 362,00 e R\$ 450,00
 Entre R\$ 451,00 e R\$ 550,00
 Entre R\$ 551,00 e R\$ 650,00
 Entre R\$ 651,00 e R\$ 750,00
 Outro valor: _____

13. Seus estágios possibilitam a convivência com jornalistas?

- Sim Não

Se positiva a resposta, como avalia esta convivência:

- Excelente Muito Boa Boa Ruim Péssima

14. Seus orientadores de estágio na UFSC têm acompanhado o andamento de seus estágios e já lhe deram algum tipo de orientação?

- Sim Não

Se positiva a resposta, como avalia esta orientação:

- Excelente Muito Boa Boa Ruim Péssima

15. Quem esclarece suas dúvidas durante o exercício do estágio?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Profissionais da instituição onde estagia
 Professores de Jornalismo da UFSC (que não seja seu orientador de estágio)
 Orientador de estágio na UFSC
 Ninguém
 Não tenho dúvidas
 Outro _____

16. As atividades desenvolvidas no estágio estão de acordo com o currículo do curso e com o que é ensinado nas aulas?

- Sim Não

Se positiva a resposta, como avalia esta interdisciplinaridade:

- Muito satisfatória Satisfatória Insatisfatória

17. Que conceito você atribui aos seus estágios para sua formação profissional?

- Excelente Muito Bom Bom Ruim Péssimo

APÊNDICE B – Questionário para os Ex-estagiários

Trabalho de Conclusão de Curso – Jornalismo
O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas

Aluna: Gêssica da Silva – Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofolletti
2014/2

Questionário 2 - Ex-Estagiários

Prezado (a) estudante, esta pesquisa visa a mapear sua opinião e as características do estágio que você realizou durante sua graduação em Jornalismo na UFSC.

1. Qual o seu gênero?

Masculino Feminino

2. A partir de que fase começou a fazer estágio?

1^a 2^a 3^a 4^a 5^a 6^a 7^a 8^a

3. Quantos semestres fez de estágio desde que entrou no curso?

1 2 3 4 5 6 7 8

4. Por que resolveu fazer estágio?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Necessidade financeira
 Complementação do aprendizado recebido na universidade
 Para garantir um futuro emprego
 Para estabelecer relacionamento com profissionais e empregadores da área
 Para conhecer o mercado de trabalho
 Outros _____

5. Como conseguiu seus estágios?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Colega indicou a vaga
 Professor indicou a vaga
 E-mail recebido por meio de uma lista de e-mails (Ex: Jornalismo UFSC)
 Vaga divulgada nas redes sociais
 Vaga divulgada pelas empresas em seus sites
 Vaga divulgada por um Centro de Integração (Ex: CIEE)
 Vaga divulgada nos murais do curso de Jornalismo da UFSC
 Outros _____

6. Em que tipo de instituições estagiou?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Empresas privadas
- Empresas públicas (Casan, Eletrosul etc.)
- Instituições públicas (UFSC, Prefeituras, Tribunais etc.)
- ONGs
- Outro _____

7. Em que áreas fez estágio?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Assessoria de Imprensa
- Jornalismo Impresso
- Jornalismo Online
- Radiojornalismo
- Telejornalismo
- Outras. Quais _____

8. Que atividades desenvolveu no estágio?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Apresentação de noticiário
- Atualização de sites
- Atualização de redes sociais
- Clipping
- Diagramação
- Edição
- Entrevista
- Follow up
- Apuração de informações
- Produção de áudio
- Produção de foto
- Produção de texto
- Produção de vídeo
- Outras atividades _____

9. Cite, em ordem cronológica, os nomes das instituições em que estagiou.

10. Seus estágios duravam em média quantas horas por dia?

- 1h 2h 3h 4h 5h 6h 7h 8h

11. Seus estágios eram remunerados?

- Sim Não

12. Se positiva a resposta da questão nº 11, qual era o valor médio da bolsa (sem contar Vale Transporte e/ou Refeição)?

- Entre R\$ 362,00 e R\$ 450,00
 Entre R\$ 451,00 e R\$ 550,00
 Entre R\$ 551,00 e R\$ 650,00
 Entre R\$ 651,00 e R\$ 750,00
 Outro valor: _____

13. Seus estágios possibilitaram a convivência com jornalistas?

- Sim Não

Se positiva a resposta, como avalia esta convivência:

- Excelente Muito Boa Boa Ruim Péssima

14. Seus orientadores de estágio na UFSC acompanharam o andamento de seu estágio e lhe deram algum tipo de orientação?

- Sim Não

Se positiva a resposta, como avalia esta orientação:

- Excelente Muito Boa Boa Ruim Péssima

15. Quem esclareceu suas dúvidas durante o exercício do estágio?

(Pode marcar mais de uma resposta nesta questão)

- Profissionais da instituição onde estagia
 Professores de Jornalismo da UFSC (que não seja seu orientador de estágio)
 Orientador de estágio na UFSC
 Ninguém
 Não tenho dúvidas
 Outro _____

16. As atividades desenvolvidas no estágio estavam de acordo com o currículo do curso e com o que foi ensinado nas aulas?

- Sim Não

Se positiva a resposta, como avalia esta interdisciplinaridade:

- Muito satisfatória Satisfatória Insatisfatória

17. Que conceito você atribui aos seus estágios para sua formação profissional?

- Excelente Muito Bom Bom Ruim Péssimo

APÊNDICE C – Instituições campo de estágio

Instituições campo de estágio	Número de menções nas surveys
AAHU: Associação Amigos do Hospital Universitário	2
Acontecendo Aqui	1
Adrenaline	6
AIESEC: Intercâmbio Voluntário e profissional	1
ALESC: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	2
AMPESC: Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina	1
APRASC: Associação de Praças do Estado de Santa Catarina	1
APUFSC – Sindical: Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina	1
BADESC: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA	1
Blog TDF	1
BRDES: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1
Câmara Municipal de Florianópolis	4
CASAN: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento	1
Cinema Pela Verdade	1
CREA-SC: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina	1
Contentools	4
Correios	1
Defensoria Pública da União em Santa Catarina	1
Dialetto Comunicação Estratégica	1
Diário Catarinense	2
DV3 Comunicações	2
Economia SC	1
Editora Lagoa	1
Equipe Digital	1
Escritório de Comunicação Maristela Amorim	1
Escritório Samira Campos	2
Fábrica de Comunicação	3
Floripa News	1
Gabriela Faraco Acessórios	1
Governo do Estado de Santa Catarina	2
Guia Floripa	6
IFSC: Instituto Federal de Santa Catarina	1
Impacto Vídeo Produções	1
Instituto Voluntários em Ação	3
IPREV: Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina	1
Instituto Guga Kuerten	1
Jornal Folha SC	1
Ki Network	1
Knowtec	1

Le Dauphiné Liberé	1
Letra Editorial	1
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	1
MPSC: Ministério Público de Santa Catarina	8
Museum of Arts and Design – NY	1
Paripassu	1
Partido Progressista	1
Passarela Comunicação e Marketing	1
Pier 54	1
Pose pra foto	1
Prefeitura Municipal de Florianópolis	2
Prefeitura Municipal de São José	1
Primeira Via Comunicação	2
Psage	1
Rádio Ipêq ABTI	1
RBS TV	1
Relata Editorial	1
RIC Record	1
SBT SC	2
SCGÁS: Companhia de Gás de Santa Catarina	1
Scuna Bar	1
Secretaria Municipal do Trabalho e desenvolvimento social – Manaus	1
SEBRAE/SC: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas	1
SEF-SC: Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	2
Squeeze Comunicação Concentrada	1
SUS Telemedicina	2
Talk	1
TCE-SC: Tribunal de Contas de Santa Catarina	1
Telessaúde SC	2
Tiki Webmonsters	1
UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina	11
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina	94
Vilaj Coworking	1
World Study	1
Zapta Assessoria de Comunicação	2

APÊNDICE D – Roteiro Entrevista em Profundidade com Estagiários

Trabalho de Conclusão de Curso – Jornalismo

O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas

Aluna: Gêssica da Silva – Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofoletti

2014/2

Roteiro de Perguntas para Entrevista em Profundidade com Estagiários

1. Por que você quis fazer estágio?
2. Em que área está fazendo estágio? Por que quis fazer estágio nesta área?
3. Que conhecimentos você considera essenciais para conseguir a vaga de estágio?
4. Como acredita que o estágio contribuirá para sua formação como jornalista?
5. Quais conhecimentos adquiridos no decorrer do curso vêm sendo utilizados no estágio?
6. Quais conhecimentos têm faltado para um melhor desempenho no estágio?
7. Que tipo de dificuldades vem encontrando no estágio? Como faz para saná-las?
8. Qual tem sido o papel de seu orientador na realização do estágio?
9. Você e seu orientador fazem algum tipo de reflexão sobre as atividades que você está desenvolvendo no estágio? Como é feita esta reflexão?
10. Como a universidade, em especial o curso de Jornalismo, pode atuar para melhorar a forma de realização dos estágios?
11. Quais são suas sugestões para um programa de estágio no curso de Jornalismo da UFSC?

APÊNDICE E – Roteiro Entrevista em Profundidade com Ex-estagiários

Trabalho de Conclusão de Curso – Jornalismo

O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas

Aluna: Gêssica da Silva – Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofolletti

2014/2

Roteiro de Perguntas para Entrevista em Profundidade com Ex-Estagiários

1. Por que você quis fazer estágio?
2. Em que área fez estágio? Por que quis fazer estágio nesta área?
3. Que conhecimentos considera que foram essenciais para conseguir uma vaga de estágio?
4. Como acredita que o estágio contribuirá para sua formação como jornalista?
5. Por que parou de fazer estágio?
6. Quais conhecimentos adquiridos no decorrer do curso foram utilizados no estágio?
7. Quais conhecimentos faltaram para um melhor desempenho no estágio?
8. Que tipo de dificuldades encontrou durante a realização de seu estágio? Como fez para saná-las?
9. Que papel teve seu orientador durante a realização do estágio?
10. Você e seu orientador fizeram algum tipo de reflexão sobre as atividades que você desenvolveu no estágio? Como foi essa reflexão?
11. Como a universidade, em especial o curso de Jornalismo, pode atuar para melhorar a forma de realização dos estágios?
12. Quais são suas sugestões para um programa de estágio no curso de Jornalismo da UFSC?

APÊNDICE F – Roteiro Entrevista em Profundidade com docentes e pesquisadores

Trabalho de Conclusão de Curso – Jornalismo

O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas

Aluna: Gêssica da Silva – Orientador: Prof. Dr. Rogério Christofolletti

2014/2

Roteiro de Perguntas para Entrevista em Profundidade com docentes e pesquisadores

Entrevistados: Aureo Moraes, Jorge Ijuim, Daisi Vogel, Eduardo Meditsch, Valci Zuculoto, Mirna Tonus e Nilson Lage.

Perguntas gerais:

1. Você é a favor do estágio em jornalismo? Por quê?
2. Que características deve conter um estágio em jornalismo para efetivar seu papel pedagógico?
3. Que atividades não podem ser desenvolvidas pelo estagiário de jornalismo?
4. Qual é sua interpretação do artigo 19 do Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979, que ainda está em vigor?

Constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de estudo, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento. (BRASIL, Decreto nº 83.284, Art. 19).

5. Como um estágio durante a graduação pode contribuir à elaboração de uma consciência profissional?
6. Quais são as maiores falhas dos estágios em jornalismo?
7. Qual é o papel do orientador de estágio?
8. Como a universidade, em especial o curso de Jornalismo, pode atuar para melhorar a forma de realização dos estágios?

Perguntas específicas:

Áureo Moraes:

1. Que peso tem o estágio na formação dos alunos de Jornalismo da UFSC?

2. Como tem sido o trabalho da coordenação com relação aos estágios dos estudantes de Jornalismo?
3. Considerando que 68% dos alunos afirmam que não receberam nenhum tipo de orientação na UFSC e que após a aprovação das novas Diretrizes Curriculares o estágio passa a ser item obrigatório no currículo, como o Jornalismo vai dar conta de fazer a supervisão dos estágios?
4. Vocês conhecem as atividades desenvolvidas pelos alunos no estágio? Essas atividades de estágio estão de acordo com o currículo do curso?
5. Há mudanças significativas no desenvolvimento dos alunos que realizam estágio em relação àqueles que não realizam?

Eduardo Meditsch

1. Que peso tem o estágio na formação dos alunos de Jornalismo da UFSC?
2. Por que se chegou à conclusão de incluir o estágio como item obrigatório no currículo dos cursos de Jornalismo?
3. Como a Comissão entende que deve ser feita a orientação e fiscalização dos estágios?

Valci Zuculoto

1. Qual é o entendimento da Fenaj sobre a realização de estágio em jornalismo?
2. Que peso tem o estágio na formação dos alunos de Jornalismo da UFSC?

Jorge Ijuim e Daisi Vogel

1. Que peso tem o estágio na formação dos alunos de Jornalismo da UFSC?
2. Como atua o coordenador de estágios?
3. Como tem sido desenvolvido o trabalho da coordenação estágios com relação aos estágios dos estudantes de Jornalismo?
4. Vocês conhecem as atividades desenvolvidas pelos alunos no estágio? Essas atividades de estágio estão de acordo com o currículo do curso?
5. Há mudanças significativas no desenvolvimento dos alunos que realizam estágio em relação àqueles que não realizam?
6. Os estagiários desta instituição têm feito observações sobre o estágio realizado por eles?

Mirna Tonus

1. Qual é o entendimento do FNPJ quanto à realização de estágio em jornalismo?

Nilson Lage: Somente as perguntas gerais.

APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Alunos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ESTAGIÁRIOS E EX-ESTAGIÁRIOS

Eu, _____, idade: _____, profissão: _____ RG: _____, estou sendo convidado a participar da pesquisa “O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas”, cujo objetivo é construir um panorama dos estágios dos estudantes do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando: (a) a problematização do tema Estágio no Ensino Jornalismo; (b) as principais características dos estágios dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014; (c) e a análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas, feita por estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática e/ou com o objeto de estudo. A pesquisa está sendo desenvolvida como Trabalho de Conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, pela estudante Géssica Silva, orientada pelo professor doutor Rogério Christofoletti.

A minha participação no referido estudo será no sentido conceder uma entrevista sobre o tema Estágio no Ensino de Jornalismo, focalizando o relato de minha experiência nos estágios que venho desenvolvendo durante a graduação em Jornalismo na UFSC, colaborando assim para o aprofundamento da análise crítica sobre o papel do estágio em minha formação como jornalista.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, está garantido o sigilo de meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar neste trabalho científico.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Florianópolis, ____ de Outubro de 2014.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Géssica da Silva RG: 5764516

Telefone (48) 91839005 – E-mail: gessica.silvasc@gmail.com

APÊNDICE H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Professores

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROFESSORES

Eu, _____, idade: _____, profissão: _____ RG: _____, estou sendo convidado a participar da pesquisa “O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas”, cujo objetivo é construir um panorama dos estágios dos estudantes do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando: (a) a problematização do tema Estágio no Ensino Jornalismo; (b) as principais características dos estágios dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014; (c) e a análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas, feita por estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática e/ou com o objeto de estudo. A pesquisa está sendo desenvolvida como Trabalho de Conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, pela estudante Géssica Silva, orientada pelo professor doutor Rogério Christofoletti.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista sobre o tema Estágio no Ensino de Jornalismo e, quando aplicável, discorrer sobre como estão sendo desenvolvidos os estágios dos discentes do curso de Jornalismo da UFSC, colaborando assim para o aprofundamento da análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será utilizado apenas para fins científicos e acadêmicos.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Florianópolis, ____ de Outubro de 2014.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Géssica da Silva RG: 5764516

Telefone (48) 91839005 – E-mail: gessica.silvasc@gmail.com

APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Pesquisadores

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PESQUISADOR

Eu, _____, idade: _____, profissão: _____ RG: _____, estou sendo convidado a participar da pesquisa “O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas”, cujo objetivo é construir um panorama dos estágios dos estudantes do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando: (a) a problematização do tema Estágio no Ensino Jornalismo; (b) as principais características dos estágios dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014; (c) e a análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas, feita por estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática e/ou com o objeto de estudo. A pesquisa está sendo desenvolvida como Trabalho de Conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, pela estudante Géssica Silva, orientada pelo professor doutor Rogério Christofolletti.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista sobre o tema Estágio no Ensino de Jornalismo, colaborando assim para o aprofundamento da análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será utilizado apenas para fins científicos e acadêmicos.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Florianópolis, __ de Novembro de 2014.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Géssica da Silva RG: 5764516

Telefone (48) 91839005 – E-mail: gessica.silvasc@gmail.com

FICHA DO TCC		
Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC		
ANO	2014	
ALUNO	Géssica da Silva	
TÍTULO	O estágio entre os estudantes de Jornalismo da UFSC: panorama da prática profissional supervisionada à formação de jornalistas	
ORIENTADOR	Rogério Christofoletti	
MÍDIA	<input type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
CATEGORIA	<input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input type="checkbox"/> Reportagem livro-reportagem ()	() Florianópolis () Santa Catarina () Região Sul () Brasil () Internacional País: _____
ÁREAS	Ensino de Jornalismo; Estágio; Profissionalidade; Mercado de Trabalho; Jornalismo; UFSC.	
RESUMO	<p>O estágio em jornalismo é um assunto controverso há décadas. Enquanto prestação de serviços profissionais, a prática é proibida por lei desde 1979. Todavia, a questão vem sendo intensamente discutida desde 1997, quando, após longa negociação entre a Fenaj e demais entidades do campo da comunicação, aprovou-se uma proposta de bases para a realização do estágio acadêmico. Com a homologação das novas Diretrizes Curriculares à graduação em Jornalismo, ratificada pelo MEC em setembro de 2013, o estágio em Jornalismo, até então facultativo na grade curricular das escolas, passou a ser obrigatório para todos os cursos do país. Neste contexto de adaptação à obrigatoriedade do estágio, esta monografia tem por objetivo construir um panorama dos estágios dos estudantes do Curso de Graduação em Jornalismo da UFSC, considerando: (a) a problematização do tema Estágio no Ensino Jornalismo; (b) o mapeamento das principais características dos estágios dos alunos matriculados no segundo semestre de 2014, a partir da aplicação de uma <i>survey</i> a 130 estagiários ou ex-estagiários; (c) e a análise crítica do estágio como componente na formação de jornalistas, realizada com base em entrevistas em profundidade com estagiários, docentes e pesquisadores diretamente envolvidos com a temática.</p>	